



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Rafael Machado do Livramento

**OS CICLOS DE OCUPAÇÕES URBANAS E A OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA
EM FLORIANÓPOLIS/SC ENQUANTO PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA DE
CLASSE**

Florianópolis

2019

Rafael Machado do Livramento

**OS CICLOS DE OCUPAÇÕES URBANAS E A OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA
EM FLORIANÓPOLIS/SC ENQUANTO PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA DE
CLASSE**

Dissertação/Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Célia Vendramini, Dra.

Coorientadora: Profa. Luciana Marcassa, Dra.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra

Livramento , Rafael Machado do
OS CICLOS DE OCUPAÇÕES URBANAS E A OCUPAÇÃO AMARILDO
DE SOUZA EM FLORIANÓPOLIS/SC ENQUANTO PROCESSOS DE
CONSCIÊNCIA DE CLASSE / Rafael Machado do Livramento ;
orientadora, Célia Vendramini, coorientador, Luciana
Marcassa, 2019. 143 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Consciência de classe. . 3. Ocupação
urbana. 4. Ocupação Amarildo de Souza. I. Vendramini,
Célia. II. Marcassa, Luciana. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Educação. IV. Título.

Rafael Machado do Livramento

Os ciclos de ocupações urbanas e a ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis/SC enquanto processos de consciência de classe

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Célia Regina Vendramini, Dra.
PPGE/CED/UFSC - Orientadora

Profa. Luciana Pedrosa Marcassa, Dra.
PPGE/CED/UFSC – Co-orientadora

Prof. Francisco Canella, Dr.
FAED/UDESC- Examinador

Profa. Caroline Bahniuk, Dra.
EED/CED/UFSC – Examinadora

Prof. Jéferson Silveira Dantas, Dr.
PPGE/CED/UFSC - Examinador

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.

Profa. Andrea Brandão Lapa, Dra
Coordenadora do Programa

Profa. Célia Vendramini, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2019.

Dedicado à Suzana, minha mãe, por toda dedicação que dela recebi!

AGRADECIMENTOS

Porque “o outro” constitui a mediação das teleologias que imprimimos em nossas ações e existência. Quando a medição é benéfica, isto é, quando suas expressões positivas e/ou negativas são capazes de promover um salto qualitativo desta teleologia e do trabalho dela decorrente, o resultado de seu reconhecimento constitui-se enquanto gratidão! Agradecer é então o reconhecimento do outro em si mesmo, reconhecer os resultados das ações de outrem que nos constituem enquanto ser concreto, porque síntese de múltiplas determinações nas quais o outro constitui-se como determinação fundamental! Assim, agradeço a minha própria “Fundação Engels”, que muitas e muitas vezes saiu em meu socorro material, cognitivo e emocional: devolveram-me o “casaco penhorado” nas noites de maior frio!

Assim sendo, agradeço a minha família, Suzana, Paulo e Rangel, pelo apoio e auxílio constante. Agradeço também aquela família estendida que constituem os amigos, que diversas vezes colaboraram com ideias, conversas, reflexões ou simplesmente um ombro e abraço acolhedor. Em especial ao Gabriel d’Avilla, ao Fábio Carneiro, ao Fernando Calheiros, a Karin Caneparo e a Luzia Cabreira.

As minhas orientadoras, Célia Vendramini e Luciana Marcassa, que pacientemente me orientaram por este longo caminho, auxiliando com muita dedicação e humanidade a dar forma e conteúdo a este turbilhão indisciplinado que aqui vos dirige. São exemplos, infelizmente raros, de dedicação a um trabalho acadêmico comprometido com a transformação social, numa reflexão que busca coerência com a prática.

As professoras Eneida Shiroma, Adriana D’Agostini e Patrícia Laura Torriglia, pelos ricos debates durante as disciplinas e pela atenção e carinho em todos os auxílios.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro prestado, sem o qual esta pesquisa dificilmente teria sido realizada.

Por fim agradeço aos militantes e as militantes da ocupação Amarildo de Souza pelo acolhimento e compartilhamento de sua luta.

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade

GRAMSCI, 1989

RESUMO

O trabalho ora realizado tem como objetivo central analisar o processo de consciência de classe dos grupos subalternos expresso no desenvolvimento da Ocupação Amarildo de Souza, na região metropolitana de Florianópolis/SC. Tendo como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e partindo da premissa de que os estudos sobre consciência de classe tem como objetivo a verificação do processo de luta de classes manifesto na luta entre concepções de mundo antagônicas, buscou-se inserir o movimento da ocupação pesquisada num processo mais amplo de ocupações urbanas realizadas na região da área conurbada de Florianópolis, onde destaca-se a existência de um primeiro ciclo de ocupações no início da década de 1990 e de um segundo ciclo iniciado em 2012, onde se insere a ocupação pesquisa, iniciada no final de 2013. A inserção da Ocupação Amarildo de Souza numa totalidade envolvendo estes ciclos possibilita não apenas a correta compreensão das fragilidades e potencialidades que esta expressa enquanto mediação do processo de consciência de classe dos grupos subalternos no movimento do segundo ciclo de ocupações, como também a compreensão de suas condições de emergência. A partir destas constatações busca-se refletir sobre as possibilidades manifestas na representação de interesses das classes subalternas que envolvem a questão da moradia e da segregação socioespacial ao qual estão, atualmente, sentenciadas. Nesta reflexão a ocupação Amarildo de Souza emerge enquanto ápice do segundo ciclo de ocupações, expressando, ao mesmo tempo, fragilidades do processo de organização dos grupos subalternos da região metropolitana e possibilidades de construção de consensos contra o discurso hegemônico da cidade de Florianópolis, que a compreende enquanto “Ilha da Magia” do capital e das classes médias.

Palavras-chave: Consciência de classe. Ocupação urbana. Ocupação Amarildo de Souza.

ABSTRACT

The present work has as main objective to analyze the class consciousness process of the subordinate groups expressed in the development of Amarildo de Souza Occupation, in the metropolitan region of Florianópolis / SC. It has as theoretical-methodological framework the historical-dialectical materialism, and it starts from the premise that the studies on class consciousness aims to verify the process of class struggle manifests in the struggle between antagonistic world conceptions. The aim was to insert the movement of occupation surveyed in a broader process of urban occupations carried out in the cornubated area of Florianópolis, where the existence of a first cycle of occupations was in the early 1990s, and a second one started in 2012, where it was introduced the research occupation which started at the end of 2013. The insertion of Amarildo de Souza Occupation in an engaging participation of these cycles is not only the correction of weaknesses and potentialities that are being shown while the mediation in the process of awareness of the class of subordinate groups did not move the second cycle of occupations, but also the understanding of its emergency conditions. Based on these findings, we seek to reflect on the possibilities manifested in the representation of interests of the subordinate classes that involve the issue of housing and socio-spatial segregation to which they are currently sentenced. On that reflection, Amarildo de Souza Occupation emerges as the apex of the second cycle of occupations, expressing, at the same time, weaknesses in the process of organization of the subaltern groups of the metropolitan region and possibilities of building consensus against the hegemonic discourse of the city of Florianópolis which is known as the "Island of Magic" of the capitalism and the middle classes.

Keywords: Class Awareness. Urban occupation. Amarildo de Souza Occupation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC Assembléia Legislativa de Santa Catarina
AGU Advocacia Geral da União
BP Brigadas Populares
CABN Coletivo Anarquista Bandeira Negra
CAPROM Centro de Apoio e Promoção ao Migrante
CCAP Coletivo Catarina de Advocacia Popular
CCEA Centro Cultural Escrava Anastácia
CEDEP Centro de Educação e Evangelização Popular
COHAB/SC Companhia de Habitação de Santa Catarina
IAPI Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
INCRA Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
IVG Instituto Vilson Groh
FALM Frente Autônoma de Luta por Moradia
FLORAM Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
FMMC Fórum do Maciço do Morro da Cruz
INCRA Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MMC Maciço do Morro da Cruz
MNRU Movimento Nacional de Reforma Urbana
MOB Movimento de Oposição Bancária
MPL Movimento Passe Livre
MPF Ministério Público Federal
MST movimento dos Sem Terra
MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTSU Movimento Sem Terra Urbano
PCB Partido Comunista Brasileiro
PT Partido dos Trabalhadores
ZEIS Zona Especial de Interesse Social
SPU Superintendência de Patrimônio da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	SEGREGAÇÃO URBANA “NUMA/PARA ALÉM” DA ILHA	35
3	ASCENSÃO E QUEDA DOS SEM TETO	47
4	UM INTERSTÍCIO DE DUAS DÉCADAS	66
5	O SEGUNDO CICLO DE OCUPAÇÕES	83
6	AMARILDO PRESENTE!	102
7	REFLEXÕES SOBRE OS DOIS CICLOS DE OCUPAÇÕES	121
8	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

A três dias de distância, caminhando em direção ao sul, encontra-se Anastácia, cidade banhada por canais concêntricos e sobrevoada por pipas. Eu deveria enumerar as mercadorias que aqui se compram a preços vantajosos (...). Mas com essas notícias não falaria da verdadeira essência da cidade: porque, enquanto a descrição de Anastácia desperta uma série de desejos que deverão ser reprimidos, quem se encontra uma manhã no centro de Anastácia será circundado por desejos que se despertam simultaneamente.

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer. Anastácia, cidade enganosa, tem um poder, que às vezes se diz maligno e outras benigno: se você trabalha oito horas por dia como minerador de ágatas ônix crisóprasos, a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo.

(Calvino, 1972, p.54)

Na obra *Cidades Invisíveis* o escritor italiano nos faz um convite literário para refletir sobre as cidades e o complexo conjunto de determinações que paira sobre seu espaço e suas significações, e por meio de Anastácia coloca-nos à frente de uma contradição fundamental: a da re-presentação com que a cidade aparece frente ao escravo e a sua efetiva inserção nela! Anastácia se mostra enquanto entidade capaz de revelar e despertar desejos manifestos ou latentes, talvez mesmo desconhecidos ou inusitados, mas que poderão ser satisfeitos e gozados num encontro nirvânico entre o escravo e as promessas do espaço... Promessas! A miragem de Anastácia encontra na promoção dos desejos a aura mítica com a qual camufla sua “verdadeira essência”, que refere-se justamente a sua negação! Este é o seu feitiço, o seu fetiche: re-presentar-se para o escravo enquanto satisfação e liberdade ainda que sendo para ele apenas carência e necessidade. E pela miragem substituir a realidade a cidade toma dos desejos e vontades a sua forma. Anastácia, “cidade enganosa”, quantas versões suas existirão por aí? Quantos “mineradores de ágatas ônix crisóprasos” terão as formas de seus desejos roubadas? Até quando viverão convenientemente sua escravidão, sendo enganados pela contradição de Anastácia, pela contradição enganosa entre sua forma real e sua forma aparente?

A Anastácia de Calvino pode ser apenas uma abstração, uma expressão poética da criatividade

literária do autor. Ainda que seus canais concêntricos possam sugerir a presença de “ilhas” em seu espaço, com absoluta certeza Calvino não faz sugestão a Florianópolis em sua obra. As pipas que sobrevoam Anástácia não são as mesmas que sobrevoam as praias da Ilha da Magia, e os escravos que mineram onix ágatas e crisóprasos não constituem uma alusão aos trabalhadores da construção civil que modelam a capital catarinense. Ainda assim, existe algo em comum entre a expressão literária do artista e nossa cidade real: a contradição! Não apenas entre sua forma real e aparente, nem sobre os efeitos que estas formas se expressam na representação que o “escravo” faz da cidade e de si mesmo, mas também, e principalmente, a contradição entre a existência do escravo e a invisibilidade de seu antagonico, o senhor, que se expressa apenas sobre a forma fetichizada do espaço urbano!

Segundo David Harvey, nós vivemos, a maioria de nós, “em cidades divididas, fragmentadas” e nossa percepção, visão do mundo e das possibilidades que ele oferece “estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos”. Buscando Marx, nos faz lembrar que nos relacionamos dialeticamente com a realidade, que “podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa”. Obviamente, se esta realidade é urbana, “a dialética retorna para nos assombrar -, a cidade nos faz sob circunstâncias urbanas que não escolhemos” (HARVEY, 2013). Também para Iasi:

A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital.

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. (IASI, 2013, p.41)

Como bem sugerem os dois autores, fazemos e somos feitos dialeticamente na e pela cidade. Cidade esta dividida, fragmentada, expressão das relações sociais dominantes e de seu enfrentamento contra movimentos contrários, e forma reificada dessas mesmas relações, cidade que expressa assim as contradições do modo de produção capitalista, cuja contradição fundante ocorre entre o lado da cerca do trabalho e o lado da cerca do capital. As lutas que impõem movimento a esta contradição não ocorrem, contudo, em regime de igualdade, mas de soberania de um lado sobre o outro. O lado capital, lado dos interesses particulares da burguesia, mantém o poder (sempre com tensionamentos) não apenas de definir onde a cerca será posta como também de definir quem fica em que lugar. Mais que isso, possuem a soberania hegemônica do modo de pensar os lados, chegando mesmo ao poder de fazer crer que a própria cerca não existe,

nem existem lados.

Contudo, as lutas sociais que se desenvolvem na cidade negam constantemente este discurso de harmonia. Em determinados momentos, estas lutas possibilitam a identificação exata dos interesses em jogo na construção do espaço urbano, possibilitando aos diversos sujeitos sociais que compõem e constroem este espaço uma tomada de posição efetiva sobre o lado da cerca que defendem. Estas lutas, fruto da contradição fundante da sociedade contemporânea entre capital e trabalho, expressam-se tanto em lutas de classe na cidade, tendo o espaço urbano como arena, como também em lutas de classes pela cidade, em que o próprio espaço é o objeto do confronto.

Voltando a David Harvey (1982), desenvolve-se no período mais recente do desenvolvimento capitalista uma “determinada faceta da luta de classes no capitalismo avançado” em que os conflitos sociais se relacionam diretamente “com a produção e o uso do ambiente construído”. Para o autor, o ambiente construído pode ser compreendido como capital fixo, como fábricas e ferrovias, e fundo do consumo, que consistiria nas casas, ruas e parques. A questão inerente ao conflito urbano estaria justamente no uso desse fundo de consumo, que seria disputado entre o trabalho e o capital. Com este desenvolvimento, as lutas sociais mais imediatas da classe trabalhadora ocorreriam com mais constância nas dimensões do trabalhar e do viver. Na dimensão do trabalho a luta da classe se focaria nas condições de trabalho e no valor dos salários, por exemplo, enquanto as lutas travadas na dimensão do viver seriam “contra formas secundárias de exploração e apropriação” realizadas pelo capital mercantil e fundiário, e teriam nos espaços de vivência e convivência sua arena de enfrentamento.

Harvey destaca que nestes conflitos inerentes ao uso do ambiente construído, três forças podem entrar em colisão: a classe trabalhadora, os proprietários de imóveis e os construtores. Contudo, a intervenção do capital sobre o meio construído atrairia ainda um outro ator para esta arena: o Estado, que intermediaria a vontade do capital nesta contradição. Para o autor, não podemos deixar de compreender que as tensões entre estes atores consistem, fundamentalmente, na contradição entre capital e trabalho:

Podemos concluir que os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores de renda e a facção da construção civil mediam formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vidas a verdadeira fonte de tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana- disfarça uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho. (HARVEY, 1982, p.29)

Historicamente, o lado da cerca do trabalho resiste a dominação, faz enfrentamentos, provoca tensionamentos, questiona a propriedade privada da terra e a ocupa para a satisfação de sua necessidade de viver, provocando fissuras nessa aparência superficial dos conflitos. Estes movimentos iniciam uma jornada em busca, no mínimo, de condições dignas de existência, articulando demandas concretas transformam um conjunto de individualidades em coletivo, criam bandeiras de luta e estratégias de resistência ao aparato repressor do estado que os criminaliza, elaboram ferramentas de informação e divulgação para contrapor a sua versão da história àquela divulgada pelos grandes jornais e mídia televisiva. Este processo de organização e luta cotidiana, se não torna a vida menos penosa, certamente lhe possibilita ser mais coletiva, vivenciada sobre novos valores morais e nova organização material da existência. O indivíduo, antes isolado, torna-se membro de um grupo. A revolta, antes solitária, segura a bandeira na passeata coletiva. As decisões, antes domésticas, agora envolvem deliberações da assembleia. O indivíduo vai tornando-se mais consciente das relações de dominação na qual está inserido e busca transformá-las. Ao ocupar um terreno, encontrou um outro ponto do qual mirar o mundo.

O trabalho ora apresentado pretende analisar o fenômeno de uma ocupação urbana, a Ocupação Amarildo de Souza, tendo como problema a compreensão do processo da consciência de classe dos grupos subalternos envolvidos neste movimento. Nesta relação entre o problema e a constituição do objeto de pesquisa, o fenômeno específico da ocupação emerge enquanto mediação no processo de representação de interesses dos grupos subalternos, constituindo uma expressão do movimento de consciência de classe desta fração da classe trabalhadora do município de Florianópolis/SC.

A ocupação Amarildo de Souza tem seu marco inicial no dia 16 de dezembro de 2013 através da ocupação de um terreno de aproximadamente 900 hectares localizado às margens da Rodovia Estadual SC-401, no lado norte da Ilha de Florianópolis, Santa Catarina. Sob as palavras de ordem “Terra, Trabalho e Teto”, o movimento que clamava por reforma agrária urbana rapidamente atingiu a impressionante cifra de 700 famílias, sendo a maior ocupação realizada no município até então. Por questões judiciais, o movimento permaneceu nesta localidade até o dia 15 de abril de 2014, quando as famílias foram transferidas provisoriamente para a região de Maciambu Pequeno, no município de Palhoça/SC, instaladas em uma área em tramitação de demarcação indígena. Seja a enorme truculência da ação policial desempenhada para a desocupação do terreno às margens da SC-401, seja a distância da nova localização da região central de Florianópolis, contribuíram para uma enorme perda do contingente

populacional do movimento. Ainda assim, através de sua organização política, da visibilidade que adquiriu em seus primeiros meses, como também de novas mobilizações e reuniões realizadas junto a autarquias públicas (como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e o Ministério Público Federal – MPF), em julho de 2014 o movimento enfim conquistou a liberação de uma área localizada no município de Águas Mornas/SC para iniciar seu processo de assentamento.

A importância econômica e espacial do terreno ocupado as margens da SC-401 e o rápido crescimento do movimento através da locomoção espontânea de um enorme contingente populacional para a ocupação (nesta localidade) acabaram por lhe promover um determinado reconhecimento municipal, estadual e mesmo nacional. Por sua vez, a complexidade da demanda por reforma agrária na cidade, com os órgãos públicos e as frações da classe trabalhadora envolvidos nesta demanda, com sua bandeira e formas de luta, conferem uma tonalidade especial a esta ocupação. Ao mesmo tempo, as perdas constantes de contingente populacional nos processos de re-locação do movimento (saindo do espaço urbano da cidade e adentrando o espaço rural das cidades vizinhas) e a rápida vitória da liberação pelo INCRA de uma área para início de seu processo de assentamento (se comparado a outras ocupações semelhantes) contribuíram para fazer desta ocupação uma experiência a ser analisada neste trabalho

O referencial teórico-metodológico adotado tem no materialismo histórico dialético sua base de sustentação, segundo a qual o atual modo societário é organizado pela contradição estrutural entre capital e trabalho. Esta contradição, contudo, não se refere a um fenômeno estático, mas a um processo dinâmico que impulsiona o desenvolvimento do atual modelo societário, impondo determinações, em graus e movimentos variados, nas mais diversas expressões da vida cotidiana, cuja compreensão exige sua colocação na totalidade¹ que lhe é constitutiva. Ao mesmo tempo não se trata de uma contradição abstrata², mas de um fenômeno

¹Para Kosik (2002, p.44): “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade seja constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade”. Por sua vez, Lukács afirmaria que “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa”, destacando ainda que esta totalidade seria “*um complexo constituído por complexos*” (Lukács, 1974, p. 14 apud NETO, 2011, p.14, 56)

²Kosik (2002, p.60) destaca que o caráter dialético da relação entre a totalidade e a contradição, onde tais

concreto materializado pelas lutas de classes nos constantes enfrentamentos entre a burguesia e o proletariado, classes fundamentais desse modo de produção.

As lutas populares envolvendo a questão da moradia são uma expressão desse enfrentamento. É certo que a existência das cidades precede o capitalismo, mas quando este surge, lembra-nos Maricato (2015), as cidades mudam, e “mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas”. O capitalismo altera a forma com que a cidade é organizada, modifica a relação campo-cidade, altera o lugar que as pessoas e as classes ocupam no espaço. E estas alterações são tão intrínsecas ao sociometabolismo do capital que encontramos registros de lutas populares ligadas à questão da moradia na França em meados do século XIX, constituindo, inclusive, uma das origens da Comuna de Paris³. Obviamente, nestes dois séculos, ocorreram muitas transformações, seja no processo de constituição das cidades, seja na forma e/ou conteúdo assumido pelas lutas populares, seja no próprio sociometabolismo do capital. O que é importante frisar é que estas lutas são expressões particularizadas da contradição constituinte desse modo de produção, de modo que focalizar-se sobre elas é, na compreensão posta neste projeto, ater-se a uma dimensão específica da luta de classes⁴.

Para Mauro Iasi (2002), é no processo de lutas de classes que surge por parte da classe trabalhadora a necessidade de elaboração unitária e coerente de sua própria visão de mundo. Isso ocorre porque no processo de afirmação positiva universal do proletariado enquanto antítese da afirmação negativa universal da burguesia ocorre um choque de concepções de mundo antagônicas. Este processo de enfrentamento exige da classe trabalhadora em seu

categorias, e por isso o movimento que estas representam no pensamento, interpenetram-se mutuamente. Criticando determinadas visões marxistas que pregam, por um lado, a predominância da totalidade frente a contradição, e por outro, a predominância da contradição frente a totalidade, o autor é taxativo ao afirmar que “*a totalidade sem contradição é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias*”.

³Para Perrot (1988), uma queixa constante do proletariado urbano do século XIX eram os preços dos aluguéis, o que consistiu, inclusive, numa das origens da Comuna de Paris, quando os versalhes eliminam a moratória posta no preço dos aluguéis pelo governo republicano no ano anterior, em 1870. Para a autora, “nessa época, o problema dos donos é quase tão importante quanto o dos patrões” (PERROT, 1988, p.107). Mesmo com a derrota da Comuna de Paris, a questão do aluguel continuou em voga no movimento operário, estimulando diversas “tentativas organizadas de resistência”, especialmente em Paris, onde o aumento dos aluguéis era abusivo e constante. Em 1912 chegou-se a formar a Federação Sindical dos Locatários, com uma crítica mais revolucionária sobre a questão da propriedade. Tudo isso, contudo, ainda segundo a autora, desaparece em 1913.

⁴“O proletariado se levanta contra o capital como uma classe particular que pode representar uma emancipação genérica na medida em que contrapõe à sociedade do capital uma alternativa societária capaz de produzir uma emancipação humana. Encontra, entretanto, contra si uma classe que não pode e não quer viver sem a ordem do capital, daí a luta de classes. A possibilidade de efetivação da emancipação é dada, em última instância, pelo resultado da luta de classes e não por qualquer princípio de desenvolvimento ou progresso. Esta mesma luta de classe, ainda, não pode definir-se apenas pelos elementos diretos da luta, como o nível de organização, capacidade e disposição de luta, nível de consciência, e todos os fatores que Lênin chamou de condições subjetivas, mas, também, por fatores objetivos determinados pelo grau de contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.” (IASI, 2008, p.11)

conjunto a elaboração unitária e coerente de sua própria concepção de mundo. Isto acontece porque enquanto a ordem societária do capital não for derrocada, enquanto a classe trabalhadora se reproduzir num regime ditado por suas normas, elementos burgueses dentem sempre a compor a consciência de ampla fração desta própria classe. Sujeitos da ordem, de certa maneira, contra a ordem. Mas esta concepção de mundo, por sua vez, não equivale aos aspectos meramente cognitivos de sua forma de compreensão da realidade, como também as próprias formas de intervenção sobre esta realidade, as estratégias e táticas adotadas nestas lutas. Iasi parte desta relação para recolocar a necessidade do estudo sobre a consciência:

Por esse motivo, para nós, o estudo da consciência não pode ser confundido com um esforço particular de definição sociológica do comportamento de determinados estratos sociais, mas como uma maneira de aferir o grau de maturidade da luta de classes expressa na luta entre concepções de mundo antagônicas, como grau de amadurecimento de novas formas de consciência que lutam ainda sob o invólucro da velha sociedade (IASI, 2002, p.36)

É justamente neste momento que o processo de consciência de classe demonstra sua complexidade, envolvendo a articulação de um longo cabeçal de categorias e relações dialéticas. Sucintamente⁵, destacamos três relações necessárias para a colocação do problema do processo de consciência de classe: a relação entre o ser e a consciência de classe; a relação entre particularidade e universalidade no fenômeno e, por fim, a relação entre realidade e possibilidade. Exploreemos rapidamente estas relações.

Sobre a relação entre o ser e a consciência de classe, vale destacar que o debate sobre classes sociais é extenso no âmbito da tradição marxista, e que não há nem “unanimidade entre os ditos marxistas sobre o conceito de classes sociais” como tão pouco “sobre o seu significado dentro das obras de Marx” (RIDENTI, 1994). Para Iasi (2007), isto decorreria principalmente do tratamento dispensado por Marx no uso das categorias, onde sua preocupação com o processo de transformação dos fenômenos imporia ao arsenal categórico, em sua busca pela representação ideal do movimento real do objeto, a reprodução deste movimento. Neste processo a categoria classe receberia tratamento semelhante à categoria mercadoria, no famoso capítulo primeiro d’O Capital. Buscando encontrar os “vários momentos que indicam as diferentes determinações particulares que constituem a definição do fenômeno de classe” na obra marxiana, Iasi oferta o seguinte resumo:

⁵As breves incursões teóricas presentes nesta introdução tem o objetivo de orientar, ainda que minimamente, o leitor à compreensão do enquadramento realizado no objeto de estudo, e torna-se necessária pela ausência de um capítulo teórico que oferta-se este desenvolvimento. Observamos ainda que tal ausência foi uma sugestão realizada pela banca durante a qualificação, que optamos seguir por achar adequada ao desenvolvimento deste trabalho.

1. Classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção;
2. Pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase generalizado como único);
3. Pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe;
4. Pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social. (IASI, 2007, p.107)

Não nos estendendo sobre este conceito, podemos resumir que os dois primeiros momentos destacados por Iasi constituem os aspectos objetivos ligados ao movimento das classes, naquilo que se convencionou chamar de sua *posição de classe*, a expressão do “ser da classe”, enquanto os dois últimos estariam relacionados aos aspectos subjetivos de sua constituição, os *interesses e organização de classe*, ligados a expressão de sua consciência. Ocorre que estes “momentos” não podem ser compreendidos de forma fragmentada, mas como um processo dialético em constante co-determinação, onde a dimensão objetiva determina a dimensão subjetiva e, ao mesmo tempo, é por ela determinada. A primazia de uma destas dimensões sobre a outra (objetiva ou subjetiva) provocaria as mais distintas distorções das relações dialéticas postas, promovendo formas de compreensão como o “economicismo” e o “mecanicismo” (com o privilégio da dimensão objetiva), ou ainda o “voluntarismo” (com o privilégio da dimensão subjetiva).

Contudo, nem a consciência de classe vaga por terras misteriosas, esperando o momento de religação com o ser da classe, como tão pouco a classe existe sem manifestar quaisquer traços de consciência, como uma legião de zumbis em alguma película norte americana. Estas compreensões, aqui caricaturizadas, limitam a análise da relação dialética entre objetividade e subjetividade, como também acabam por cindir a unidade entre teoria e prática. As classes sociais, em especial a classe trabalhadora, deve ser compreendida em sua totalidade, com suas dimensões objetivas e subjetivas articuladas com o processo histórico que lhes engendra, ou, mais especificamente, no qual elas se constituem em relação. Neste movimento, o ser e a consciência da classe seriam indissociáveis, e embora não constituam uma identidade, formam uma unidade dialética. A classe seria moldada por sua posição na estrutura social (que nunca é fixa, mas expressão do movimento do sociometabolismo do capital), assim como “a forma da luta molda a classe e orienta suas perspectivas de ação” (IASI, 2002). Ainda é importante destacar que, ao ampliar a consideração sobre as determinações na constituição das classes para além das relações de propriedade e produção, incluindo a consciência e a ação desta classe, “necessariamente ampliamos nossa visão para um corte histórico”. (IASI, 2007)

Esta perspectiva baseia o uso da expressão processo de consciência de classe neste trabalho, porque o termo processo nega a consciência como algo dado, que pode ser adquirido, assim como um possível estágio de não-consciência. Processo evoca movimento, um amadurecimento por fases distintas que se superam através de contradições emergentes em seu próprio seio. Dialeticamente, cada momento desse processo traz em si as sementes de sua própria superação, existindo também as possibilidades de recuo. O processo seria múltiplo, uno e particular. Vivenciado por uma classe ou um indivíduo que transitaria sobre possíveis concepções de mundo, tendo como totalidade sua manifestação enquanto consciência de classe. (IASI, 2007)

Na busca pela coerente relação entre o ser e a consciência da classe na concreticidade do objeto analisado, a relação entre os aspectos particulares e universais do fenômeno surge como antídoto contra a falsa totalidade⁶. Isso porque na busca pela inserção do objeto numa totalidade que forneça a chave para sua compreensão, é justamente a particularidade que oferece ao pesquisador o caminho para as mediações concretas⁷ do fenômeno. Para Cheptulin (2004), rigorosamente falando, todos os fenômenos são expressões particulares que contêm em si aspectos singulares e universais. Estas dimensões singular e universal são sempre abstrações, existindo empiricamente apenas em sua manifestação particular. Assim posto, aparentarentemente mero pedantismo filosófico, trata-se de problema central para os estudos de consciência de classe⁸ porque nos remete às relações instauradas entre dimensões distintas do ser social.

Para ilustrar esta questão vamos tomar a ocupação urbana como exemplo. Uma ocupação urbana específica (ou seja, um evento particular) pode manifestar-se enquanto

⁶Para Kosik, a *falsa totalidade* manifestar-se-ia sobre três aspectos: como totalidade *vazia*, como totalidade *abstrata* e como *má* totalidade. A totalidade *vazia* seria caracterizada pela ausência de compreensão dos momentos particulares da concreticidade, e por isso ausência de mediações, enquanto a totalidade *abstrata* teria como fator predominante a formalização do todo frente as partes, o que ocorreria por ausência de compreensão da gênese, do desenvolvimento, e da estruturação e desestruturação da totalidade, característica que lhe imprimiram um aspecto de totalidade *fechada*. Na *má* totalidade, o que ocorre é a falta do sujeito histórico, ou seja, o homem deixa de ser compreendido como a força que constrói a história, sendo esta força mitologizada. (KOSIK, 2002, p.62-3)

⁷“Mediações concretas” é utilizado aqui como um recurso estilístico, pois, a rigor, na teoria materialista histórico dialético, ou trata-se de uma mediação concreta ou, de fato, não é uma mediação.

⁸A título de exemplo reproduzimos o comentário de Mauro Iasi sobre o famoso estudo de Celso Frederico: “Celso Frederico, em seu estudo pioneiro, na busca da compreensão da prática e da consciência da classe dos trabalhadores, procurava uma abordagem que definisse o ‘particular (o grupo) como mediação do singular (o operário) e o universal (a classe)’. Do modo como expomos nosso problema, os indivíduos não correspondem propriamente à categoria singular, são uma manifestação particular do ser social humano, assim como são formas particulares o grupo e a própria classe. São momentos do processo de totalização no interior do qual a práxis humana se converte em sociedade. Ocorre que algumas dessas formas particulares se aproximam mais ou menos do ser universal, a humanidade”. (IASI, 2006, p.78)

mediação para o processo de consciência de classe de instâncias distintas, sendo simultaneamente mediação para os indivíduos que dela participam, para os grupos sociais que lhe dirigem o movimento, tanto quanto para a classe social que manifesta seus interesses. Em cada uma dessas instâncias, seu processo de mediação é distinto, concretizando-se através de meios distintos. Tomá-los em uma mesma dimensão, articulando-os enquanto expressões singulares, particulares e universais seria cancelar grande parte de sua compreensão, pois impossibilitaria a apreensão das mediações específicas que constituem cada um desses processos justamente por obnubilar a sua inserção numa totalidade concreta. Caso tomemos, ainda como exemplo, a ocupação urbana enquanto *uma* mediação que atua indiferentemente numa relação linear posta entre indivíduo, grupo e classe, em que o indivíduo representaria os aspectos mais singulares e a classe os mais universais, não teríamos outra coisa senão uma caricatura das mediações realmente existentes, com maiores prejuízos, inclusive, para a compreensão do movimento das classes, visto que, como fim do processo, seu movimento seria compreendido de forma restrita.

A terceira relação destacada para a compreensão do processo de consciência de classe refere-se à relação entre realidade e possibilidade, ou, noutra nomenclatura, as relações entre ser e dever ser. Invocando a epígrafe posta no início desta introdução, relativa às teses que Marx elaborou sobre Feuerbach, a função da filosofia é transformar o mundo. Esta transformação, obviamente, refere-se a algo que deve ser feito, ou seja, a um processo que se encontra posto no terreno do futuro. Este futuro não é algo que emerge do “etéreo de vossos cérebros”, como gostava de afirmar o filósofo alemão, mas encontra suas raízes no movimento concreto da realidade⁹, movimento este que engendra suas possibilidades. Usando uma expressão sintética de Gramsci, compreendemos que “a possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade”, no sentido que a possibilidade forja-se no movimento do real. Em outra análise, o marxista sardenho dirá: “Portanto, o ‘dever ser’ é concreção; mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política”. (GRAMSCI, 1989; GRAMSCI, 1984)

Evidenciando os aspectos implícitos desta relação, é justamente no campo do *dever ser*,

⁹ Não adentraremos esta questão, obviamente, mas vale a pena destacar o longo confronto realizado por Marx e Engels sobre o idealismo presente nas vertentes socialistas europeias. Para Marx, libertar o comunismo desse vestígio idealista sempre constituiu uma tarefa prática a ser enfrentada, buscando proporcionar ao proletariado uma arma teórica capaz de auxiliar-lhe em sua missão histórica. Neste sentido, o “marxismo” foi, inicialmente, ressaltado enquanto “socialismo científico”, porque assentado numa compreensão científica do processo histórico. Destacamos, a título de exemplo, o próprio livro de Engels “A questão da moradia”, que surge como uma discussão realizada em artigos de jornal contra o idealismo presente na solução burguesa e prodhouniana ao problema habitacional. Veremos mais sobre esta obra no Capítulo IV.

no campo da possibilidade, na esfera da política, em que se situam as questões fundamentais do processo de consciência de classe. Ou seja, se compreendemos as determinações subjetivas postas sobre a classe trabalhadora, abrangendo assim aspectos ligados à sua consciência e ação, compreendendo que esta classe constitui-se enquanto classe justamente em sua ação como tal, e que esta ação deve ser compreendida dentro de um recorte histórico, é justamente o campo das relações entre o ser e o dever ser, o campo da política, que nos mostra indícios capazes de expressar o seu movimento. Resumidamente, para a análise do processo de consciência de classe, não se trata de identificar o que a classe é, como tão pouco aquilo que deve ser, mas de compreender sua constituição no movimento entre um e outro, entre realidade e possibilidade. Este é justamente o desafio imposto as pesquisas sobre consciência de classe para Ricardo Antunes:

(...) os estudos sobre *consciência de classe*, (...) são, em sua grande maioria, descrições ou relatos empíricos, *mais ou menos sofisticados*, de como atuou e atua, na imediaticidade, a classe trabalhadora. Num outro extremo, tem-se frequentemente uma construção *idealizada e a-histórica* da classe trabalhadora, numa leitura que se equivoca pela polarização inversa. Nos estudos sobre a *consciência de classe*, o desafio maior está em apreender tanto a dimensão da *consciência empírica*, da sua *consciência cotidiana* e suas formas de manifestação (...), como em buscar compreender também quais seriam as outras possibilidades de ação coletiva, próximas de uma apreensão mais totalizante, menos fragmentada e coisificada do todo social. Em poucas palavras: como a classe *de fato atuou* e como *poderia ter atuado*, que outras possibilidades reais existiam naquelas condições histórico-concretas. Nos estudos sobre a consciência de classe, realizar esta mediação complexa, difícil, é o maior e mais intrincado problema. (ANTUNES, 1996, p.103)

Para o autor, os riscos encontrariam-se no dualismo dos extremos entre uma representação meramente imediata e uma compreensão idealizada da consciência e da ação da classe, e por isso a-histórica. Nem sucumbir aos limites da descrição empírica e cotidiana, como tão pouco idealizar aquilo que deveria ter sido a ação da classe, desprezando o campo das possibilidades concretas. A busca pela superação dessas limitações envolveria sua inserção numa totalidade em que as ações realizadas pela classe e as suas possibilidades concretas de atuação são compreendidas em sua dialeticidade. As relações dialéticas acima descritas (entre o ser e a consciência, o particular e o universal e o ser e dever ser) foram articuladas na busca pela superação destes obstáculos descritos por Antunes, o que constituiu uma longa etapa do processo de construção desta pesquisa. Para sua compreensão, torna-se necessário percorrer brevemente este percurso, evidenciando a relação do pesquisador com o objeto pesquisado, os embates teóricos no recorte do mesmo e as escolhas realizadas no desenvolvimento desta

pesquisa.

Como afirmamos anteriormente, a ocupação Amarildo de Souza iniciou em dezembro de 2013 numa localidade no norte da ilha de Florianópolis/SC. Neste momento, haviam mais duas ocupações na região da Grande Florianópolis, a ocupação Contestado e a ocupação Palmares. Contudo, o rápido crescimento da ocupação Amarildo já no início de 2014 promoveu uma grande repercussão entre os militantes de esquerda, sendo que vários grupos rapidamente articularam-se entorno de suas trincheiras nas mais variadas formas de colaboração. Esta efervescência ganhou contornos significativos principalmente a partir do início de fevereiro, onde foi fixada em audiência conciliatória a data limite de 15 de abril para a permanência do movimento na área ocupada. Buscando ampliar sua base de apoio, o movimento desenvolve a realização de diversas atividades, entre elas uma formação sobre gênero em “comemoração” ao Dia Internacional da Mulher na Escola de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Florianópolis, no bairro Ingleses, com posterior realização de atividades culturais na própria ocupação. Neste contexto que participamos da primeira reunião da rede de apoio, realizada no Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual (SINTESPE) em meados de março. O que vimos foi um amplo conjunto de participantes (cerca de 30 pessoas) representando sindicatos, vereadores, deputados e movimentos sociais, além de membros das Brigadas Populares e Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), estes últimos coletivos envolvidos nas ocupações Contestado e Palmares. A reunião versava sobre as preocupações com a aproximação da data de remoção da ocupação, assim como as estratégias políticas a serem adotadas.

Foram nestas circunstâncias que decidimos nos inscrever no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tendo-o como objeto. O intuito seria pesquisar a temática da consciência de classe, tema que mantemos interesse desde o final da graduação, no ano de 2007. Participamos então do processo seletivo para o segundo semestre de 2014, inscrição esta que encerrava-se em março. O projeto apresentado tinha como objetivo geral “analisar o processo de consciência de classe em participantes de ocupações urbanas da Grande Florianópolis”, deixando claro, contudo, que tratava-se da Ocupação Amarildo de Souza, ainda que menciona-se as demais ocupações. O processo seletivo ainda estava em trâmite quando a ocupação Amarildo foi removida do norte da ilha de Florianópolis para a região de Maciambu, no município de Palhoça, e antes mesmo do início do semestre letivo o movimento dirigiu-se para o município de Águas Mornas, iniciando seu processo de assentamento no dia 03 de julho de 2014. Duas mudanças de

localidade com grande perda de seu contingente populacional entre o envio do projeto de seleção e a entrada no programa de pós-graduação. Ainda que tivéssemos acompanhado de certa maneira este desenvolvimento, com a participação em algumas reuniões e duas visitas à localidade de Manciambu, a sensação constante era de perda de “objeto” de pesquisa. Pesquisávamos uma ocupação que não era mais ocupação, mas assentamento. Suas demandas, sua forma de organização interna e externa, sua população, tudo passara por intensas transformações. Ao mesmo tempo, a rapidez com que, de certo modo, alcançara seus objetos e o potencial de mobilização com que o fizera tornara a ocupação Amarildo um fenômeno que não podia deixar de ser analisado.

O semestre passou rapidamente. Enquanto nos preocupávamos com o embasamento teórico das pesquisas sobre a temática da consciência de classe, a ocupação Amarildo passou por um período de relativo isolamento. Questões de organização interna ligadas a convivência e a produção tomaram a imediatividade de suas preocupações. O movimento foi perdendo moradores com o passar dos meses, sendo que a distância da capital e a falta de infraestrutura contribuíram para tal fato. Ao mesmo tempo, debruçávamo-nos sobre o objetivo estipulado a priori, e a medida que o tempo passava ele tornava-se cada vez mais insatisfatório. Dois termos especificamente nos incomodavam: processo e participantes. O projeto era, tanto em seu objetivo geral quanto em seus objetivos específicos, focado na análise das percepções individuais dos participantes (sendo eles lideranças, apoiadores ou moradores das ocupações). Participantes que, em grande parte, não seriam mais encontrados. A sensação ao debruçar-se sobre o objeto era a de que ele escorria por entre os dedos: chegávamos ao indivíduo, mas não ao grupo, e tão pouco à classe. Captávamos aquilo que Antunes descreveu como relatos empíricos e cotidianos. Além disso, este relato seria muito mais uma “fotografia”, e menos um “filme”, ou seja, capturaria um momento particular, e não o processo dado. Batizamos este dilema de Feitiço de Áquila¹⁰, pois quando víamos o indivíduo, a classe se coisificava, e a noite, quando percebíamos a classe, o indivíduo se animalizava. Os dois nunca se encontravam em nossa presença.

A solução para este dilema começou a desenvolver-se quando começamos a

¹⁰ Feitiço de Áquila é um filme de fantasia lançado em 1985 nos EUA (com o título *Ladyhawke*), dirigido por Richard Donner e estrelado por Matthew Broderick, Rutger Hauer e Michele Pfeiffer. A película conta a história de um ladrão conhecido como “O Rato”, que escapa das masmorras de Áquila, na Europa Medieval, levando em movimento uma cadeia de acontecimentos que podem salvar a bela Isabeau e seu capitão valente. Os dois amantes estão condenados a uma maldição demoníaca conjurada por ciúmes pelo Bispo de Áquila. Nesta maldição, os dois estão condenados a nunca encontrarem-se: durante o dia Isabeau se transforma em um falcão, enquanto a noite Navarre (o capitão) se transforma em um lobo.

compreender de forma mais dialética a relação entre particularidade e universalidade no objeto de pesquisa (conforme apresentada acima). Neste momento, percebemos que o objetivo posto dirigia-se muito mais a compreensão do processo de consciência da classe do que, de fato, dos indivíduos tomados isoladamente ou em sua relação com a formação social da ocupação. A Ocupação Amarildo (assim como outras) expressa uma forma coletiva que manifesta uma determinada consciência de classe enquanto produto de sua organização. Assim como a consciência de classe está manifesta (em determinados estágios de forma e conteúdo), nos indivíduos que compuseram a ocupação. Contudo, a consciência de classe em sua forma particular coletiva (a ocupação) não refere-se apenas a soma das consciências dos indivíduos que a compõe, o que não nos impede de afirmar que a ocupação é um fenômeno concreto (e por isso particular), tanto quanto qualquer um dos indivíduos que a compõe o são. Tratava-se, então, de buscar definir a expressão particular que buscaríamos colocar como o centro da análise. Esta expressão particular ainda deveria ser posta em processo, ou seja, movimento, com uma expressão mais universalizada que possibilita-se a compreensão de seu movimento.

Desta forma, os objetivos apresentados no trabalho de qualificação já tendiam para uma compreensão que privilegiava as formas mais coletivas da consciência de classe. O objetivo geral apresentado naquele momento buscava “analisar o processo de consciência da classe trabalhadora expresso no desenvolvimento da Ocupação Amarildo de Souza na Grande Florianópolis/SC”. Destacamos aqui a diferença marcante entre o objetivo inicial e sua última versão. O primeiro buscava compreender a consciência de classe “na” ocupação, enquanto o segundo considerava a própria ocupação uma expressão desse processo de consciência. Deixávamos de olhar para dentro da ocupação para direcionar nossa análise ao seu redor. É verdade que esta compreensão ainda era tateante. Dois, dos quatro objetivos específicos concentravam-se em expressões da consciência de classe menos universalizadas, os indivíduos e o grupo, o que demonstrava uma certa insegurança na escolha realizada no recorte do objeto e na busca pelas suas mediações concretas. Resumidamente, ainda era um processo confuso. E esta confusão demonstrou-se no processo de qualificação, quando a banca reiteradamente nos questionava sobre o objeto de estudo, se seria este a ocupação Amarildo ou a consciência de classe, dilema este expresso em todo o percurso de nosso estudo. O feitiço de Áquila ainda nos amaldiçoava.

Hoje, após transcrito todo este processo, temos consciência que este feitiço ainda existe. O que realizamos para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma escolha, e nesta escolha o conselho de Ricardo Antunes nos martelava como um mantra: como a classe de fato

atuou e como poderia ter atuado, que outras possibilidades reais existiam naquelas condições histórico-concretas; como a classe de fato atuou e como poderia ter atuado, que possibilidades...

Assim, optamos pelas formas mais universalizantes da consciência de classe e passamos a compreender a ocupação Amarildo como a própria expressão desse processo de consciência. Era ela, a ocupação, a mediação concreta a ser analisada, expressão do movimento do ser social da classe e de suas formas de consciência. Mas ainda faltava algo, faltava a inserção desse movimento em uma totalidade concreta que lhe possibilita-se a compreensão. Mas que totalidade? Retomando a questão da ocupação enquanto mediação no processo de consciência das classes subalternas de Florianópolis, ficou evidente que esta totalidade deveria ter dois aspectos constitutivos: deveria ser essencialmente histórica, ou seja, privilegiar a dimensão diacrônica de sua constituição, e inerentemente política, atenta as formas pelas quais estes mesmos grupos subalternos tem expresso seu processo de consciência na constituição da representação de seus interesses. Estes dois aspectos permitiriam a compreensão da consciência de classe enquanto processo, objetivo definido desde o início desta pesquisa.

Desta forma inserimos a Ocupação Amarildo de Souza num movimento mais amplo de ocupações urbanas realizadas na região da área conurbada de Florianópolis, onde se destaca a existência de um primeiro ciclo de ocupações, no início da década de 1990, e de um segundo ciclo iniciado em 2012, conforme proposto por Canella (2016). Por sua vez, a necessidade de compreender a processualidade da consciência e das ações da classe exigiu que estes momentos não fossem considerados isoladamente, mas como componentes do fazer e fazer-se histórico das classes subalternas. Desta forma, a constituição destes ciclos num mesmo processo exigiu a composição do que denominamos “interstício”, a fim de que o processo de consciência de classe fosse compreendido em seu movimento. Para Canella:

No período que se estende do início dos anos 1990 até 2015, houve dois ciclos de mobilizações ligadas ao acesso à terra e/ou moradia urbana: o primeiro correspondendo aos anos 1990, e o segundo, o atual, que foi inaugurado pela Ocupação Contestado, em 2012, em São José. Esses dois momentos podem ser caracterizados como ciclos, termo cujo emprego se justifica por inexistir uma continuidade entre os dois momentos, e pelo fato de suas características tanto em termos de composição social de seus integrantes, como nas formas de organização e mobilização são significativamente distintas. (CANELLA, 2016, p.271)

A inserção da Ocupação Amarildo de Souza numa totalidade envolvendo estes ciclos possibilita não apenas a compreensão das fragilidades e potencialidades que esta expressa enquanto mediação do processo de consciência de classe dos grupos subalternos no movimento do segundo ciclo de ocupações, como também auxilia na compreensão de suas condições de

emergência. Estes ciclos de ocupação, contudo, não aconteceram em espaço abstrato, mas na concreticidade do espaço da cidade. Representam momentos específicos das lutas de classes que ocorrem não apenas no espaço urbano mas tendo o próprio espaço como objetivo de luta. Ocupar é ação de representação de interesses dos grupos subalternos nas lutas de classes na e pela cidade. Assim sendo, trata-se também de compreender a forma específica com que as classes distribuem-se neste espaço, destacando a forma singular com que a segregação socioespacial se desenvolveu em Florianópolis.

Antes de apresentarmos a forma final da pesquisa realizada, com seus objetivos, metodologia e apresentação de capítulos, dois conceitos ainda merecem ser rapidamente esclarecidos, visto a amplitude de sua utilização ao longo deste trabalho. Trata-se dos conceitos de classes subalternas (ou grupos subalternos) e representação de interesses.

Segundo Simionatto (2009), o conceito de classes e/ou grupos subalternos foi inserido na literatura marxista por Gramsci e, embora este conceito tenha aparecido em suas obras iniciais, são nos textos conhecidos como Cadernos do Cárcere que ele adquire uma dimensão própria em sua obra. Para o estudo desses grupos, evidencia, uma série de mediações deveriam ser observadas, como o desenvolvimento das forças econômicas, sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes assim como as lutas no interim dessas formações políticas na busca pela imposição de reivindicações próprias, para citar algumas. A autora enfatiza ainda que o tratamento dispensado por Gramsci ao termo busca recuperar os processos de dominação existentes na sociedade, desvendando as “operações político culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos”. Para Portelli (1977), seria justamente a análise gramsciana de hegemonia¹¹ que o levaria a distinguir três tipos de grupos sociais no interior e uma formação histórica. Primeiramente a classe fundamental, que exerce a hegemonia e dirige a sociedade, seguida pelos seus grupos auxiliares, que lhe servem de base social e, por fim, excluídas do sistema hegemônico as classes subalternas.

Green, analisando a questão da espontaneidade e da direção consciente em Gramsci, destaca o fato de que o autor sardo salienta que as lutas políticas subalternas são geralmente caracterizadas pela espontaneidade, o que contribui para sua ineficácia e, mesmo, para certa regressão da atividade política subalterna. Esta espontaneidade seria ainda definida como uma ação desses grupos devido a um impulso inquieto ou uma revolta criada por crises ou condições

¹¹ Sinteticamente definimos hegemonia como a forma pela qual as classes dominantes organizam e obtêm o consentimento de sua dominação pelas classes subalternas, sem o uso de violência ou de coersão.

inaceitáveis. Para sua eficácia, estas lutas deveriam ser guiadas por uma direção consciente, caracterizada “como a atividade política informada pela teoria revolucionária e enraizada em uma compreensão sistemática das condições históricas que definem a subalternidade”. (GREEN, 2016)

Concordamos com Galastri quando afirma que:

O exame das condições subalternas de vidas passadas e presentes pode esclarecer as alternativas históricas e atuais de agregação sistemática dessas classes e grupos, ou seja, as possibilidades de se tornarem *partido em disputa pela hegemonia*. As possibilidades, sejam claras. Nem sempre uma alternativa revolucionária existe e, quando existe, as circunstâncias para aproveitá-la dependerão do quão eficaz tenha sido a ação dos intelectuais orgânicos dos subalternos em organizá-los, formar novos intelectuais orgânicos, cultivar um sentimento de autonomia, diferença e oposição às classes dominantes e dirigentes” (GALASTRI, 2014, p.44)

Assim, o uso do conceito de classes e grupos subalternos neste trabalho tem como objetivo enfatizar os aspectos e elementos políticos ligados a luta hegemônica, aspectos estes que consideramos fundamentais no processo de consciência de classe. Justamente nesta relação que o conceito de representação de interesses se coloca. Sobre este conceito reproduzimos abaixo uma reflexão proposta por Ridenti que, embora sua extensão, realiza uma bela síntese sobre a questão da representação de classe:

Representação é o canal de mediação com, ou contra, o outro. Os despossuídos podem-se fazer representar, na sua relação com as classes dominantes, *pela mediação dos sindicatos, dos partidos políticos, dos líderes carismáticos ditos ‘populistas’, dos chamados ‘movimentos sociais’ ou ‘populares’, etc.* Esses, por sua vez, encontrarão como interlocutor o Estado, mediador supremo na relação de uma classe com o seu outro, *sendo que as classes não aparecem como tais, mas apenas como grupos de pessoas com interesses divergentes.* (...)

O que importa para aferir a *representação de uma entidade* (de um sindicato, partido, ou do próprio estado), dando-lhe um caráter não definitivo e oscilante, é o fato de servir ou não aos agentes sociais como mediação com (ou contra) o seu outro. Essa representação pode existir num momento e desaparecer no seguinte, ser mais duradoura ou mais fugaz, jamais definitiva, sendo difícil precisar com exatidão a sua existência e extensão. *A representação “de classe” dos trabalhadores pode convergir de diferentes formas para o processo de contestação e superação do modo de produção capitalista.* Ou pode não convergir para tanto. Em caso afirmativo, ela seria evidentemente uma representação de classe enquanto tal, *parte do movimento* de constituição da classe trabalhadora “para si”, processo que vimos ser um percurso, não um dado. Em caso negativo, tem-se um “simulacro de representação de classe”, no máximo a representação de indivíduos, incapazes de romper com os horizontes da ordem capitalista. (RIDENTI, 2001, p.99-100, grifos nossos)

A longa citação acima exposta nos ajuda a evidenciar os seguintes aspectos. Primeiro, que a representação é uma forma de mediação na relação entre as classes; segundo, ela ocorre por meio de formas organizativas concretas; terceiro, a relação entre as classes aparece de forma

mais imediata enquanto a relação entre grupos com interesses divergentes; quarto, estas representações *podem ou não* convergir para interesses de classe, contribuindo para o processo de contestação da classe ao sociometabolismo do capital, ou então para a construção de consensos que garantam sua reprodução. Caso estas representações contestem tal modo de sociabilidade, constituem uma parte (ou uma expressão, na forma gramatical que recorrentemente utilizamos) do movimento desta classe em seu movimento de entificação frente ao capital¹²

Assim sendo, constitui o objetivo deste trabalho analisar o processo de mediação desenvolvido pela ocupação Amarildo de Souza¹³ no movimento da consciência de classe das classes subalternas de Florianópolis, buscando, para isso, compreender as determinações objetivas e subjetivas que possibilitam a sua emergência e influem em sua trajetória, identificar as pautas políticas e as formas de ação expressos em sua trajetória e, por fim, estabelecer a relação entre o desenvolvimento da ocupação em sua contextualidade social e histórica na região.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma metodologia eminentemente qualitativa, por caracterizar-se pela obtenção de dados descritivos, pelo contato direto entre pesquisador e realidade pesquisada e por enfatizar mais o processo que o produto obtido (BOGDAN e BIKLEN, 1982). A pesquisa qualitativa orientada sobre o materialismo histórico dialético destaca a realidade e a concretude do fenômeno em si mesmo, cujo estudo possibilita ao pesquisador deduzir suas dimensões aparentes e essenciais para, enfim, validá-lo em seu retorno à prática social. Foram realizadas 4 entrevistas semiestruturadas¹⁴, observações de

¹² O leitor observará que Ridenti utiliza o conceito “classe para si”, que corresponderia, na obra marxiana, a um momento de constituição da classe posterior ao da “classe em si”. Ao longo deste trabalho evitamos a utilização destes conceitos, ainda que eles sejam fundamentais para a compreensão da conceituação marxiana sobre a relação entre o ser e a consciência da classe, pois evocá-los construiria a necessidade de fundamentar questões diretamente envolvidas em sua constituição, como o processo de alienação histórica do trabalho pelo capital e a necessidade histórica de sua suprasunção, tanto quanto a construção de um arsenal categórico que evidencia-se sua relação com o processo de consciência de classe. Questões ligadas a estas temáticas são abordadas por Istvan Mészáros em seu livro “Filosofia, ideologia e ciência social” (2008), mais especificamente no capítulo segundo.

¹³ Este trabalho restringe-se a análise do processo de ocupação desenvolvido nas áreas da SC-401 e de Maciambu, até sua transferência para a localidade de Águas Mornas, tomando este movimento como expressão política da classe trabalhadora precarizada de Florianópolis, busca identificar o processo de consciência de classe por ele desenvolvido e nele concretizado, e as consequências, possibilidades e limites deste processo na luta de classes na cidade de Florianópolis. Os motivos de constituição deste recorte temporal referem-se à compreensão de que, a partir de sua entrada em Águas Mornas, o movimento Amarildo, agora um assentamento da reforma agrária, deixou de representar especificamente o movimento sem-teto da região conurbada de Florianópolis. Ao mesmo tempo, desenvolveu internamente um processo conflituoso que exigira a colocação do problema do processo de consciência de classe em uma patamar capaz de ofertar o entendimento dos conflitos interindividuais e grupais como formas da fragmentação entre as dimensões econômica, política e morais postas sobre a reificação capitalista.

¹⁴ A meta inicial da pesquisa envolvia a realização de 6 entrevistas, sendo duas realizadas com participantes permanentes na ocupação, duas com participantes da ocupação não mais presentes no movimento, e duas com

campo e análise do material construído pelo movimento (comunicados, jornais, vídeos) e divulgado principalmente em suas redes sociais.

A realização da reconstituição do primeiro e segundo ciclos de ocupações urbanas na região de Florianópolis, assim como seu interstício, foi baseada em material bibliográfico realizado em pesquisa específica para este fim, utilizando-se, em especial, monografias, dissertações e teses para a reprodução dos movimentos mais específicos. Sobre o processo de consciência de classe, este foi compreendido majoritariamente segundo as contribuições de Iasi (2002, 2006 e 2007), Gramsci (1984, 1989) e Mészáros (2008), com o suporte das reflexões propostas por Pinheiro (2006, 2010), Lorena (2012) e Oliveira (2011, 2015), dentre outros, para sua relação com a mediação das ocupações urbanas.

Os resultados obtidos foram apresentados na seguinte organização da exposição. No Capítulo II realizamos uma breve descrição do processo de constituição do cenário urbano de Florianópolis, do desenvolvimento da segregação socioespacial das classes subalternas na articulação entre a região continental e insular de sua conurbação, e da constituição dos interesses espaciais e econômicos das elites locais concretizados no desenvolvimento da cidade. Identificamos ainda neste percurso a contradição existente entre a segregação social das classes subalternas e o discurso hegemônico de uma cidade turística e próspera.

A partir deste ponto, apresentamos no Capítulo III a emergência do primeiro ciclo de ocupações urbanas, desenvolvido entre os anos de 1990 e 1992, resgatando a trajetória de suas mediações políticas e sociais a partir do início da década de 1980. No capítulo seguinte, o quarto, apresentamos o período posto entre o primeiro ciclo de ocupações e a emergência do segundo ciclo, período este que denominamos “interstício”, abrangendo um espaço temporal de duas décadas, entre 1992 e 2012.

No Capítulo V apresentamos o desenvolvimento do segundo ciclo de ocupações, enfatizando suas condições de emergência no surgimento regional de novas mediações políticas dos interesses das classes subalternas, encontrando nesta emergência um processo de maior amplitude relacionado com o esgotamento do modo de regulação gestado a partir do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva no governo federal. No Capítulo VI apresentamos o objeto específico desta pesquisa, desenvolvendo a trajetória da ocupação Amarildo de Souza

membros da rede de apoio. Contudo, não foi possível realizar entrevistas com os evadidos pela recusa dos contatos encontrados em realizar a entrevista. Ao mesmo tempo, a observação direta nas reuniões da rede de apoio foi considerada suficiente para o desenvolvimento deste trabalho, de forma que foram entrevistados 3 membros permanentes da ocupação e um representante da rede de apoio.

neste segundo ciclo.

O Capítulo VII apresenta um conjunto de reflexões elaboradas sobre o percurso histórico que desenvolvemos (primeiro ciclo, interstício e segundo ciclo de ocupações), realizando uma análise deste comparativa entre os dois ciclos para em seguida compreendê-los num mesmo processo, que expressa por sua vez os movimentos da consciência de classe dos grupos sociais envolvidos. Nesta elaboração, surgem reflexões sobre questões pontuais relacionadas à consciência de classe, e o movimento desenvolvido a partir da Ocupação Amarildo de Souza. Concluimos retomando o caminho traçado até então, destacando o movimento de constituição das representações de interesses entre os ciclos e desenvolvendo a compreensão da “possibilidade perdida” no segundo ciclo de ocupações, possibilidade esta de instauração da representação dos interesses de classe dos grupos subalternos, especialmente os sem-teto, num movimento mais amplo, numa forma de re-edição histórica do primeiro ciclo de ocupações. Consideramos que esta reflexão recoloca o problema da necessidade de constituição da representação de interesses das classes subalternas como tarefa política organizativa desta classe, no reconhecimento das possibilidades de ação que se colocam no campo da política, espaço orgânico das relações entre o ser e o dever ser, a realidade e a possibilidade, enfim, da tarefa da filosofia, transformar o mundo!

2 SEGREGAÇÃO URBANA “NUMA/PARA ALÉM” DA ILHA

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. (...) A mentira não está no discurso, mas nas coisas
(Calvino, 1972 , p. 60-61)

Nos últimos anos do século XX, e nos primeiros do século XXI, foi desenvolvida uma verdadeira campanha publicitária da capital catarinense nos principais veículos de comunicação nacional e estadual. Entre as notícias divulgadas, manchetes como “Aqui se vive melhor” e “Floripa é capital com jeito de interior” estampavam as páginas de jornais como a Folha de São Paulo e de revistas como a Veja¹⁵. O diminutivo “Floripa” era associado a uma alta qualidade de vida, belas praias e natureza exuberante, pouca violência e, principalmente, a uma cidade essencialmente turística e próspera, enfim, uma verdadeira “Meca” das classes médias.

Como bem adverte Marco Polo ao sábio Kublai, “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve”. Neste sentido, Maria Inês Sugai nos convida a questionar o discurso hegemônico do desenvolvimento urbano da cidade de Florianópolis e, no exercício da compreensão crítica da realidade, desvelar a cidade real que se camufla sob o discurso, nos “significativos processos sociais e espaciais”, e nessa busca pela cidade real desvelar a representação ideológica da cidade. Mas por que ideológica? Porque não reconhece as determinações históricas e sociais que lhe sustentam e, ao não reconhecê-las, tende a atuar como uma mistificação universalizante de determinados interesses particulares. (SUGAI, 2015)

Mas quais seriam estes interesses particulares que se expressam na construção desse discurso hegemônico da cidade de Florianópolis, como e quando este discurso emergiu e ganhou força, e quais seriam os “significativos processos sociais e espaciais” que desvelam a cidade real? Para a autora, “Floripa” enquanto “Ilha da Magia” trata-se de um projeto de cidade “lançado” no final da década de 1980 com o slogan de “Paraíso Internacional”, buscando elevar a capital ao turismo internacional, aproveitando-se, sucessivamente, da criação do Mercosul, enquanto mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, cuja localização geográfica de Florianópolis possibilitaria ao governo municipal sua divulgação enquanto “A capital turística

¹⁵Sugai (2015, p.24), destaca as seguintes reportagens: “Aqui se vive melhor”, Veja, 7 abr. 1999; “Floripa é capital com jeito de interior”, Folha de São Paulo, 7 ago. 2000; “Capital atrai pela qualidade”, Diário Catarinense, 23 mar. 2002; “Riqueza escondida”, Veja, 16 set. 1998; “Ricos descobrem Florianópolis”, Diário Catarinense, 3 fev. 2002; “Florianópolis é a capital com menor índice de mortalidade infantil”, Folha de São Paulo, 22 jun. 2001; “Os ‘estrangeiros’ invadem a [Universidade] Federal de Santa Catarina”, Folha de São Paulo, 4 out. 2000; “Santa Catarina diversifica sua economia e cresce”, Folha de São Paulo, 3 mar. 2002; “Crescimento do litoral é recorde”, Diário Catarinense, 11 fev. 2001; “Floripa, a campeã: pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a meca da classe média”, Veja, 7 mar. 2001.

do Mercosul”. Neste sentido, a “Ilha da Magia” representa o projeto hegemônico da burguesia para a capital do Estado de Santa Catarina. Projeto que expressa interesses que ganham contornos precisos na política municipal em 1989, mas que possuem raízes mais antigas.

Ainda para a autora, esse processo de “desvelamento” da cidade real envolve dois fatores relacionados; O primeiro refere-se a negação da identificação de Florianópolis apenas como uma ilha. A cidade seria constituída pela Ilha de Santa Catarina, com extensão de 424,4 Km², e uma parte continental, com extensão de 12,1 Km². Embora a extensão territorial da parte continental possa parecer pequena se comparada a extensão insular, os números populacionais não confirmariam esta representação. Em 1991 e 2000, respectivamente, 32% e 26% da população do município habitaria nos bairros que constituem a região continental, e ainda que a proporção tenha caído, haveria no ano 2000 um aumento da densidade populacional nesta região, que passara de 6.757 hab/Km² para 7.89 hab/Km². Para a autora:

A difusão dessa noção de que Florianópolis constitui-se apenas numa Ilha (...) não é inócua. Faz parte do ideário e do discurso dominante e, no campo ideológico, cumpre papel importante na estruturação urbana, na distribuição dos investimentos públicos e no processo de segregação espacial. (SUGAI, 2015, p.29)

Assim, a representação da cidade em uma ilha autorizaria a concentração de investimentos públicos municipais e estaduais na região insular, investimento este relacionado a um processo histórico e social de manifestação de interesses pelas classes locais dominantes dos espaços destinados tanto a si mesmas como também a localização espacial das classes subalternas na região da Grande Florianópolis. A compreensão desse processo, ainda para a autora, deve inserir-se na produção da conurbação entre Florianópolis e os municípios vizinhos, São José, Palhoça e Biguaçu e construção de uma segregação socioespacial das classes pauperizadas nessa conurbação. Isso porque a compreensão da composição destas cidades numa totalidade, com suas “interações socioeconômicas” e sua “integração socioespacial”, evidencia a realidade intraurbana do “todo intraurbano” constituído, possibilitando a percepção das contradições socioespaciais concretas, com seus conflitos, desigualdades e segregações correlatos. (SUGAI, 2015, p.30)

Embora o desenvolvimento da conurbação entre os municípios tenha se desenvolvido mais claramente a partir da década de 1970, consolidando-se durante a década de 1990¹⁶, devemos retroceder na constituição do espaço urbano de Florianópolis e da segregação das classes

¹⁶ Sugai (2015, p.29) destaca a instituição da Região Metropolitana de Florianópolis pelo governo do Estado em 1998, através da Lei Complementar nº 162/98 para demonstrar este processo tardio de conurbação.

subalternas em seu interim para o entendimento dos processos envolvidos na conurbação.

Até a década de 1940 Florianópolis era, literalmente, uma ilha, visto que a indexação de seu território continental ocorreu apenas em 1943, área pertencente até então ao município de São José. A ligação viária com o continente também era consideravelmente recente, visto que a construção da Ponte Hercílio Luz deu-se entre os anos de 1922 e 1926. Mas pouco antes do início dessa construção desenvolveu-se a ação de realocação dos segmentos pauperizados que habitavam o centro de Florianópolis através das políticas de urbanização do começo do século. Tratam-se das obras de saneamento realizadas no rio da Fonte Grande, popularmente conhecido como rio da Bulha, que cortava o centro histórico da cidade e da construção da Av. Hercílio Luz em 1918. A construção baseava-se em justificativas higienistas de combate aos riscos de epidemia na cidade. Mas sua realização acabou expulsando os moradores dos barracos, cortiços e casebres que margeavam este rio através do remodelamento do espaço central, extinguindo ruas e becos e afastando as classes mais empobrecidas que vinham aglutinando-se às margens do rio por décadas para as encostas do Maciço do Morro da Cruz, num processo que seria agravado com o decorrer do tempo.

Neste período, o Maciço do Morro da Cruz (MMC)¹⁷ era habitado predominantemente por escravos libertos que iniciaram seu povoamento começou no final do século XIX. É justamente entre o fim do século XIX e começo do século XX que Sugai identifica o primeiro momento em que a ocupação do solo urbano de Florianópolis pelas “populações pobres” ocorreu de forma intensificada e localizada nas encostas do Maciço e nas proximidades do centro histórico. Com as transformações urbanas ocorridas pelas obras sanitárias da década de 1920, o Maciço passa por um segundo processo de povoamento, recebendo as populações expulsas do centro da cidade. A constituição das diversas comunidades existentes em sua extensão acompanha a constituição da segregação socioespacial das classes subalternas no município, assim como os períodos em que a ocupação do solo urbano se intensifica. Dantas, por exemplo, identifica três fases no povoamento do Maciço. A primeira, como afirmamos, no final do século XIX, com a ocupação de escravos libertos. A segunda seria posterior a 1920, fruto das transformações urbanas que salientamos, e a terceira se encontraria nas décadas de 1950 e 1960 com a vinda de migrantes negros e pobres dos municípios de Biguaçu e Antônio

¹⁷ O Maciço do Morro da Cruz, também conhecido como Morro da Cruz ou Maciço Central de Florianópolis, é uma formação rochosa localizada na região central da parte insular da cidade que possui uma largura média de 800 metros e chegando a 285 metros de altura que estende-se por quase 5 km entre as Baías Norte e Sul da Ilha de Santa Catarina. O seu desenvolvimento histórico acompanha o processo de ocupação territorial do centro da cidade, sendo que hoje congrega uma enorme quantidade de comunidades empobrecidas da cidade.

Carlos, buscando trabalho na construção civil em ascensão. Já para Sugai, considerando a amplitude municipal, o segundo momento de intensificação da ocupação urbana pelas parcelas mais pobres deu-se próximo aos anos 1960, quando o aumento da migração campo-cidade ampliou a ocupação do Maciço assim como propagou-se para a ocupação da região continental, tanto nas periferias de Florianópolis como também dos municípios vizinhos, especialmente São José. (DANTAS, 2012; SUGAI, 2009, p.170)

Retomando as transformações do período de 1920, é importante ressaltar que neste período vê-se desenvolver os primeiros conflitos sociais ligados a questão da moradia e da subsistência das classes trabalhadoras em Florianópolis. A vida do operário em Florianópolis sofria pela relação estabelecida entre os baixos salários e o alto custo de vida, de forma que alguns movimentos acabaram sendo realizados pelas associações operárias existentes buscando negociações com o setor público e privado. O mais significativo deles consta do final da década, quando as condições de vida da classe trabalhadora, difíceis no segundo meado da década de 1920, agravara-se pela crise mundial de 1929. Em maio deste ano, a União e a Liga Operária realizam um comício e encaminham ao governador Adolf Konder um memorial em que constam como necessidades cruciais dos trabalhadores: impedir o aumento do preço da carne até o final do ano; a criação de uma cooperativa e, por fim, a construção de uma vila operária. Apenas a proposta de criação de uma cooperativa foi recusada pelo governador, pois esta “afetava diretamente a negócios do Estado e do comércio em geral”. Ainda assim, os movimentos envolvidos realizam uma passeata no dia 30 do mesmo mês para parabenizá-lo pelo acolhimento das propostas. Esta vila operária consistiria na primeira a ser construída pelo Estado de Santa Catarina, atenuando o grave problema habitacional do operariado florianopolitano (COLLAÇO, 2004, p 54-55)

O governador honrou com sua promessa e o processo de construção da primeira vila operária começaria ainda em 1929, sendo concluído no ano seguinte. A área escolhida e adquirida pelo Estado localizava-se na Trindade, em frente a futura penitenciária que seria construída na região. A União e a Liga Operária foram responsabilizadas para colaborar com sugestões para o projeto que concretizou-se na construção de vinte casas, ficando os futuros proprietários responsáveis pelo pagamento da quantia de 50 mil réis para a “amortização e juros do capital empregado” em um prazo fixo de dez anos, findo do qual a casa pertenceria ao operário e sua família. Obviamente a região da Trindade não representava aos interesses das classes burguesas o que representa hoje. Consistia em uma área longínqua do centro da cidade e com precárias ligações viárias, o que justificava a construção da penitenciária na localidade.

A Vila Operária Adolfo Konder, como foi batizada, foi inaugurada no dia 21 de setembro de 1930 na Rua Agenor Cardoso, juntamente com a Penitenciária do Estado, em frente a vila. (COLLAÇO, 2004, p. 56-59)

Uma segunda Vila Operária seria construída pelo governo do Estado apenas uma década depois, tendo suas obras iniciado no ano de 1941 e sendo entregue formalmente em 1º de maio de 1942. Esta “Vila Operária” seria chamada inicialmente “Conjunto Habitacional Vila dos Industriários”, e sua obra foi gerenciada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Tratam-se de 100 moradias que representam a primeira vila produzida pelo IAPI no Brasil, enquanto política nacional de habitação, e que deixariam a localidade conhecida como “Vila Operária do Saco dos Limões”, assumindo a nomenclatura da localidade¹⁸. (TOMAZ, 2012, p.179; TONIN, 2015)

A despeito destas construções devemos salientar que até a década de 1940 o interesse das elites locais pelas regiões do norte da ilha, assim como os bairros que seriam sua via de acesso como Agronômica e Itacorubi ainda não estava desenvolvido. Nesta época, havia um interesse recente pela região continental recém anexada de São José, assim como pelo centro histórico, com o deslocamento ou criação de diversos serviços estatais que historicamente depreciam os valores imobiliários da região onde se localizam justamente para localidades como Agronômica, Itacorubi e Canasvieiras. São exemplos desse movimento a instalação da Colônia Penal Agrícola em Canasvieiras (1937), a penitenciária na Agronômica (inaugurada em 1930 e concluída em 1945), e o aterro sanitário no Itacorubi, que receberia o lixo urbano da cidade. É a partir do final desta década, e mais intensamente a partir de 1950, que as elites locais voltarão seus olhos para as praias localizadas na região norte da ilha em função da perspectiva de desenvolvimento turístico, e neste percurso direcionarão suas áreas residenciais e de veraneio para estas localidades e suas vias principais de acesso. (SUGAI, 2015, p.71)

Um processo importante para a consolidação desses interesses concretiza-se através da elaboração dos planos diretores desenvolvidos a partir da década de 1950. Entre 1952 e 1954, por exemplo, temos a elaboração do primeiro Plano Diretor de Florianópolis, que buscava a superação do “atraso” industrial da cidade pela construção de uma moderna zona industrial que

¹⁸ O bairro tem importância na história da moradia popular no Brasil. Foi ali, em 1º de maio de 1942, que foi entregue o primeiro conjunto habitacional produzido pelo extinto IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários). São 100 unidades habitacionais produzidas que deixaram o local conhecido como Vila Operária do Saco dos Limões. A morfologia urbana implantada através deste conjunto acabou se sobrepondo a todo bairro, ultrapassando os estreitos limites do conjunto. Até hoje o bairro apresenta uma característica residencial e uma morfologia de imóveis com no máximo dois pavimentos, em sua maioria, e uma malha viária interna quadrangular na sua planície. (TONIN, 2015, p. 206)

se localizaria no entorno de um porto a ser construído no bairro Estreito, além da construção de um elaborado conjunto de vias principais que direcionaria o crescimento da cidade. Este plano foi aprovado em 1955 por meio da Lei Municipal nº 246/55, mas a efetivação de seus projetos deu-se segundo a seletividade dos interesses hegemônicos. Além da construção de uma zona portuária na ala continental, esse plano privilegiava o desenvolvimento da cidade no sentido da parte sul da ilha, contrariando o desenvolvimento que ocorria especialmente a partir do final da década de 1940 das elites locais, que mostravam interesse pela norte, inclusive através da construção de diversos equipamentos públicos, como a Casa do Governador, em 1954, na região da Agrônômica. Não é sem motivos que dentre os poucos projetos deste plano que foram implementados estão principalmente as construções viárias que ligam o centro e a ala norte da ilha, com destaque para a Avenida Beira-Mar, durante a década de 1960. O interesse das elites locais no potencial turístico das praias do norte também pode ser exemplificado pela criação da Imobiliária Jurerê no ano de 1957, sendo Aderbal Ramos seu principal acionista. As ações desenvolvidas por esta imobiliária envolviam o mapeamento de titularidades e a apropriação irregular das áreas, com a expulsão das famílias ribeirinhas através de ações coercitivas, num processo de grilagem¹⁹. (SUGAI, 2015; CAMPOS, 1989)

É justamente durante a década de 1960 que serão definidas as localidades dos bairros residenciais das elites locais, concentrando-se em regiões como Trindade, Agrônômica e Itacorubi, situados no eixo norte-nordeste do centro de Florianópolis em direção aos balneários da baía norte. Embora a construção dos prédios e residenciais ocorra essencialmente a partir de 1970, é neste momento que importantes obras viárias são desenvolvidas buscando a acessibilidade destas localidades, como a Avenida Beira-Mar já citada, assim como a localização de empreendimentos que concretizam este interesse de desenvolvimento. É o caso, especialmente, da decisão pela implantação do campus universitário da UFSC na região da Trindade²⁰, cuja opção pela localização consta de 1962 e a constituição do campus de 1969.

¹⁹ “Em 1957 surgiu a Jurerê Imobiliária. Aderbal Ramos era seu principal acionista. Ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha. A pressão, no entanto, ia mais longe. Segundo Seu Criso, o povo viu-se forçado a deixar a área, a firma “apertava”, ou seja, cercava tudo, forçando o pessoal a sair, mesmo que não desejasse. Concorda Seu Deca Bastião que o número de pessoas “apertadas”, por parte principalmente de Petry (engenheiro da referida imobiliária) foi considerável. Petry tentou ainda se apossar da praia, tirando ranchos de canoas de pescadores, mas foi impedido inicialmente pela Prefeitura, que exigia o cumprimento da legislação de ocupação de terras da marina: 35 metros da máxima maré. Tal legislação foi burlada com o tempo e ocorreu a ocupação de muitas áreas até junto à praia, como fez o Grupo Habitasul” (CAMPOS, 1989, p. 145).

²⁰ “Um investimento público cuja localização definiu prolongada polêmica em Florianópolis foi o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1969. Antes mesmo da formação da universidade, em 1955, o Plano Diretor já previa a sua localização na área central. Havia, porém, opositores a essa proposta, que defendiam que o campus deveria ser construído no bairro da Trindade, onde o governo estadual havia doado, para a UFSC,

Vale lembrar que, nos seus primeiros dez anos de existência, a universidade federal possuiu um orçamento superior ao da própria capital, o que sugere a valorização que esta localidade teria desde esse momento. O número de loteamentos realizado nesta localidade, por exemplo, cresce 12% entre as décadas de 1950 e 1960, representando neste último período 27% do total de loteamentos realizados na cidade. (SUGAI, 2015, p. 81-83)

É a partir do final dos anos 1960 e começo dos 1970 que as ações de planejamento e elaboração dos planos urbanos articulam-se definitivamente com os interesses das elites locais. Sugai (2015) destaca que neste período iniciam-se um conjunto de ações, planos e investimentos do poder estatal que buscam “otimizar o sistema viário da Grande Florianópolis, em especial da Capital” decorrendo em “intervenções rodoviarísticas” que basearam-se no planejamento urbano elaborado entre 1969 e 1971, intitulado Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, e acabaram consolidando-se no Plano Diretor de Florianópolis aprovado em 1976, através da Lei nº 1440/76. Por sua vez, Rizzo (1993) salienta a necessidade existente no período de que a região constituída por Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu conquista-se o caráter de região metropolitana junto ao governo federal. A construção dessa região metropolitana era fundamental para acessar determinados financiamentos do governo, que exigia, por sua vez, a existência de trabalhos de planejamento para estas regiões. A construção da região metropolitana contida no plano de desenvolvimento integrado surge nesta perspectiva, e sua importância é ratificada pelo governo estadual em 1971 através do Projeto Catarinense de Desenvolvimento²¹, que destaca sua importância.

Em 1977, buscando consolidar e ampliar estas ações de planejamento, é constituído o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) por intermédio da lei municipal nº 1494 de 24 de março, com o objetivo de elaboração de estudos para a implantação e atualização do Plano Diretor de Florianópolis. Seguindo a tendência nacional de crítica ao modelo tecnocrático dos planejamentos realizados pelo governo federal, o IPUF começa a adotar uma

as terras da antiga Fazenda Assis Brasil. A Trindade, antiga freguesia do século XIX, situada a leste do Morro da Cruz, constituía-se, no início da década de 1950, em um bairro periférico de características semirurais, com ocupação bastante incipiente.” (SUGAI, 2015, p.81)

²¹“Se Florianópolis e os municípios vizinhos não tinham conquistado a condição de Região Metropolitana, o processo de urbanização em curso na época, mostrando os primeiros traços de conurbação entre Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça (...) e, sobretudo, o objetivo inscrito no Projeto Catarinense de Desenvolvimento de 1971, de se ter a Região Metropolitana, impunham a necessidade de se conquistar tal condição junto ao governo federal, que tinha a prerrogativa de criá-la. Para isso, era fundamental que se projetasse a região, pois um dos critérios do SERFHAU para selecionar os pedidos de financiamento era o de haver trabalhos de planejamento. Os que estivessem mais adiantados, em termos de planejamento, teriam prioridade na aprovação dos pedidos.”(RIZZO, 1993, p.68)

tendência crescente em que a participação comunitária assume um papel fundamental na elaboração dos planejamentos urbanos. Como é de costume no sociometabolismo do capital, suas expressões democráticas formais mantêm pouca, ou nenhuma, relação com expressões democráticas de fato. O modo como a participação comunitária ocorreria permanece carente de definição, e a questão da “participação comunitária” continuou sendo uma questão política, definida “em função da força que tem cada segmento social que constitui a comunidade”. A partir desse momento se constata, de fato, que esta “participação comunitária” é expressa em sentido mais evidente através do setor empresarial de construção civil e de seu “lobby” privado na câmara de vereadores, promovendo as alterações e aprovações legislativas municipais que lhes beneficiaria. O próprio processo de elaboração dos planos municipais ainda constava com negociações entre o instituto responsável e o Sindicato da Construção Civil (SIDUSCON). (RIZZO, 1993, p.85-7)

É justamente durante a década de 1970 que ocorre a consolidação das regiões de interesse dos grupos dominantes na cidade de Florianópolis, e os interesses a eles vinculados, como também do projeto mais amplo envolvendo a região metropolitana e as funções desenvolvidas pelas cidades que a compõe. Neste sentido, ocorre a implementação ou construção de um conjunto de sedes de órgãos e empresas estatais nos bairros da Trindade, Itacorubi, Santa Mônica e Agrônômica (o eixo norte-nordeste), com destaque para a implementação da sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) ao lado da UFSC, em 1978, e da sede das Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC), em 1976, no bairro Santa Mônica. É também a partir da década de 1970 que Canasvieiras passa a “polarizar os balneários ao norte” da ilha como polo de turismo, em função de sua infraestrutura. O turismo na cidade, e nas praias do norte, cresce neste período, fruto da articulação entre o crescimento nacional das camadas médias e da finalização da BR-101, realizado em 1971. Entre as grandes obras viárias desenvolvidas neste período encontram-se o aterro continental (1975) e aterro da baía sul (1974), a rodovia SC-401-Norte (1974), a Ponte Collombo Salles (1975) a Via de Contorno Norte-Ilha (entre 1977 e 1981), além das rodovias SC-402, SC-403, SC-404, SC-405 e SC-406, todas realizadas na região insular no município (SUGAI, 2015)

Retomando o processo de conurbação, as atividades industriais renegadas no perímetro da capital acabam por encontrar nos municípios vizinhos sua região de desenvolvimento. Durante os anos 1960 e 1970 é o município de São José que acaba por assumir as funções industriais da conurbação em desenvolvimento, como a fábrica de rendas e bordados Hoepcke assim como empresas e estabelecimentos comerciais de grande porte como as Casas da Água e

a Madeireira Cassol. Isso contribuiu para que o crescimento populacional de São José tenha sido superior ao de Florianópolis durante a década de 1960, com uma taxa de crescimento populacional anual de 6,38% contra 3,13% da capital. Mas a industrialização não foi o único processo a acumular-se nas áreas continentais da metropolização. Desde a década de 1970 a parte mais pobre da população da região conurbada vive no continente, considerando a parte continental de Florianópolis e os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Em 1970, 89,6% da população de São José, 94,5% de Palhoça e 93,3% de Biguaçu recebiam até 2,34 salários mínimos, ao mesmo tempo em Florianópolis este índice não superava os 78%. Enquanto isso a faixa que recebia acima de 10 salários mínimos era de 2,4% na capital, no mesmo momento em que nos demais municípios não passava de 0,17%. Ao mesmo tempo, foi em São José que grande parte da classe trabalhadora atraída pelo ritmo de crescimento da região e pelas grandes obras realizadas acabou fixando residência. Em 1970, 19,64% da população de São José era formada por migrantes, ao passo que este percentual em Florianópolis representava 9,85% de sua população. (SUGAI, 2015, p.80, 91)

A localização das camadas mais pobres no lado continental auxiliou o município a conquistar a classificação de melhor capital do país em 1974²², privatizando as benesses da aglutinação da força de trabalho enquanto terceirizava aos municípios vizinhos os gastos públicos necessários para sua reprodução. Mas a capital também desenvolvia sua parcela própria de pobreza, ainda que lentamente até este período. As comunidades empobrecidas localizadas nas encostas do Maciço do Morro da Cruz cresceram durante as décadas de 1950 e 1960, recebendo especialmente parcelas empobrecidas de migrantes dos municípios de Antônio Carlos e Biguaçu para trabalhar na construção civil, consolidando o terceiro período de constituição intensiva das comunidades do Maciço. Já a década de 1970 assistiu ao desenvolvimento das primeiras comunidades empobrecidas em outras regiões da cidade, localizados tanto na região norte da ilha (como o bairro Saco Grande) como também em direção ao sul (nas comunidades da Costeira do Pirajubáé) e ao aeroporto (em comunidades como a Tapera). (DANTAS, 2012; SUGAI, 2015)

Ainda assim as soluções encontradas para a questão da moradia popular mantinham sua localização na área continental. Como exemplo podemos citar a construção dos conjuntos

²² “Essa possibilidade de usar a mão de obra migrante, sem necessitar dispor de recursos públicos para melhorar sua condição de vida urbana e, ainda, poder isolar fisicamente e espacialmente essas camadas mais pobres, garantiu que, em 1974, no primeiro levantamento feito no país sobre as condições dos municípios brasileiros, Florianópolis fosse, surpreendentemente, classificada como a melhor capital do país.” (SUGAI, 2015, p.114)

habitacionais Bela Vista I, II, e III, no bairro Barreiros, município de São José, nos anos de 1972, 1978 e 1979, respectivamente. Todos pela Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB-SC). Em Florianópolis, a primeira construção de moradias populares desse período mais recente ocorreu em 1978, com a produção de 140 casas na região de Capoeiras, também no continente, no empreendimento que ficou conhecido como Projeto Sapê²³. Essa tendência de localização continental seria seguida pelos empreendimentos de moradia popular a partir deste período. Para uma percepção mais clara dessa realidade destacamos que entre 1966 e 1990 foram construídos 22 conjuntos habitacionais pela COHAB-SC na região metropolitana, sendo que 20 destes foram realizados em solo continental. (MIRANDA, 2001; FACCIO, 1997)

A dinâmica segregacionista cujas bases foram consolidadas na década de 1970 seria aprofundada e ampliada durante as duas décadas seguintes. Durante a década de 1980, em especial, se desenvolverá um amplo processo de criação e alteração de aspectos legislativos incentivando a apropriação do espaço urbano pelo capital privado. Neste sentido, a Lei nº 2433/86 autoriza a construção de shoppings em áreas de alta densidade demográfica, possibilitando a construção em áreas anteriormente proibidas. E quando a legislação não puder ser construída ou alterada, simplesmente não é considerada, como exemplifica a venda das terras da Ponta do Coral pelo governo do estado para o empresário Realdo Guglielmi, visando a construção de um hotel, contrariando explicitamente a lei municipal 1515/77 em que tal área constava como área verde. Por sinal, a mesma Lei nº 1515/77 fora metodicamente negligenciada para a construção do Beira Mar Shopping Center, que também ficara em áreas legisladas como verdes pela mesma lei. Posteriormente, possibilitando legalmente o desenvolvimento turístico da Ponta do Coral é promulgada a Lei nº 3213/89, que considera esta localidade como área turística exclusiva. Esses constituem apenas alguns exemplos, muitos outros poderiam ser evocados. (RIZZO, 1993)

Ocorre que entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 o turismo e a indústria de alta tecnologia vão aparecer para os olhos das classes dominantes como a panaceia econômica para o futuro florianopolitano, escasso, propositalmente, de um passado industrial. Trata-se do projeto turístico da “Ilha da Magia” enquanto polo internacional de turismo lançado no final dos anos 1980, conforme destacamos no começo deste capítulo. Enquanto o desenvolvimento do potencial turístico seria realizado pelas instituições estatais e meios publicitários privados apelando para as belezas ecológicas e culturais da ilha, e

²³ Para uma listagem dos conjuntos habitacionais produzidos em Florianópolis nas décadas de 1970, 80 e 90, ver Miranda (2010, p.58)

consequentemente transformando-as em mercadoria, a indústria de alta tecnologia se aproveitaria desta publicidade para buscar atrair a mão de obra qualificada presente nas classes médias. Neste momento, e corroborando no mesmo sentido, a conservação do patrimônio histórico ganha destaque no planejamento urbano enquanto uma mercadoria a incentivar o turismo, e se nos primeiros planos diretores municipais tal patrimônio remetia a um passado que queria-se superado, a partir da segunda metade da década de 1980 desenvolve-se o incentivo ao seu restauro e revitalização, como o Decreto 270 de 1986. (RIZZO, 1993)

A tendência predominante de desenvolvimento do turismo também limita o desenvolvimento de determinados ramos industriais ao mesmo tempo em que abre possibilidades para a indústria da construção civil. A indústria da informática também ganhará destaque neste perfil, seja pelo incentivo de um perfil de trabalhador com maior poder aquisitivo seja pelo baixo impacto ambiental gerado pelas suas atividades. O incentivo para sua instalação ocorre através da isenção de impostos que buscou atrair investidores e empresas para a cidade. A panaceia propagada afirmava que o desenvolvimento do turismo e da indústria de alta tecnologia permitiria o desenvolvimento de todas as classes sociais. Mas o turismo, com sua vocação sazonal, além da informalidade associada ao setor, permaneceria durante um longo tempo sujeito as indeterminações das relações econômicas estrangeiras, como é o caso do valorizado turismo argentino. Já a indústria de alta tecnologia teria pouca vocação para a absorção da mão de obra local desqualificada. (RIZZO, 1993; FRANZONI, 1993)

De acordo com Ouriques (1996), a essência da funcionalidade do marketing turístico reside na mensagem implícita ou explícita do processo de “venda de paisagens”, em que as belezas naturais aparecem relacionadas a práticas de lazer e turismo como uma “vocação natural”. O impulso ao setor imobiliário ocorre através da “ilusão” de que atributos paisagísticos são capazes de produzir valor. Trata-se, para o autor, da produção do fetiche da mercadoria-paisagem por intermédio de um discurso ideológico que alia o turismo tanto à promoção de um estilo de desenvolvimento com preocupações ecológicas como também a prosperidade econômica. Ouriques é taxativo ao demonstrar, por meio de vasto arsenal de dados estatísticos, que no desenvolvimento econômico da cidade (ao menos até o período estudado pelo autor) o turismo nunca se constituiu enquanto principal fonte de receitas. (OURIQUES, 1996)

Retomando nossa epígrafe inicial, Marco Polo nos advertiu que não devemos confundir a cidade com o discurso que a descreve, pois a mentira está na cidade, e não no discurso. De modo semelhante pensam as elites locais: seu discurso é verdadeiro, a cidade é quem mente. Na “verdade” do discurso a cidade é gerida como uma empresa, seu público são as classes médias

e altas e sua principal mercadoria é o fetiche da paisagem. Na “mentira” da cidade, o crescimento das comunidades empobrecidas durante as décadas através da multiplicação dos espaços de pobreza espalhados pelo tecido urbano de Florianópolis. A “mentira” manifesta-se enquanto negação do discurso hegemônico, enquanto concreticidade que nega a ideologia imposta. Levas migracionais invadem o município entre o final da década de 1980 e começo de 1990. Pobres em peregrinação à Meca das classes médias, montando barracos na via expressa antes de chegar na ponte, esperando que Maomé lhes ajude a adentrar os portões do espaço sagrado e conquistar um pedaço de terra santa. Eram mais de 40 espaços de pobreza que espalhados não apenas na região continental como também nas áreas segregadas da parte insular da capital. E Maomé compareceu. A década de 1990 amanhece na capital catarinense trazendo fortes conflitos urbanos e a emergência do movimento sem teto. Este processo é o que veremos a seguir.

3 ASCENSÃO E QUEDA DOS SEM TETO

Das 365 possibilidades diárias que o ano de 1990 possuía, foi justamente o vigésimo nono dia do sétimo mês do ano o escolhido para representar a data em que as lutas populares por moradia assumiriam a forma de uma “ação mais direta” para a solução de suas necessidades habitacionais na capital catarinense: neste dia ocorreria a primeira ocupação organizada de terras urbanas de Santa Catarina, e com isso abria-se a porta para uma nova possibilidade!

Até o último 29 de julho, a maioria dos habitantes de Florianópolis só conhecia os acampamentos de sem-terra por intermédio da imprensa ou dos barracos de lona que, de vez enquanto, se instalavam em frente à Catedral e ao palácio para exigir reforma agrária. Na madrugada daquele domingo, uma centena de famílias sem terra, sem teto e sem medo, ocuparam um terreno da COHAB, no Pasto do Gado, às margens da Via Expressa. Foi a primeira ocupação organizada de terras urbanas da história de Santa Catarina. (...) Os barracos de acampamentos do Oeste e das comunidades de periferia da Capital tem em comum a sina de abrigar parte dos 300 mil agricultores expulsos da roça, nos últimos oito anos, com o sumiço de 67 mil pequenas propriedades. (...) Somos nós que construímos esta cidade, mas até hoje não nos deram o direito de morar dignamente. Por isso decidimos OCUPAR, RESISTIR e CONSTRUIR. (...) Temos direito a água, luz, transporte, saúde, educação e lazer. Lutamos pelo direito de viver como seres humanos. (Jornal das Comunidades, nº 06, jul/ago de 1990 apud FRANZONI, 1993, p.38)

Obviamente não foi a primeira vez que terras públicas ou privadas foram ocupadas com fins habitacionais pelas classes populares do município, mas estas ocupações, até então, ocorriam de forma desorganizada e sobre tonalidades mais individuais e espontâneas do que coletivas e organizadas. Também é obvio que o processo que resultou na ocupação por 100 famílias do terreno às margens da Via Expressa pertencente à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), na região conhecida como Pasto do Gado (atualmente comunidade Chico Mendes), não se iniciou no dia anterior. Trata-se de uma ação organizada envolvendo a união entre representações distintas da classe trabalhadora, a mobilização de sua base social e um determinado acúmulo de experiências, como nos aponta o jornal acima citado que, em si mesmo, demonstra parte desse processo de organização e mobilização através do processo comunicativo.

A ocupação urbana do terreno da COHAB em julho de 1990 inaugura o ciclo de um período de dois anos em que esta forma de manifestação política pela classe trabalhadora do município e região será recorrente, correspondendo ao que Canella (2016) identifica como o primeiro ciclo de ocupações urbanas do município. Ademais as condições estruturais expressas no documento da ocupação (crise no setor agrário no oeste catarinense e as precárias condições de moradia e

acessos à serviços públicos pelos trabalhadores urbanos), Franzoni (1993)²⁴ identifica que o surgimento deste ciclo de ocupações está relacionado a um processo de conflitos entre a gestão municipal de Espiridião Amin, iniciada em 1989, e os movimentos populares de comunidades informais que buscavam melhorias na prestação de serviços públicos e lutavam pela regularização de suas terras. Após um de desentendimentos, o conflito resultante da tentativa de efetivação de despejos por parte da prefeitura, e da luta para evitá-los por parte das comunidades e dos setores envolvidos com sua causa, provoca nas lideranças dos movimentos populares a necessidade de sair de uma “postura defensiva” para assumir uma “postura ofensiva”, iniciando assim este ciclo de ocupações.

Ao que pese a complexidade da relação entre os elementos estruturais e conjunturais mais abrangentes e os conflitos políticos desenvolvidos na esfera municipal sublinhados por Franzoni, tomaremos como fio condutor dessa breve reconstituição histórica alguns dos principais processos determinantes na constituição da base social deste ciclo de ocupações e de suas expressões políticas locais. Conforme descrevemos no capítulo anterior, o desenvolvimento urbano de Florianópolis materializou interesses da burguesia que não privilegiou o desenvolvimento de indústrias na zona urbana da capital. Isso não impediu, contudo, o desenvolvimento de fluxos migratórios de populações que buscassem na capital catarinense melhores condições de vida. Em grande medida estes fluxos foram compostos por trabalhadores rurais expropriados de suas terras no oeste catarinense, como consta no manifesto da ocupação do Pasto do Gado²⁵, que acabaram migrando para a capital catarinense, centros industriais do estado (como Joinville e Blumenau) e outras cidades litorâneas.

Um dos fatores determinantes deste fluxo migratório campo-cidade refere-se a forte crise sobre a pequena e média propriedade rural que se abateu no oeste, extremo oeste e planalto catarinenses, fruto, em linhas gerais, da crise na suinocultura, endividamento dos pequenos produtores e desenvolvimento da agroindústria no setor, entre o final da década de 1970 e início de 1980. Além do fluxo migratório, este processo colaborou com o fortalecimento das lutas

²⁴“A história dos processos que deram origem a primeira ocupação organizada, conforme me contaram seus iniciadores, acompanha, de certa forma, a história dos conflitos entre as ‘ocupações ilegais’ – em suas tentativas de melhorias e ‘regularização das terras’ - e as tentativas das organizações públicas de ‘ordená-las’ ou despejá-las. Os pequenos grupos de moradores, organizados nestas localidades para obterem melhorias em seus bairros, estabeleceram certas redes comunicação e solidariedade entre si, a partir de outras redes, já existentes, de reuniões e encontros de setores da igreja católica que atuavam junto a estas localidades. Havia de um lado um processo de reivindicação e, de outro, a busca de garantia de permanência no local, principalmente em função das ameaças de despejo que rondavam as localidades mais pobres e mais recentes. Ou seja, aquelas que ainda não haviam criado laços internos de organização e mobilização, e não possuíam mecanismos de influência no plano da cidade.” (FRANZONI, 1993,p 42-43, grifos nossos)

²⁵“Os barracos de acampamentos do Oeste e das comunidades de periferia da Capital tem em comum a sina de abrigar parte dos 300 mil agricultores expulsos da roça, nos últimos oito anos, com o sumiço de 67 mil pequenas propriedades”

populares do campo, que se expressam no aparecimento e desenvolvimento de movimentos sociais, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), 1979, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), 1983, o desenvolvimento de um movimento de oposição sindical que contrapunha-se aos “sindicatos de trabalhadores rurais *pelegos*”, entre o final de 1970 e início de 1980, e a consolidação do Movimento Sem Terra (MST) em Santa Catarina, em 1985. (RIBEIRO, 2005, p. 99)

A região de Florianópolis mostrava-se como um forte atrativo para estas populações pelo crescimento que ocorrera na cidade a partir da década de 1960, com a implementação de serviços estatais e federais e um processo migratório de classes médias para o suprimento dos novos postos de trabalho, criando uma demanda por infraestrutura e serviços. A emergência de grandes obras²⁶ começa a cobrir o cenário urbano. Além dos trabalhadores rurais do oeste catarinense, este fluxo migracional também é composto por um alto número de trabalhadores expulsos do planalto serrano pela crise da madeira, trabalhadores do sul catarinense pela crise do carvão e frações pauperizadas urbanas, em geral atraídos pelas vagas de trabalho abertas pelas construção civil e setor de serviços. Estima-se que o crescimento populacional entre a década de 1970 e 1980 da região (Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro e São José) atingiu a casa de 80%, sendo o menor índice de crescimento pertencente à Florianópolis (Franzoni, 1993, p. 28-29).

Em linhas gerais, três eram os destinos dessas populações migrantes pauperizadas: somar-se aos processos de ocupação informal desenvolvidos nas diversas comunidades existentes no Maciço do Morro da Cruz, dirigir-se às cidades “satélites” ao redor de Florianópolis ou simplesmente morar nas ruas da cidade. Segundo Ivone Perassa²⁷, o cenário urbano municipal evidenciava, no começo dos anos 80, que muitas foram as famílias que “optaram” pela última opção. Espalhavam-se pelo centro de Florianópolis morando embaixo de marquises com seus utensílios domésticos, pai, mãe e filhos. Estas populações percorriam entidades religiosas e assistenciais em busca de suprimentos, agasalhos, objetos de uso diário, gerando nas mesmas uma certa inquietação frente ao problema posto. A prefeitura respondia

²⁶Entre várias obras e construções viárias destacam-se a construção da Ponte Colombo Salles, inaugurada em 1975, e da Ponte Pedro Ivo Campos, cujas obras iniciaram-se em 1982 e foram concluídas, após períodos de recesso, em 1991.

²⁷Ivone Maria Perassa é natural de Florianópolis, saindo do município para dedicar-se a formação religiosa e retornando em 1984. Foi militante e líder do Movimento Sem Teto na década de 1980 e 1990. A “irmã Ivone”, como era conhecida na época, representante da ala progressista da Igreja Católica, participante ativa do processo de constituição do movimento no município, como será visto a seguir. Os dados utilizados são referentes a entrevista concedida por ela ao projeto de extensão universitária “Escritos em Movimento”, e estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=ol6ZKtmaDAo>

com duas atitudes: negando-o ou expulsando-o. Assim, afirmava que a responsabilidade pelo problema pertencia aos municípios de origem, que “enviavam” os migrantes, e, amigavelmente, os setores sociais da prefeitura dirigiam-se à rodoviária convidando-os para deixar a cidade. A solução aos desafios impostos pela questão migracional que este tipo de ação espera é simples: “não venham para cá, a vida por aqui é difícil”. A cada cidade, sua parcela de pobres! A responsabilidade pela pobreza assumi assim tons malthusianos: o pobre se reproduz deveras e migra demais!

Sobre aqueles que optaram por dirigir-se às regiões periféricas centrais da cidade, acabaram por construir seus barracos em comunidades como Morro do Mocotó, Morro do Horário, Morro da Penitenciária, Serrinha, entre outras, como também em habitar antigas áreas rurais periféricas ou mesmo margens de vias de acesso à cidade, em um processo que contou com suas particularidades. Em linhas gerais, o novo contingente populacional vinha acrescentar dificuldades a uma situação já limítrofe, originando novos problemas de estrutura local, como questões sanitárias, desbarrancamentos, entre outros. O convívio desses novos moradores com as antigas populações residentes nas comunidades, predominantemente de origem afrodescendente ou oriunda de comunidades açorianas, também não ocorreu sempre de forma amistosa. Consideramos, contudo, que tais questões culturais, ainda que importantes, extrapolam os objetivos de nossa descrição.

Por fim, houveram aqueles que constituíram as periferias dos municípios vizinhos, num processo de segregação social extremo, incorporando comunidades periféricas de municípios vizinhos, como José Nitro, em São José. O alto índice de crescimento populacional destas cidades neste período evidencia que esta se constitui numa das principais “opções” realizadas. Estas três formas de inserção da classe trabalhadora migrante no cenário urbano de Florianópolis gerarão, cada uma ao seu modo, questões específicas do problema da moradia que acompanharão o processo do movimento.

No que tange a estes grupos em especial, a primeira metade da década de 1980 será marcada por uma aproximação sucessiva de setores religiosos ligados em grande parte a ala católica identificada com a Teologia da Libertação que buscavam uma nova forma de relação a ser instituída entre a igreja e população pauperizada. Isso não significa que não houvesse, em período anterior, relações entre grupos religiosos e as classes subalternas do município, mas somente que, neste período, ocorre uma mudança qualitativa nestas ações e a entrada de novos representantes dessas alas neste processo, representantes que virão a ter influência fundamental

no desenvolvimento dos processos locais²⁸. Esta inserção dar-se-á, a priori, em duas “frentes”: uma ligada a situação dos migrantes que viviam nas ruas e a outra na relação com as demandas comunitárias, ocorrendo sua unificação no segundo meado da década de 1980. Mas vejamos primeiro a constituição dessas “frentes”.

Sobre a situação dos migrantes, como afirmamos anteriormente, neste período as ações do poder público buscavam repelir estas parcelas populacionais, e isto incluía, além da calorosa recepção na rodoviária municipal, a construção de dificuldades para sua permanência, como a negação de ações assistenciais. Este papel assistencialista era dado pelas igrejas, como é o caso da igreja Sto Antônio, na rua Padre Roma, onde reuniam-se milhares para receber o pão e o café no período matutino (prática comum das igrejas franciscanas no período). A situação de carência dessa fração que habitava as ruas da cidade tornou-se foco de ações assistencialistas da igreja (não exclusivamente da católica) de forma mais organizada a partir de 1982, quando ações como banho, corte de cabelo, alimentação, assistência médica e auxílio em questões como documentação e passagens de retorno (caso manifesta-se interesse) eram ofertadas de forma individual ao migrante, em espaço cedido pela igreja Sto Antônio. A partir de 1984 ocorre a inserção destes setores progressistas da igreja católica nesta organização e inicia-se um processo de mudança desta prática assistencialista. É cobrado do poder municipal a constituição da Casa do Migrante, que prestaria apoio a população trabalhadora que se dirigia à cidade. Este processo de apoio ao migrante que vai de 1982 até 1984 é considerado pelos estudos locais como a raiz daquilo que viria a constituir-se de forma institucionalizada enquanto Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM) em 1987, mas atuando já enquanto grupo organizado a partir de 1984²⁹.

Sobre o desenvolvimento dos trabalhos da ala progressista da igreja nas comunidades, possui especial importância o processo de constituição das Comunidades Eclesiásticas de Base

²⁸Para uma descrição mais detalhada da relação entre a igreja católica e as comunidades periféricas de Florianópolis ver Muller (1992, p.31-35), mais especificamente o tópico “2.2 Atuação da igreja e a formação de associações de moradores na periferia”, assim como o trabalho de Silva (1993, p. 108-112), especialmente o tópico 4.3 “A participação da igreja nos movimentos de coerção e resistência.”

²⁹Fundado oficialmente como entidade civil em dezembro de 1987, o Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM) veio “a ser ponto de referência para os migrantes na cidade e no estado”. Inicialmente localizado na rua Felipe Schmidt, n 117, centro de Florianópolis, num espaço cedido pelo governo do Estado. Vale lembrar que as raízes deste movimento surgem ainda no ano de 1982, quando o movimento desempenhava um papel assistencialista aos migrantes, auxiliando com corte de cabelo, assistência média, auxílio com documentação e fornecendo aos migrantes passagens de “retorno ao seu local de origem”. (RAITZ, 1994, p. 28). “Entre os anos de 1982 e 1984 a relação entre o grupo posteriormente fundador do CAPROM atuava contando com o apoio dos governos estadual e municipal, como também entidades privadas, que forneciam os recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento das ações. Em 1984, contudo, o grupo começa a cobrar a criação de uma “casa do migrante”, com a finalidade de amparar o migrante que chegava na cidade” (RAITZ, 1994, p.29)

(CEBs)³⁰, que começaram a ser instituídas em comunidades irregulares na região do morro do Maciço, influenciando seu processo de organização interna. A primeira CEB foi constituída no Morro do Orácio, em 1982, contribuindo com a construção de uma associação de moradores no local. Nos anos seguintes esta prática repetiu-se com a constituição de CEBs em outras comunidades periféricas, em geral existentes nas localidades do Maciço do Morro da Cruz. A partir da constituição dessas formas de organização religiosa nas comunidades, começou-se a articulação em torno de demandas concretas existentes. Surgem, entre os anos de 1983 e 1984, a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão do Solo Urbano³¹, buscando oferecer auxílio às comunidades que enfrentavam problemas vinculados a estas questões.

Uma estratégia, alguns diriam opção de vida, de alguns clérigos e irmãs desta ala para potencializar a relação entre a igreja católica e a vivência cotidiana das comunidades constituía em residirem no local de exercício. Este é o caso de um personagem que assumirá uma posição fundamental na constituição da história das lutas por moradia em Florianópolis. Referimo-nos aqui a inserção do Pe. Wilson Groh³² na comunidade do Mont Serrat, iniciando um processo de vinculação entre a igreja e os movimentos comunitários. Este contato inicia-se em 1983, quando Groh opta por morar na comunidade, buscando estabelecer uma nova relação entre igreja e população. Este período de inserção do padre na vida comunitária coincide com um processo de revolta por parte da população local com o sistema de construção de obras públicas locais, mais especificamente o calçamento de ruas, gestado através de mutirões realizados em forma de parceria entre a população residente e a prefeitura, em que a primeira oferecia a força de trabalho e a última arcava com o material para a obra³³. Segundo a oferta da então gestão do

³⁰“As CEBs são grupos que se formam junto às paróquias, por iniciativa de religiosos ou leigos, que motivados pela fé, assumem o compromisso com a transformação de sua realidade. Seg. Frei Betto (apud LOPES, 1984:27), as CEBs geralmente se iniciam através de grupos de reflexão ou círculos bíblicos onde a comunidade discute seus problemas familiares, profissionais e comunitários. Nessa discussão e na busca de soluções, as comunidades passam por um processo crescente de organização, que resulta, frequentemente, na formação de associações de moradores ou no engajamento em lutas sindicais ou partidárias.” (MULLER, 1992, p.32)

³¹“Estes *agentes pastorais*, como eram chamados os religiosos e leigos que atuavam nestas *comunidades*, não só se reuniam como também promoviam reuniões entre seus grupos. Como houvessem em várias localidades, problemas de "conflitos de terra", os *agentes pastorais* - a exemplo de outros lugares no Brasil onde a igreja católica também tinha este tipo de trabalho - criaram a "Comissão do Solo Urbano" (por volta de 1983/84)” (FRANZONI, 1993, p.204). Estas datas, contudo, não são consensuais. Raitz (1994), por exemplo, situa a criação da Comissão de Justiça e Paz em 1984, e a de Solo Urbano no ano seguinte.

³² Pe. Wilson não foi o primeiro representante da igreja a morar e atuar em comunidades periféricas de Florianópolis. Na verdade, o trabalho de setores da Igreja nas comunidades, numa perspectiva mais progressista, remete aos anos 1970. A trajetória deste religioso, em particular, é importante pelos desdobramentos seguintes.

³³“Em 1983, iniciam-se na comunidade discussões entre um grupo de pessoas mais jovens, (...), e que passam a discordar da forma como o Conselho Comunitário vinha encaminhando seu trabalho. Foi realizado um mutirão para o calçamento da rua geral e a Prefeitura queria inaugurar a obra com um churrasco que a própria comunidade deveria promover. Esses moradores, alguns dos quais vinham participando das atividades do Conselho, começam a se *movimentar* pela não realização do evento, entendendo que os moradores é que haviam realizado o árduo

conselho comunitário, o encerramento de um destes mutirões deveria ser comemorado com um churrasco ofertado pela comunidade para os representantes da prefeitura, o que desagradou grande parte dos moradores. Este processo de inquietação acarretou em um movimento de oposição à gestão do conselho comunitário, que possuía uma relação paternalista com a prefeitura, assumindo em outubro de 1983 uma chapa de oposição³⁴.

A insatisfação reinante na comunidade do Mont Serrat sobre as relações estipuladas entre a gestão do conselho comunitário e a prefeitura não se tratava de um caso isolado. A relação entre estas representações comunitárias e os poderes municipal e estadual vinham, em alguns casos é verdade, ganhando contornos conflitivos há algum tempo. A priori, a política de ação comunitária do poder público iniciou-se ainda em 1977 com a criação da Superintendência de Ação Comunitária (SAC), na gestão do governador Konder Reis, e responsabilizaria-se pela fiscalização e regulamentação no processo de constituição dos conselhos comunitários, que, se devidamente cadastrados, receberiam verbas estaduais. Esta ação vinculava-se à política do II Plano Nacional de Desenvolvimento realizado pelo regime militar e que intuía desenvolver uma política redistributiva do crescimento econômico nos centros urbanos objetivando a criação de legitimidade popular do regime e, ao mesmo tempo, controle e influência sobre as formas populares de organização. Em 1979, sob o governo de Jorge Konder Bornhausen, a SAC é substituída pela Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC), criada pelo Decreto 5.516 de 28/02/1979, equiparando aos Conselhos Comunitários outras formas de entidades comunitárias sem fins lucrativos. Entre a metodologia adotada pela instituição, que constituía as ações sociais do governo, haveria um treinamento das lideranças comunitárias seguindo o manual de treinamento proposto pela entidade. Os trabalhos desenvolvidos contavam sobretudo com a mão de obra estudantil em troca de bolsas de estudos, e chegaram, em 1982, a atingir 50 comunidades de Florianópolis³⁵. (MACHADO, 1990; MULLER, 1992)

Ocorre que as ações desses conselhos, assim como as políticas que os efetivavam, passaram a ser vistas com finalidades claramente políticas pela população, como forma de cooptação e fiscalização das principais lideranças aos interesses políticos da gestão estadual. Ainda antes da criação da FUCADESC surgem no cenário municipal entidades que optam por não se vincular

trabalho e não havia sentido fazer uma festa para a Prefeitura inaugurar”. (RAITZ, 1993, p. 53)

³⁴Para uma análise da trajetória de Pe. Wilson Groh e sua relação com este processo comunitário consultar ARAÚJO (2004). Sobre detalhes do movimento comunitário na comunidade do Mont Serrat ver MULLER (1992).

³⁵Para uma compreensão do processo de constituição dos conselhos comunitários em Florianópolis, e das políticas governamentais a este respeito a partir de 1977 ver MACHADO (1990) e MULLER (1992).

a autarquia estadual, o que gera a necessidade de abrir a inscrição para outras formas de entidades comunitárias, como colocamos. O aumento progressivo dessas entidades que optavam por manter-se desatreladas do poder estatal percorre os períodos de existência da SAC e da FUCADESC³⁶ até 1986, quando o governo estadual de Espiridião Amin, numa ação que só pode ser devidamente compreendida se inserida no bojo das lutas do processo de redemocratização e da postura populista do governo, reconhece em decreto o direito de autonomia na definição e formas de organização dessas entidades.

Retomando a relação entre os atores que representavam a ala progressista da igreja e as organizações comunitárias, o trabalho realizado pelo conselho comunitário do Mont Serrat vincula-se diretamente a nova forma de estabelecer a relação entre igreja e comunidade gestada na comunidade, ao ponto que várias reuniões comunitárias tiveram na igreja seu local de realização. Um dos frutos dessa união refere-se a uma transformação na prática de mutirões. Antes impostos/negociados pela prefeitura, o mutirão começa a ser visto como uma forma de construção de vínculos comunitários que tem como resultante a consolidação de valores solidários na população, algo bem visto aos olhos cristãos. Entre os mutirões realizados, encontra-se a própria construção da Igreja do Mont Serrat. O mutirão ainda era uma forma de manifestação contra a ausência de ações governamentais para sanar as dificuldades locais³⁷. Ao longo do segundo meado da década de 1980 emergiram outras práticas com a mesma finalidade: padaria e peixaria comunitária, sacolão comunitário e fábrica de sabão, para citar os principais exemplos. Os objetivos eram diminuir os custos de vida e possibilitar condições de renda³⁸. Estas práticas começaram a ser disseminadas via CEBs, constituindo uma articulação entre as comunidades para a sua realização.

Uma nota sobre o processo de articulação das CEBs é necessária. Trata-se de explicitar que este

³⁶Além desse contexto mais amplo, localmente o grupo político de Espiridião Amin e de Jorge Bornhausen entram em conflito, vindo este último a fundar o PFL no estado. Ocorre que a gestão da FUCADESC cabia ao grupo de Bornhausen. O “racha”, ocorrido em 1983/4, gera o esvaziamento da FUCADESC, que era gerida pelo grupo de Bornhausen. Em 1985 o governo rompe o contrato com a entidade, e a FUCADESC permanece as minguas até ser definitivamente extinta em 1987.

³⁷O estímulo aos mutirões comunitários em Florianópolis tem sua raiz no projeto Sapê, desenvolvido no ano de 1979 pela gestão municipal de Espiridião Amin, e que tinha como objetivo construir moradias populares em forma de mutirão. Encontramos poucas informações sobre este processo. No que tange ao processo de autoconstrução em mutirão, ele envolve uma polêmica entre setores “de esquerda” que, de um lado, o consideram enquanto trabalho não pago (na perspectiva histórica de Francisco de Oliveira) e, de outro, de construção de autogestão comunitária.

³⁸Interessantes movimentos desenvolveram-se nas gestões deste conselho. Destacamos a luta para baixar o valor da tarifa elétrica, envolvendo a articulação com outras comunidades, e um processo de articulação junto a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) do governo federal que propiciou a construção de 60 casas e a reforma de outras 20 na comunidade. Mais próximo ao final da década de 1980 também surge a prática de constituição de comissões dentro do Conselho, como Comissão de Saúde, Comissão de Educação, etc. Para mais informações ver Muller (1992).

processo de articulação com as comunidades não se refere a uma postura individualizada, ainda que, como veremos, desenvolveu características personalizantes na história local. Em Florianópolis, o processo era potencializado pelo encontro entre os grupos pastorais desenvolvidos pela Coordenação das CEBs de Florianópolis (que cabia justamente ao Pe. Wilson Groh). Já no âmbito estadual, ocorreram encontros estaduais a partir de 1985, realizados nas cidades em que os trabalhos das CEBs estavam mais desenvolvidos, ou seja, nos municípios de Chapecó e Joinville. Nestes encontros estaduais foi tomada como diretriz de atuação “o apoio às organizações de moradores já existentes e o incentivo à criação de outras associações ou formas organizativas”. Ocorre que em Florianópolis estes processos organizativos tomaram a luta pela terra como uma necessidade concreta. (MULLER, 1992)

Um segundo ponto que merece ser notificado é que as formas de atuação e as posições políticas não eram consensuais dentro dos setores progressistas da igreja. Um momento crítico citado por Franzoni (1993) refere-se ao conflito entre estudantes universitários vinculados a Pastoral Universitária e o “grupo do Pe. Wilson”, sendo que a participação dos estudantes nas CEBs encontrava dificuldades de realização, em alguns casos sendo mesmo proibidas. Os estudantes questionavam a centralidade do papel desempenhado pelo padre (não especificamente o Pe. Wilson) no desenvolvimento das CEBs, e defendiam uma intervenção comunitária não clerical. Além disso, considerava a forma de intervenção “basista”, ou também denominada de “populismo eclesial”, supervalorizando as bases (o povo) em detrimento da contribuição dos intelectuais. O outro lado acusava os estudantes de “trazerem suas ‘fórmulas mágicas’ dos livros que não tinham nada a ver com a realidade dos pobres”. (FRANZONI, 1993)

Retomando o desenvolvimento dos fatos o ano de 1985 marca um ponto crucial. Como sabe-se, a segunda metade da década de 1980 é fortemente marcado pelo processo de redemocratização, tendo em 1985 o marco da nova república. Neste ano foram chamadas eleições para as capitais dos estados. O “clima político” tinha contornos de intensa mobilização, visto que em 1984 ocorrera o movimento nacional pelas “Diretas Já”, desenvolvendo-se diversas manifestações em Florianópolis. Estas manifestações acabaram por promover as relações entre diferentes grupos e atores sociais situados numa perspectiva progressista. Com a eleição municipal estes setores vislumbram a possibilidade de intervir nos programas de gestão através da pressão popular. Com este intuito, associações de moradores, conselhos comunitários de oposição a política da FUCADESC e CEBs começam a reunir-se com o objetivo de intervir nesse processo, surgindo o que foi autointitulado como “Articulação de Entidades”. Dois eram os objetivos: reunir e articular os “grupos do movimento popular/comunitário”, “trocando

experiências e ampliando sua capacidade de pressão junto às administrações”, e, segundo, elaborar um “conjunto de propostas que deveriam ser assumidas pelos candidatos”, intervindo assim no processo eleitoral, sendo este último objetivo prioritário. (FRANZONI, 1993)

O documento elaborado era um aglomerado de reivindicações e intenções que exprimia as necessidades dos diversos grupos e localidades, mas possuía em comum o pedido de criação de mecanismos de participação na administração e o reconhecimento daquelas entidades como legítimos interlocutores da população. Foi organizado um debate com os candidatos, não tendo comparecido apenas o representante do PDS, que ocupava a administração municipal no período. É importante destacar que esta “articulação” congregava diversas correntes políticas, entre elas o PMDB, que concorria a prefeitura com o candidato Edson Andrino, e que utilizou como estratégia de campanha a construção de comitês de bairro. (FRANZONI, 1993)

O PMDB ganha a gestão municipal e a participação popular passa a constituir o tom do discurso da política local. Ocorre a criação de uma Coordenação de Movimentos Sociais junto ao gabinete do prefeito, a realização de reuniões periódicas entre o poder municipal e as associações, a constituição de Conselhos Municipais (foram criados o de Desenvolvimento, o de Turismo e o de Transporte) com cadeiras para representantes das entidades comunitárias, assim como a discussão do orçamento municipal com estas entidades. Dessas reuniões entre poder municipal e associações comunitárias acaba por surgir a proposta de constituição de uma união municipal de associações comunitárias. (MULLER, 1992)

É importante frisar que após a eleição as reuniões da “articulação de entidades” deixaram de se realizar de forma constante. Ao mesmo tempo um conjunto significativo de conselhos comunitários e associações de moradores começaram a ser criados e passaram a incorporar esta articulação. A articulação tornava-se mais heterogênea e permeada de interesses conflituosos, o que colaborou com o desenvolvimento de um grupo ao redor da liderança de Pe. Wilson Groh, identificando-se enquanto “associações da periferia”³⁹. Aos poucos, este grupo retira-se dos processos participativos da prefeitura. Primeiramente por identificarem que a

³⁹“Assim a *articulação* tornava-se cada vez mais heterogênea e mais permeada pelos partidos políticos - inclusive partidos que estavam na administração municipal. As concepções sobre a atuação no movimento popular/comunitário, as visões sobre a administração pública e seu papel, as formas de relacionar-se com ela e as realidades específicas de cada grupo eram cada vez mais diversas. Neste processo os grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, começaram a se afastar cada vez mais, voltando-se para o fortalecimento de suas próprias articulações. As CEB's tinham referenciais comuns e estabeleciam com o conjunto dos demais grupos da *articulação* um contraste logo percebido. Além disto, a figura do Pe. Bruno, exercia, na visão daqueles que não participavam das CEB's, a centralização da representação destes grupos, dificultando uma relação diferenciada com cada grupo e fortalecendo o contraste entre estes e os demais. Com a eleição do candidato do PMDB, os contrastes parecem ter se tornado ainda mais fortes levando à completa separação em 1987.” (FRANZONI, 1993, p.184)

heterogeneidade na composição das discussões limitava a constituição de uma postura mais combativa. Em segundo lugar já começavam a surgir mesuras entre a relação instituída entre a prefeitura municipal e estas entidades, que decepcionaram-se com os resultados obtidos de discussão do orçamento municipal que e decidiram abandonar os espaços de participação que constituídos pela prefeitura, compreendendo que sua participação legitimava as decisões tomadas. No mesmo processo, acaba por evadir-se da própria “articulação de entidades” que, durante os anos de 1986 e 1987, caminhava no sentido de constituição de uma união municipal de entidades comunitárias. (MULLER, 1992; FRANZONI, 1993)

Os desentendimentos entre as duas correntes que acabaram constituindo focava o processo de atrelamento ou autonomia dessas entidades das instâncias governamentais, a partir de diferentes compreensões da relação que deveria ser constituída entre as entidades e o governo. Durante o ano de 1986 esse conflito acabou acarretando a constituição de duas comissões na articulação de entidades. Uma delas era responsável pela elaboração de uma proposta de intervenção para a discussão do orçamento municipal, chamado pela gestão municipal. Esta comissão congregava as entidades da periferia entorno do Pe. Vilson. A segunda comissão era responsável pelos encontros e encaminhamentos para a construção da união municipal de entidades comunitárias, e girava em torno de lideranças ligadas ao PMDB. Ocorre que a polarização iniciada nestas comissões durante o ano de 1986 se agravam com o processo eleitoral de 1987 para governador do estado. As lideranças do PMDB participantes da articulação de entidades envolvem-se diretamente na campanha, o que gera, por parte das entidades da periferia, a percepção de que elas estariam atreladas aos poderes executivos, deixando de representar os interesses comunitários. As “entidades da periferia” rompem definitivamente com a articulação de entidades. A federação municipal de moradores foi criada em 1987 contando com a participação de 32 entidades e registrada com o nome de União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO). As entidades mais independentes que mativeram-se neste processo de criação acabaram ficando em minoria com a saída das entidades comunitárias e, por fim, retiraram-se da associação municipal, que desenvolveu um perfil mais conservador⁴⁰. (MULLER, 1992; FRANZONI, 1993)

O que importa ressaltar deste processo é que se o primeiro meado da década de 1980

⁴⁰Este processo é mais complexo do que a forma prévia que ora o apresentamos, envolvendo, na verdade, a constituição de três grupos e o processo de constituição da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC). Para uma visão mais abrangente deste processo, consultar Franzoni (1993, p. 194-203), tópico 6.1 “A criação da UFECO”.

caracterizou-se, naquilo que tange às classes subalternas de Florianópolis, a um processo de aproximação das comunidades periféricas com as alas progressistas da Igreja Católica, onde estas potencializam o processo de organização daquelas e constroem representações para demandas imediatas (comissão de justiça e paz e comissão do solo urbano), o período que vai de 1985 à 1987 é caracterizado pela efetivação desta representação, pela construção de uma identificação coletiva enquanto “entidades da periferia”, ou “grupo do Pe. Vilson”. O estado continua sendo visto como opositor, mas agora rerepresentado após uma tentativa de aproximação, assim como desenvolve-se um processo de oposição sistemática com outras entidades representativas de interesses comunitários na cidade, fortalecendo assim sua própria identificação enquanto entidades “*da periferia*”.

Este processo foi acompanhado pelos trabalhos que este mesmo setor realizava com a população migrante (mais especificamente com os moradores de rua). Como afirmamos anteriormente, o processo de atenção ao migrante começa a ganhar contornos menos assistencialistas e mais progressistas após 1984, a partir da proposta da Casa do Migrante (que não se efetivou). Contudo, este grupo começa a ter uma atuação mais significativa na discussão das políticas públicas envolvendo este setor, e vem a organizar-se enquanto CAPROM em 1985 justamente com este direcionamento, embora esta organização tenha sido formalizada apenas em 1987, conforme descrevemos. Também em 1987 seria criado o Centro de Evangelização e Educação Popular (CEDEP) atuando paralelamente ao CAPROM com foco no desenvolvimento das comunidades, constituição de suas associações e formação de lideranças.

Antes de adentrarmos a trajetória do CAPROM, alguns fatos merecem ser destacados neste período entre 1985 e 1987. Contingente ao nosso objeto neste tópico, a trajetória do primeiro ciclo de ocupações urbanas de Florianópolis, temos em 1985 a emergência na cidade de Florianópolis daquilo que veio a ser conhecido na história nacional como “novo sindicalismo”⁴¹: trata-se da emergência do Movimento de Oposição Bancária (MOB) no bojo do sindicalismo bancário da região. Este movimento emerge em 1985 no bojo de uma greve que o setor bancário realizara no mês de setembro. Na época, em Florianópolis, a ampla maioria dos sindicatos existentes era marcada pela antiga postura sindical, caracterizada pelo engessamento burocrático das ações e pela relação autoritária com a categoria. Em Santa Catarina a situação não era muito diferente, constituindo-se como raras exceções o Sindicato dos Trabalhadores em Minas Carboníferas de Criciúma e os sindicatos rurais da região do Extremo Oeste do Estado. O MOB acaba disputando e ganhando as eleições sindicais de 1987,

⁴¹Sobre o “novo sindicalismo”, ver Montañó e Duriguetto (2011), pgs. 241-244.

assumindo assim a gestão do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB-Fpolis), o maior sindicato de Santa Catarina no período, filiando-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1988⁴².

Será ainda em 1985 que, pela primeira vez, os “barracos de lona” se instalam “em frente à Catedral e ao palácio para exigir reforma agrária”, como informa o Jornal das Comunidades citado no início deste tópico. Trata-se da primeira mobilização realizada na capital pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), organizado enquanto tal no mesmo ano, a fim de exigir dos poderes públicos a realização da Reforma Agrária. Este ato marcará o primeiro encontro entre os *sem terra* e os *sem teto* na capital. É importante destacar que neste processo inicial de articulação do MST, tanto em âmbito estadual como também nacional, existe uma presença marcante de setores progressistas da Igreja ligados a Teologia da Libertação, inclusive com a constituição de uma pastoral ligada a problemática, a pastoral da terra. Assim sendo, foi justamente através das relações constituídas pela ala progressista da igreja católica que ocorre uma aproximação entre a mobilização do MST na capital catarinense e a articulação das comunidades de periferia, sendo que estas desenvolveram um importante papel nas questões ligadas a infraestrutura da mobilização, “arrecadando alimentos, colchões e barracas”. Mais que isso, essa relação entre trabalhadores do campo e moradores da periferia explicita “as dificuldades da relação cidade/campo”⁴³. (ARAÚJO, 2004)

No que tange ao período 1985-87 um importante acontecimento sobre a problemática das populações migrantes merece destaque em 1986⁴⁴. A emergência de uma postura mais progressista no grupo que constituiria o cerne do CAPROM em 1985 passa de uma postura de reivindicação (a casa do migrante) para uma postura mais combativa em sua forma de exigir soluções dos poderes públicos. Frente a ausência de ofertas de soluções para a questão migrante pelos poderes públicos, o CAPROM realiza em 1986 um acampamento na frente do Palácio do Governo como forma de pressão popular. O acampamento contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas que levaram os poucos bens que possuíam, doações de comida que haviam recebido (inclusive do governo), colchões, fogões e utensílios domésticos e montaram lá seus barracos. O movimento chegou a contar com o apoio de religiosos de renome

⁴²Mais informações sobre o MOB pode ser encontrada em Sachet e Silva (2010).

⁴³“Busca-se, então, engajar os moradores dos morros aos problemas da vida e da população rural, visto que muitos dos seus habitantes são imigrantes expropriados de suas terras. Wilson procurará relacionar a concentração de terras, a falta de incentivo ao pequeno produtor, com o inchamento da população pobre nas grandes cidades do país, apontando a saída: reforma agrária.” (ARAÚJO, 2004, p.78)

⁴⁴Os dados aqui utilizados estão contidos na entrevista de Ivone Perassa ao projeto de extensão Escritos em Movimento, conforme nota 04.

nacional, como é o caso de Frei Betto, que esteve no local. Após uma semana de resistência surge uma oportunidade de negociação, resultante de um processo de enfrentamento entre manifestantes e polícia, fruto da tentativa de construção de banheiros (fossas) no acampamento. A negociação, contudo, é vitoriosa. O governo oferece emprego para os manifestantes e um terreno no alto do Morro da Mariquinha onde seriam construídas casas populares. Durante o período de transição para o terreno ainda ficariam hospedados em um hotel, e como sinal de boa fé receberiam o adiantamento do primeiro salário. Posteriormente um novo acampamento foi realizado no terreno doado e as casas construídas posteriormente em regime de mutirão. Encontra-se aqui o nascimento do Movimento Sem Teto na cidade de Florianópolis.

É neste cenário que são fundados no ano de 1987⁴⁵ o CAPROM e o CEDEP. Ao primeiro caberia a defesa das questões ligadas ao migrante, habitação popular e questões fundiárias, enquanto ao segundo as tarefas ligadas a organização destas comunidades, desenvolvimento de infraestrutura e ações pedagógicas. No ano seguinte, 1988, o conflito entre estes setores representativos encampados pelas alas progressistas da igreja (leia-se aqui CAPROM e a articulação das entidades da periferia) e o poder público municipal evolui. Diversas tentativas de remoção dos diversos “assentamentos irregulares” que constituem nesse momento as comunidades periféricas são realizados. A luta contra estas tentativas de despejo envolveu a organização dos setores comunitário e religioso, contando com a assessoria de profissionais militantes, movimentos organizados e estudantes, encampando um “verdadeiro trabalho de defesa comunitária” e tendo no CAPROM um eixo articulador importante. Estes conflitos se arrastariam por meses, sendo inclusive potencializados a partir da gestão municipal de 1989. (RAITZ, 1992, p. 29)

Ainda em 1988 ocorreria o plebiscito municipal. Se por um lado o CAPROM era o braço responsável pela defesa das comunidades populares era na articulação das entidades de periferia que este corpo intervinha de forma mais organizada na relação com as gestões municipais, mantendo assim uma certa autonomia do primeiro. A retirada do processo de constituição da UFECO, em 1987, não levou este grupo ao imobilismo, ao contrário, organizam-se para o pleito municipal de 1988 e lançam um candidato do movimento a vereador, escolhendo o Partido dos Trabalhadores (PT) como legenda. Este candidato é o segundo mais votado do partido e acaba

⁴⁵“Através do apoio de uma vereadora do PMDB (atualmente do PSDB), que na época era diretora do Departamento de Saúde Pública (DSP), o CAPROM conseguiu uma sede junto a esse órgão, contando também com dois funcionários remunerados pela Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), na gestão de Edson Andrino (1986-1988). A entidade também passou a receber recursos de instituições estrangeiras para a sua manutenção. O CAPROM tem prestado assessoria ao Movimento dos Sem-Tetos e apoiado em especial as novas ocupações, que começaram a se dar de forma coletiva e organizada no município”. (MULLER, 1992, p.34)

assumindo como suplente. (MULLER, 1992).

Retornamos assim ao início de nossa reconstituição histórica, onde Franzoni (1993) relaciona a emergência da primeira ocupação organizada no conflito que desenvolvido entre as comunidades de periferia e a gestão municipal de Espiridião Amin a partir de 1989. Temos evitado o uso de citações ao longo dessa reconstituição (com a finalidade de resumir um percurso já longo), mas deixemos a descrição inicial deste conflito nas palavras da própria autora:

O projeto de cidade eleito no plebiscito de 1988, em atuação a partir de 1989, buscava promover a cidade como polo turístico internacional, ao mesmo tempo em que buscava a eliminação dos “indícios” de atraso ainda presentes nas ilha. Começaram então as ameaças de despejo das populações pobres, que buscavam o seu deslocamento para regiões mais distantes e continentais. É neste período que a Ilha aparece como construção ideológica, sinônimo de Florianópolis. As ameaças a estas ocupações informais da área urbana acabaram por consolidar um grupo de oposição, que havia começado sua organização no enfrentamento da questão migratória enquanto uma questão social, da participação e encontros realizado na gestão municipal anterior, e que contava com as articulações entre conselhos comunitários e com o apoio da igreja católica”. O processo que culminou nessa primeira ocupação, e posteriormente em outras, refere-se a uma mudança na concepção deste grupo, que deixa de atuar na postura defensiva de evitar despejos das comunidades periféricas, para uma postura mais ofensiva na busca de soluções ao problema habitacional. Ocupa um terreno público, da COHAB, destinado a construção de moradias populares, protelado pela justificativa governamental de falta de recursos”. (FRANZONI, 1993, p. 46-47)

Assim, o ano de 1989 é o marco de um processo de intensificação do conflito entre a proposta hegemônica de cidade turística das elites locais e as necessidades de regularização fundiária e habitação popular dos grupos subalternos do município. Estima-se que no desenvolvimento deste processo haveriam 60 áreas ameaçadas de despejo, incluindo 12 comunidades inteiras. São nestas circunstâncias que através do CAPROM articula-se o processo de defesa dessas populações, assim como a criação, através da união das causas dos setores progressistas da igreja, de uma Comissão das Associações de Moradores da Periferia com estas 12 comunidades citadas. O CAPROM assume aqui, definitivamente, a forma com que a defesa e a representação de interesses dessas comunidades ocorrerá neste período. Representação institucionalizada na forma de Organização Não Governamental (ONG), contando com sede, funcionários liberados e recursos conquistados via elaboração de projeto à MISSEREOR, agência financiadora alemã ligada à igreja protestante⁴⁶. Era também o órgão responsável pela articulação das redes de comunicação, com elaboração de boletins, divulgação

⁴⁶ Para uma análise completa da trajetória do CAPROM vide Raitz (1994).

de notícias e, inclusive, o responsável pela publicação do Jornal das Comunidades⁴⁷. As principais lideranças religiosas responsáveis pelo CAPROM seriam a irmã Ivone e o Pe. Vilson. Contudo as pautas das instituições acabam por promover uma intensa participação de arquitetos, estudantes universitários e técnicos que auxiliam no processo de organização interna dessas comunidades, favorecendo o processo de autogestão e autoconstrução que seria responsável pela organização espacial das comunidades.

As atividades nas comunidades de periferia multiplicavam-se num cenário de intenso conflito que ultrapassaria a década de 1980. Dois fatos, contudo, ainda são importantes nesta descrição. O primeiro diz respeito a luta encampada pelo Movimento Sem Teto e pelo CAPROM para que o governo municipal se responsabilizasse pela elaboração de uma política de habitação popular. Esta luta consegue adesão de diversos setores da sociedade e o movimento elabora e encaminha um projeto popular para a câmara de vereadores, sendo aprovado após discussão e ampliação. É criado o Fundo Municipal de Integração Social através da Lei nº 3210, de 03 de julho de 1989, prevendo a construção inicial de 300 casas e a participação comunitária na gestão do fundo. Aprovado, caberia lutar pela sua implementação. (RAITZ, 1994, p. 33)

O segundo ocorreria ainda no mês de julho de 1989, quando ocorre a realização da 1ª Romaria dos Sem Teto, realizada no dia do migrante em parceria com o Movimento Sem Terra. A romaria, que clamava pelas reformas urbana e agrária, tinha como lema “Terra para viver, não para especular”. A chegada em marcha do MST pela via expressa foi avolumada pelas diversas comunidades da região continental, que acompanharam a marcha até o centro da cidade. Participaram do ato 30 comunidades periféricas de Florianópolis. A relação entre o movimento e a gestão municipal se agrava com este fato, as tentativas de despejos se intensificam e como resposta o movimento ocupa a prefeitura de Florianópolis. O prefeito Espiridião Amin foge pelos fundos do prédio e tem seu carro cercado e chacoalhado pelos manifestantes. Nas páginas dos boletins que circulavam pelas comunidades este fato ganha qualidades cômicas através de um texto assinado por Elaine Tavares intitulado “O cagaço do careca”.

Um panorama geral do significado da defesa das ações de despejo realizada pelo CAPROM e pelo Movimento Sem Teto pode ser visto em Raitz, e deduzido de seus números a

⁴⁷ “E nós fazíamos essa outra comunicação, que como eu te digo era prosaica, a partir desses boletins que a gente criava via boletim do CAPROM, ou via jornal, depois criamos o Jornal das Comunidades, que foi uma ideia do próprio CAPROM, de ter esse jornal, que era produzido por nós, que éramos estudantes do jornalismo, eu, Geraldo, Jaques, a própria Isa acho que escrevia, o Lorenzi, e o Celso Vizenci, que era quem coordenada, que naquela época ele já era jornalista formado” 6’37” (Elaine Tavares, Escritos em Movimento: <https://www.youtube.com/watch?v=HZ0ZPKmftKI>)

importância social que desempenha no período:

A partir de 1988 o CAPROM desenvolveu um verdadeiro trabalho de defesa comunitária. Neste ano, surgem inúmeras ações de despejo, segundo as quais centenas de famílias seriam desalojadas, sem que houvesse qualquer proposta de solução. Neste momento, o CAPROM vai às áreas para organizar e fortalecer as comunidades; foi justamente essa união de forças que fez com que houvesse resistência as ações. Foram vários meses de negociações com a Prefeitura, Governo do Estado, juizes e proprietários das terras, com a presença das lideranças das comunidades atingidas. O resultado é que das 60 áreas de conflito nenhum despejo se consumou. Das 12 comunidades que estavam para serem despejadas, o trabalho foi vitorioso, como o caso da comunidade do Pasto do Gado e Morro do Horácio, onde as casas já estavam sendo derrubadas e uma negociação de emergência contornou a situação. (RAITZ, 1994, p. 29)

Mas é justamente esta situação conflitiva o que poria fim a situação de impossibilidade vivida por estas comunidades, levando o movimento organizado dessas comunidades, enquanto CAPROM e Movimento Sem Teto, a sair da “postura defensiva” e adotar uma atitude “mais ofensiva”. Iniciaram um processo de aglutinação de famílias interessadas em participar de um processo de ocupação. Se o fato de participar de uma ocupação urbana possuía certa rejeição de alguns setores das classes subalternas até a realização do acampamento em frente ao Palácio do Governo, com a vitória do movimento “ocupar” começou a ser visto com bons olhos após a efetivação da conquista das casas do alto do Morro da Mariquinha. O processo de aglutinação ocorria pela realização de reuniões preparatórias, sendo que sua divulgação incluía a distribuição de cartazes nos orelhões da cidade⁴⁸, o que demonstra um certo grau de legitimação social desta modalidade de atuação naquela circunstância social. Através destas reuniões foi organizado um grupo de 120 famílias que realizariam a ocupação do dia 29 de julho de 1990 no bairro Monte Cristo, às margens da SC-482, auto intitulada desde então de Novo Horizonte.

Esta ocupação foi a primeira de um ciclo que durou dois anos, com o desenvolvimento de quatro ocupações organizadas, incluindo a Novo Horizonte. A segunda ocupação realizada consistiu na comunidade que hoje se conhece por Nova Esperança, com 50 famílias, e posteriormente realizaram-se as ocupações do Alto da Caieira, na região do Maciço do Morro da Cruz, da Sta. Terezinha, com 100 famílias, e do Parque Esperança, com 16 famílias, ambas na região do Monte Cristo, no continente. Esta última ocupação, realizada em novembro de 1992, passou por momentos difíceis, com forte repressão comunitária e policial. As dificuldades

⁴⁸ Segundo trechos transcritos da entrevista de Ivone Perasse concedida ao projeto Escritos em Movimento: “Convidar para reunião para conversar sobre terra era credibilidade”, “A gente tinha a capacidade de colar nos orelhões, umas folhas, que a gente fazia varredura na cidade, que era: ‘se você está em dúvida sobre a questão da moradia, se você está em crise de aluguel, se está morando na rua, venha na reunião tal’.”

de permanência no local levaram o movimento a negociar uma localidade para instalação definitiva, o que acabou acontecendo numa região no município de São José, no bairro Jardim Zanellato.

É importante lembrar que durante estes dois anos as ações de defesa das ameaças de despejo continuaram, resumindo-se ao quadro que já apresentamos baseados no trabalho de Raitz. Além das comunidades do Pasto do Gado e do Morro do Horário, citadas pela autora, são exemplos de comunidades onde ocorreu este enfrentamento o Morro da Penitenciária, a Serrinha, a comunidade de Santa Rosa (na Av. Beira Mar, ao lado da OAB-SC), e a comunidade de Sta. Vitória (atrás do hospital infantil). Além dessas ações, continuaram a ser realizadas processos de organização de outros assentamentos irregulares, como é o caso da comunidade Chico Mendes, no bairro Monte Cristo. Aquilo que conhecemos como Movimento Sem Teto neste período abarcava, de fato, grande parte dessas comunidades, ultrapassando o mero limite das ocupações urbanas que foram realizadas.

Na percepção das lideranças do movimento, o desfecho, ainda que positivo, do processo de ocupação realizado no Parque Esperança mostrava indícios de que esta forma de ação havia atingido seu limite. Queria-se evitar os processos de despejos que outras localidades já enfrentavam, num contrafluxo do movimento de ocupações urbanas. Este processo coincidiu com o pleito eleitoral para a gestão municipal de 1992. Neste pleito, a semelhança do ocorrido em 1985, o Movimento Sem Teto e o CAPROM elaboram um documento para subsidiar o debate com os candidatos à prefeitura. Ao mesmo tempo, lançam um candidato a vereador do próprio movimento. O resultado desse processo eleitoral é extremamente positivo aos olhos do movimento: Sérgio Grando é eleito prefeito municipal pela Frente Brasil Popular⁴⁹ de Florianópolis, o movimento elege seu candidato a vereador e a gestão de 1993 inicia-se com membros da assessoria do CAPROM ocupando cargos na prefeitura municipal que lidavam diretamente com a questão do planejamento urbano. O movimento adota como estratégia buscar as transformações almejadas através da atividade legislativa e executiva, como, por exemplo, no processo de constituição da lei orgânica municipal de 1990. Estes elementos podem ser vistos na fala de Ivone Perassa:

E quando que a gente recuou em relação a ocupar? E pensar... Quando isso tudo passou a

⁴⁹ “A Frente Popular havia sido criada, no Brasil, em 1989 com o nome ‘Frente Brasil Popular’ que significava a união dos partidos de esquerda em torno da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Nos anos seguintes, as coligações de esquerda nas eleições regionais recebiam este nome. Em 1992, Sérgio Grando, da Frente Popular, ganhou as eleições para prefeito de Florianópolis e estabeleceu uma nova forma de relacionamento entre o poder público e a população: o orçamento participativo.” (ARAÚJO, 2004, p.80)

fazer parte das discussões dentro da prefeitura. Porque daí, habitação pra população que não tem casa, passou a ser um tema na câmara, na assembleia, no governo, na prefeitura. Até que se cria o tal do fundo de habitação, Fundo Municipal de Habitação. Quanto nós conseguimos criar o fundo municipal oficialmente, e passamos a fazer parte do fundo enquanto movimento, aí a gente vai deixando de organizar a população pra ocupar, porque tem que fazer a luta pela manutenção dela, mas a discussão da habitação passa a fazer parte da pauta da política no município. Também porque começa a acontecer, nas outras capitais, nos outros estados, despejos. Ocupa, despeja. E aí a nossa decisão foi: a gente não quer isso aqui. Porque a partir do momento que tu tomas uma ação dessas, e que acontece UM despejo... pode... encerrou. Pode abrir mão e sair fora porque já foi. Todas as outras... Porque da mesma forma que tu tens uma população, uma sociedade, uma mídia, que apoia, te defende, na hora do primeiro despejo que tiver ela vai... vira... a outra força contrária. (Ivone Perassa, Escritos em Movimento, 28'29")

Não possuímos uma data específica do encerramento das atividades do CAPROM ou então de destituição do Movimento Sem Teto, mas também não encontramos nenhum indício que sugira, ainda que minimamente, que ambos tenham existido após a gestão da frente popular no governo municipal.

Se em 1985 as possibilidades de relação com setores sociais comprometidos com a gestão municipal era vista com maus olhos, certamente era fruto dos resquícios autoritários que a forma democrática ainda possuía no país. Mas a década de 1990 iniciava-se sobre novos horizontes, e os sonhos e necessidades das classes subalternas possuíam a possibilidade de adentrar os processos decisórios formuladores das políticas municipais, numa união promovida sobre o amálgama da cidadania e amparados pela democracia... Ou ao menos era isso o que se acreditava.

4 UM INTERSTÍCIO DE DUAS DÉCADAS

Se a década de 1980 foi marcada politicamente pelo processo de redemocratização, desenvolvimento de representações dos interesses da classe trabalhadora (como a CUT e o PT) e a intensificação das lutas sociais decorrentes dos problemas gerados no bojo do rápido desenvolvimento urbano e industrial do Brasil a década de 1990 será marcada pelo avanço das disputas sociais em torno do projeto democrático, pelo avanço da política e das reformas neoliberais no cenário nacional e pelas decorrências que o processo de reestruturação produtiva do capital promoveu nas lutas sociais e, especialmente, sindicais da classe trabalhadora. Estas questões assumirão, como no caso da década anterior, suas particularizações no contexto municipal.

No início da década, contudo, as demandas expressas pelas organizações das entidades comunitárias, desenvolvidas no tópico anterior, encontram na gestão popular do governo municipal uma certa disponibilidade para sua incorporação nas políticas públicas. Conforme o exposto, o governo municipal mostra-se aberto as demandas comunitárias, sendo o orçamento participativo o principal instrumento de suas incorporações às ações e políticas do poder executivo. O orçamento participativo foi desenvolvido nos três últimos anos da gestão, entre 1994 e 1996, e desenvolvido em paralelo com a abertura de canais de comunicação entre a prefeitura e as entidades comunitárias. Satisfazia assim o antigo anseio comunitário que se estendia desde 1986, quando estas comunidades acreditaram que a gestão Edson Andrino fosse capaz de construir tais espaços de participação. Outras ações do governo popular, como a construção de sacolões comunitários e a implementação de linhas de transporte coletivo nas comunidades localizadas nas altitudes do Morro da Cruz auxiliar na consolidação de uma sensação comunitária de que a gestão municipal abria-se de fato às necessidades das populações carentes do município. O mesmo parece não ter acontecido com as discussões do Plano Diretor⁵⁰. Contudo, os conflitos relativos à questão fundiária cessaram e o Movimento Sem Teto e o CAPROM acabaram desarticulando-se entre 1994 e 1996.

Ocorre que uma nova demanda gestava-se nos seios da comunidade periférica de Florianópolis desde os fins da década de 1980: trata-se da emergência do narcotráfico nas comunidades periféricas com os processos de violência urbana que dele resultam, assim como seu potencial

⁵⁰ “Já na gestão da Frente Popular a participação popular na discussão do novo Plano Diretor para o distrito sede de Florianópolis ocorreu devido à mobilização e ao esforço de setores organizados da sociedade civil, que conquistaram o prazo de seis meses, no qual o plano foi apresentado e debatido com as comunidades. Porém o Plano já estava pronto, com as principais diretrizes estabelecidas e, das 159 emendas apresentadas pelas entidades populares, todas as que discordavam das concepções básicas do Plano não foram aceitas.” (CECCA, 2001, p. 200)

atrativo para as juventudes urbanas subalternizadas. Aos olhos das representações comunitárias era necessário oferecer alternativas educacionais e trabalhistas à juventude que sofria de baixa escolaridade agregada por dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. É neste sentido que a comissão de educação do conselho comunitário do Monte Serrat adquiri um papel de importância, e que ações como o Grupo Pinheiros e o Projeto Travessia⁵¹ gestam-se igualmente, e subseqüentemente, neste território.

A demanda educacional se estabelecerá como uma nova qualidade na relação entre os representantes da antiga ala progressista da igreja católica e as comunidades periféricas. É neste sentido que, apesar da extinção do CAPROM, o CEDEP tem seu papel institucional fortalecido, enquanto forma e estratégia de atenção as crianças das comunidades da antiga região do Pasto do Gado, em especial as comunidades Novo Horizonte, Nova Esperança, Ilha Continente e Vila Aparecida, todas ligadas ao movimento dos sem teto⁵². Neste rastro que se dará a forma de expressão desta demanda comunitária e sua representação institucionalizada enquanto parceria entre os movimentos comunitários e o setor progressista da igreja⁵³: de organizações não governamentais que dedicam-se a proteção e formação de crianças e adolescentes das periferias. Contudo com um aspecto importante no cenário nacional: o setor progressista da igreja deixa de existir nacionalmente enquanto tal, fruto de uma reação conservadora nas instâncias clericais superiores, o que acaba por contribuir para o processo de personificação dos religiosos que atuavam nas comunidades do município, visto que deixam de representar intencionalidades institucionalizadas na igreja e passam a defender suas posições enquanto opções pessoais. Seguindo o exemplo do CEDEP, articula-se a Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM)⁵⁴, em 1995, e o Centro Cultural Escrava Anastácia

⁵¹ Para mais informações sobre o conflito entre a comunidade do Mont Serrat e o narcotráfico, assim como o papel desempenhado pelo Grupo Pinheiros e Projeto Travessia ver Araújo (2004) p. 126 e sgts.

⁵² Para informações sobre a entidade visitar o sítio: <http://cedep-floripa.org.br/quem-somos/>

⁵³ É importante destacar que anteriormente a este processo já existiam instituição religiosas que desempenhavam papel semelhante no formato de ONG, como é o caso da Sociedade Alfa-Gente, criada pelo grupo de irmãs Fraternidade e Esperança em 1978, e ainda em funcionamento. Para mais detalhes sobre esta instituição ver Rodrigues (2011). Estas ONGs vinculadas a igreja, contudo, não crescem nem aprimoram suas relações com os movimentos comunitários como faz as instituições ligadas ao “grupo do Pe. Wilson”.

⁵⁴ “Reflexo de um trabalho de base iniciado na década de 80, a Instituição surgiu da necessidade urgente de sistematizar ações até então desenvolvidas sem uma perspectiva de intervenção e continuidade, no âmbito social e educativo. A Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó, também designada pela sigla ACAM, foi fundada no dia 21 de julho de 1995”. IN: <http://www.acammocoto.org.br/sobre-a-acam/quem-somos.html>

(CCEA)⁵⁵, no Mont Serrat, em 1998⁵⁶.

O CCEA merece destaque neste processo pelo papel que realizará na amplitude da organização desta demanda comunitária. Com sede na comunidade do Mont Serrat, localizado no terreno pertencente a igreja, e construído de forma contígua a ela, o CCEA nasce como resultante dos trabalhos realizados entre o Pe. Wilson Groh e o movimento comunitário local. Nesse papel, tem destaque um grupo de mulheres negras que preocupadas com os atrativos que o narcotráfico exercia aos jovens da comunidade buscam a construção de alternativas às crianças e adolescentes do bairro. Ocorre, ao longo da década de 1990, um movimento em que elementos como pobreza, negritude, africanidades e esta militância feminina contribuirão na conformação desta identidade grupal. Representativo nesse processo é o dia 20 de novembro de 1995, quando o busto da escrava Anastácia é inserido em cerimônia na igreja⁵⁷.

A similitude do ocorrido com o CAPROM, estas instituições passam a desempenhar um papel significativo na representação dos interesses das classes subalternas de suas comunidades. Uma porcentagem expressiva dos militantes comunitários envolvidos nas lutas por moradia ingressam nessas organizações, seja enquanto funcionários seja na composição de seus conselhos diretivos. Os interesses expressos tratam de necessidades imediatas, cada vez mais conjugadas dentro da contradição entre a sedução do narcotráfico e a ausência de políticas públicas. E a imediaticidade destas necessidades não espera a ação estatal, projetos desenvolvidos pelas próprias instituições tratam de multiplicar-se, seja através de incentivos do próprio estado seja na captação de recursos de agências estrangeiras. O Estado continuará como grande opositor, visto ainda numa perspectiva crítica, no qual atua como agente dos interesses das elites locais. Mas o eixo integrador dessas manifestações é a identificação das comunidades enquanto o “avesso da capital” (não confundir com o avesso d’O capital). Desenvolvem-se assim processos que correspondem a uma espécie de “psicologização da pobreza”. Trata-se de reconhecer não as ‘ausências’ existentes na periferia, mas as ‘presenças’ que lhe são

⁵⁵ O Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), foi fundado em 1998 no Maciço do Morro da Cruz, região central de Florianópolis, e segundo o atual presidente, Eriberto Meurer, nasceu “a partir da intuição de um grupo de mulheres, negras em sua maioria, que tinham como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos e filhas não ficassem entregues aos apelos do tráfico e da criminalidade”. <http://www2.ccea.org.br/sobre/>

⁵⁶ Embora as ONGs vinculadas aos grupos religiosos tenham surgido no ano de 1987 no cenário local, este modelo de atuação desempenhado pela Igreja desenvolveu-se nacionalmente prioritariamente entre 1975 e 1985, sendo que justamente entre os anos de 1987 e 1988 este modelo de ONGs ligadas a setores da igreja entrava em franco desgaste, juntamente com a “exaustão” que os CEBs apresentaram neste período. (SILVA, 1997, p.40)

⁵⁷ “Um evento importante nessa relação da cultura negra com o espaço celebrativo da Igreja Católica aconteceu no dia 20 de novembro de 1995, Dia da Consciência Negra. Após a celebração, introduziu-se o busto da Escrava Anastácia como ornamento do espaço eclesial. O objetivo era construir simbolicamente a imagem da Escrava Anastácia enquanto ícone e resistência, principalmente entre as mulheres negras do Mont Serrat, cuja presença na vida eclesial é hegemônica.” (ARAÚJO, 2004, p.122)

constitutivas, suas particularidades enquanto expressão identitária positiva⁵⁸. Numa espécie de reedição entre os conflitos existentes nos CEBs na década de 1980, em que o grupo de Vilson se opunha ao da pastoral universitária com suas “fórmulas mágicas”, o grupo dirigente do CCEA desenvolverá, já no início dos anos 2000, sua posição teórico metodológica, assumindo como princípios pedagógicos o “cuidado com a vida”, “pensar e agir a partir das margens” e a “desconstrução de subalternidades”. (AZIBEIRO, 2006)

Para Silva (1997), as ONGs desenvolveram-se no cenário municipal especialmente entre os fins da década de 1980 e início da década de 1990. Segundo a autora, o “núcleo de movimentos sociais da UFSC, cadastrou em Florianópolis aparentemente 32 ONGs.”, sendo que destas, 11 constituiriam centros de apoio e assessoria, 5 seriam classificadas como pastorais e grupos vinculados a religiosos, 5 são entidades do movimento negro, 5 atuam com questões ambientais e ecológicas e 4 realizam trabalhos com crianças e adolescentes. São exemplos desse processo o Movimento Ecológico Livre (MEL), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – SC, a Associação Video Popular, o Nucleo de Estudos Negros (NEN), CEDEP, CAPROM, CECA, entre outros.

Ao mesmo tempo, o movimento sindical, que a partir do final dos anos 1980 adquirira progressivamente uma postura combativa, cuja eleição do MOB para o SEEB-SC em 1987 e uma nova postura do sindicato dos eletrecitários em 1989 são representativos, começa a enfrentar os resultados das políticas nacionais adotadas pelo governo Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), enfrentando desde processos de reforma administrativa até privatizações envolvendo empresas estatais como Eletrosul, Celesc, Casan e Besc. É neste contexto de enfrentamento que surge em 1996 o Movimento Unificado Contra a Privatização (MUCAP), reunindo mais de trinta entidades, algumas delas além do movimento sindical, como o MST, o MAB e o movimento negro. Porém, se este movimento foi capaz de conquistar algumas vitórias, como o impedimento do processo de privatização da CASAN, por outro lado concentrou as forças do movimento sindical, dificultando sua articulação em redor de pautas relativas a outras frações da classe trabalhadora⁵⁹.

No que tange aos movimentos de bairro, este viria a tomar novos rumos somente na proximidade do final da década. Dos grandes movimentos de massa que foram do final da

⁵⁸ “mas para perceber as peculiaridades existentes na periferia que a diferem do mundo da classe média. Ao valorizar estas peculiaridades, o morro não se sente inferiorizado frente às classes dominantes por ser diferente, ele se valoriza buscando romper com os estereótipos propagados pela sociedade.” (ARAÚJO, 2004, p.126)

⁵⁹ Para mais informações sobre o MUCAP e o movimento sindical de Florianópolis nos anos 1990 ver Ribeiro (2005), em especial págs. 208-224.

década de 1980 até 1992, eles passaram visivelmente por um momento de estagnação, para rearticularem-se apenas no final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1999, com a criação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz⁶⁰. A organização política das comunidades periféricas do Maciço do Morro da Cruz que vinha ensaiando-se desde os movimentos comunitários da década anterior e tendo no Pe Vilson⁶¹ um de seus eixos aglutinadores constitui, em 1999, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) como força social organizada. Buscando a construção da força política necessária para a luta por suas demandas através de sua própria articulação, aglutinam-se com outros setores da sociedade civil na constituição de uma ampla rede de apoio através das comissões desenvolvidas em sua estrutura. O próprio crescimento urbano e populacional da cidade no e ao redor do Maciço colaborou para a percepção social de que este constituía uma única totalidade formada por pobreza e exclusão, a unidade dos moradores do Maciço. Desta forma, este Fórum possibilitaria a construção de uma identidade coletiva dos moradores e lideranças desta região através da solução para os problemas comuns dessas comunidades, que referiam-se basicamente, durante o governo de Angela Amin (1997-2000), à total ausência de infraestrutura, como o abastecimento de água encanada, presença de esgoto a céu aberto, riscos de deslizamentos e suas decorrências na saúde pública. Além dessas questões, o Fórum havia sido constituído a partir da necessidade de enfrentamento de uma situação comum a todas as comunidades: a presença marcante da violência nas escolas e espaços sociais dessas comunidades. (TOMÁZ, 2012; VELA, 2015; DANTAS, 2012)

O FMMC não aparece no final da década de 1990 como o início de um processo de organização comunitário. Ele cresce em participação e representatividade e sua própria forma organização e projeto político delineiam-se com clareza somente entre os anos de 2002 e 2003. O Fórum era composto por representantes de nove comunidades do Maciço, além de assessorias técnico-científicas, e de uma Comissão Intersetorial que reunia representações de universidades (UFSC e UDESC) e órgãos públicos estaduais e municipais. Sua forma de organização se dava pela constituição de comissões, sendo uma executiva e seis setoriais (Comissão de Educação, Meio Ambiente, Segurança, Formação, Trabalho e Renda, e Comunicação). Seu objetivo manifesto era “propor políticas sociais públicas que garantam a qualidade de vida e o desenvolvimento

⁶⁰ “O que se percebe, ao longo da década de 90, é que os movimentos sociais passaram por diversos momentos: iniciando com o auge de movimentos de massa advindos dos anos 80; passando pela fragilização e pulverização, inclusive com o desaparecimento de certos movimentos, principalmente aqueles que tinham suas bases na população mais empobrecida, e encerrando a década em uma tentativa de rearticulação” (RIBEIRO, 2005, p. 211)

⁶¹ “A constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz é algo mais recente e ‘confunde-se’ com a trajetória de sua principal liderança, Vilson Groh.” (DANTAS, 2012, p. 80)

sustentável do Maciço do Morro da Cruz”⁶². Os trabalhos dessas comissões articulavam-se através do Fórum Ampliado, que reunia-se mensalmente, a princípio, na capela do Mont Serrat onde Pe. Vilson exercia sua atividade clerical. Posteriormente o Fórum passou a ter sede física própria no espaço da Agência de Desenvolvimento Social Solidário (ADESS), entidade sem fins lucrativos criada em julho de 2003 com o intuito de contribuir para a ‘emancipação social e sustentável’ das comunidades periféricas de Florianópolis, que dar-se-ia através da implementação de uma infinidade de linhas de atuação e objetivos específicos, entre os quais encontra-se a busca pela implementação efetiva do Estatuto da Cidade. (DANTAS, 2012)

Paralelamente ao FMMC constituem-se outros mecanismos na sociedade civil que buscam igualmente promover a união de forças sociais para o enfrentamento de questões ligadas à temática urbana. Este processo está marcado tanto por um novo direcionamento da UFECO a partir das eleições de 2001⁶³ (RIBEIRO, 2005) como também, e especialmente, a constituição do Fórum da Cidade, em 2001.

O Fórum da Cidade tem sua gênese num seminário promovido pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), vinculado ao departamento de Serviço Social da UFSC, que tinha como objetivo divulgar e debater os projetos extensionistas promovidos pelo grupo relacionados a projetos sócio comunitários vinculados a ocupação do solo urbano. Este seminário, realizado em junho de 2001 com o nome “A cidade que queremos : um olhar dos sujeitos das organizações sócio comunitárias e populares de Florianópolis”, contando com a participação do “associativismo comunitário, organizações de preservação ambiental e setores acadêmicos”, tendo em seus momentos finais a realizações de diversas manifestações acerca da necessidade da “organização conjunta e articulada dos diversos movimentos sócio comunitários da região da Grande Florianópolis”, especialmente os vinculados as discussões e enfrentamentos na elaboração dos Planos Diretores, ao combate ao projeto do capital imobiliário, e contra a destruição dos recursos naturais e culturais da ilha. Ainda no evento foi

⁶² Para a visualização do organograma do FMMC, ver Dantas, 2012, p.111, assim como uma análise mais abrangente do desenvolvimento e da política deste fórum, especialmente no que tange a Comissão de Educação, encontram-se no mesmo trabalho deste autor.

⁶³ “Em julho de 2001 a UFECO publica um informativo no qual Albertina da Silva de Souza, atual presidente da UFECO, gestão 2001/2003, declara que durante os 15 anos de existência a UFECO não demonstrou compromissos com a população. "O que era para ser uma entidade que reunisse as lutas, acabou virando espaço para poucos fazerem carreira política". E neste sentido assume um compromisso para ‘Resgatar lentamente o respeito e dignidade que a UFECO sempre deveria ter tido (...) A entidade vai assumir seu papel de articuladora das lutas, fazendo com que o poder municipal encare com mais respeito os desejos das comunidades (...) Em vez de lutas isoladas, fazer com que a reivindicação de um bairro ou uma comunidade possa ser assumida por toda a cidade’.

(Albertina).” (MARTINS, 2002, p. 89)

constituída uma comissão composta por diversos setores presentes que ficaria responsável pela organização deste fórum ou congresso da cidade. (MACHADO, 2013).

Esta comissão ganha força com a aprovação da Lei Federal nº 10.257, em julho de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade⁶⁴. Esta lei tem suas raízes na luta desenvolvida pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) na década de 1980, e arrastou-se pelo congresso por mais de 10 anos. Seu texto normativo tem como objetivo fortalecer a gestão democrática da cidade, subsidiando a participação popular nas decisões da coisa pública, baseada nos eixos temáticos do “direito à cidade”, da “gestão democrática”, da “função social da propriedade” e do “direito à moradia”. Para isso, prevê como formas de participação dos cidadãos os “conselhos de desenvolvimento urbano”, a “gestão orçamentária participativa”, as “conferências de desenvolvimento urbano” e os “debates de audiências públicas”. Com este novo arsenal legal de luta popular em mãos, a comissão designada no fórum de junho realiza ainda em outubro de 2001 o “I Fórum da Cidade de Florianópolis: um olhar do movimento sócio comunitário”, evento este que contou com a participação de 80 organizações dos mais diversos segmentos sociais, que apontam a necessidade de constituição de um fórum permanente. Através da colaboração entre Fórum da Cidade, UFECO e NESSOP, são realizados em agosto de 2002 cinco seminários regionais⁶⁵ na cidade de Florianópolis, buscando a realização de um diagnóstico comunitário e a divulgação do Estatuto da Cidade. O Fórum era ainda estruturado por uma instância deliberativa, composta pelo Congresso da Cidade e as plenárias, e outra executiva, composta pelo Comitê Gestor e as Câmaras Temáticas (MACHADO, 2013; MARTINS, 2002)

O ponto culminante do enfrentamento político com o poder municipal gestado neste movimento de organização social e comunitária diz respeito ao embate no processo de realização da Conferência Municipal da Cidade em 2003, entre as forças populares e a gestão municipal da prefeita Ângela Amin, em seu segundo mandato (2001-2004). Este conflito resultou na realização de duas conferências no município de Florianópolis. Ocorre que a primeira, realizada pelo poder público no dia 15 de agosto não incluiu a participação dos diversos segmentos sociais em sua comissão preparatória. No dia da conferência, as organizações populares,

⁶⁴ Para Machado (2013, p.04): “o Fórum da Cidade enquanto expressão da sociedade civil, é um espaço onde os interesses das classes populares (organizações comunitárias e outras a elas associadas) disputam na arena da luta política (Estado) um projeto de cidade contraditório àquele proposto pela classe burguesa local (indústria da construção civil, turismo e setor imobiliário).”

⁶⁵ Seminário Regional Norte, Seminário Regional Sul, Lagoa, Centro e Itacorubi e Continente. Para um estudo do processo de constituição desse seminário na região sul, ver Martins (2002). Para uma análise do Fórum da Cidade no norte da Ilha ver Cardoso (2003)

mobilizadas principalmente através da UFECO e do Fórum da Cidade, questionam a legitimidade dessa conferência e entram com recurso para sua anulação junto a Comissão Preparatória da Conferência Estadual das Cidades. Este recurso reivindicava a realização de uma nova conferência a ser convocada por uma nova comissão preparatória, esta sim representativa dos diversos segmentos sociais envolvidos na conferência (movimento social, sindical, entidades de pesquisa, ONGs e Universidade, setor empresarial e setor público)⁶⁶.

Para a compreensão desses processos locais desenvolvidos entre a década de 1990 e a década de 2000 em sua relação com o objetivo deste trabalho devemos atentar para as transformações ocorridas na forma com que os conflitos sociais e políticos são representados hegemonicamente. Neste sentido, trata-se de atentar para o avanço das políticas neoliberais no Brasil a partir do governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) e intensificadas nas gestões do governo FHC (1995-2002) quando as políticas federais adotaram continuamente os programas de estabilização e de ajuste estrutural pertencentes as cartilhas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em seu perfil econômico, estas políticas privilegiavam a abertura do mercado interno aos produtos importados, gerando uma refração do desenvolvimento industrial nacional e um alto índice de desemprego decorrente. Por sua vez, as políticas sociais adotadas para o “combate” desses resultados nocivos focalizavam a ineficiência do estado enquanto gestor, incentivando e sustentando um processo de privatização das empresas estatais (como vimos na luta dos sindicatos municipais) e de terceirização da responsabilidade social do Estado. Entre estes dois processos gesta-se a “falsa consciência da desnecessidade do público”, para utilizarmos uma feliz expressão de Francisco de Oliveira (1999), pregando-se que as despesas públicas seriam responsáveis pela falência econômica do Estado e que a solução consistiria na realização de privatizações como forma de quitar este déficit orçamentário. Ainda neste ciclo de retroalimentação, seria a suposta ineficiência estatal que justificariam a transmissão da responsabilidade social a um outro ator, a sociedade civil, enquanto a abertura de processos de parceria entre o público e o privado teria na falência econômica sua base ideológica de sustentação. (RIBEIRO, 2005; VÉRAS, 2006; OLIVEIRA, 1999)

Para Vêras (2006) trata-se da recolocação do país numa “inserção subalterna” na globalização, desencadeando “um processo de *flexibilização* das relações de trabalho e *desregulamentação*

⁶⁶ Um descrição deste processo pode ser vista em Nunes (2004), p.17-18 e anexos 4,5,6 e 7, assim como a sua relação com a criação da Conferência Nacional das Cidades no primeiro ano do governo Lula, e da realização da Conferência Estadual da Cidade em SC nas p. 23-25

de direitos sociais”. A forma intrínseca com que estes processos de desregulamentação e inserção subalterna ocorrem Francisco de Oliveira o denominou por *desmanche*. Como sua consequência aguda teríamos uma deterioração das formas de representação política, sendo que a própria política entraria em uma “era de indeterminação” ocasionada por este desmanche que opera, na verdade, em duas vias: uma por cima, pelos interesses do capital orquestrado nesse arranjo estatal, e outra por baixo, em que o desenvolvimento de ‘novas formas’ de expressão política como o associativismo civil colaborariam nesse processo de corrosão. O conflito social perde sua potência política. Pobreza, miséria, desemprego, favela, informalidade... tudo aquilo que durante um extenso período foi divulgado ideologicamente como o “atraso” a ser superado (análise esta portadora de uma dicotomia já denunciada por Francisco de Oliveira no anos 1980), mostrava-se agora como algo permanente, que veio para ficar. O que antes constituía em uma exceção agora transformava-se numa exceção permanente, via de tudo uma regra, e o Estado é a administração dessa exceção. “As cidades são os lugares por excelência dessas exceções, e o conjunto delas é a administração da exceção”. (TELLES, 2006; OLIVEIRA, 2013)

O desenvolvimento deste “desmanche” “a partir de baixo” opera sobre a forma de um processo ideológico em que a pobreza é “desvinculada do campo conflitivo do trabalho e dos direitos”:

Aliás, tudo isso também devidamente plugado nas vias globais, pelos circuitos do assim chamado Terceiro Setor, financiados (monitorados?) pelos “generosos” recursos das agências multilaterais, quando não capturados por essa espécie de nova frente de expansão do capital e que vem com a grife da “responsabilidade social” das empresas. De fato, tudo por aqui ficou mesmo globalizado... (TELLES, 2006, p.191-192)

É neste desenvolvimento da década de 1990 que as Organizações Não Governamentais, o dito Terceiro Setor, tornar-se-ão um dos pilares do modelo de participação social hegemônico, ao ponto que sua sigla será constantemente associada com expressões como “participação”, “cidadania” e “democracia”, no engodo necessário à sua funcionalidade no desmanche em curso. Numa posição mais próxima da compreensão marxista de sua funcionalidade social, por sua vez, as ONGs são vistas como “a face da comunidade do neoliberalismo, intimamente relacionadas àqueles no topo e completamente nocivo aos projetos locais” (PETRAS, 1996). Para Montaño e Duriguetto (2011), a “satanização do Estado” através de sua ineficácia e incapacidade promovem a “santificação da sociedade civil” através do discurso ideológico do Terceiro Setor, este espaço “despolitizado” de “parcerias entre as classes” instrumentalizando os valores altruístas da “solidariedade individual” e do “voluntarismo”. Ainda para os autores,

as consequências desse processo seriam:

- a) Justificar e legitimar o processo de desestruturalização da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social.
- b) Desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais.
- c) Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”.
- d) Criar a cultura/ideologia do “possibilismo”.
- e) Reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego, produto da reestruturação produtiva. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.307).

Não nos parece ao acaso que Ribeiro (2005), em pesquisa que abrangia os movimentos sociais da década de 1990 e suas relações com a democracia e a globalização em Florianópolis, compreende que nesta década duas características sintetizam os diversos movimentos sociais locais. Por um lado a ausência de um projeto abrangente para Florianópolis capaz de englobar todos os movimentos existentes, por outro, as ações desenvolvidas pelos diversos setores frente (e as vezes em colaboração?) à ofensiva neoliberal na década manifestaram enquanto horizonte político a “construção do possível”. Sobre a ausência de um projeto abrangente podemos compreender que as diversas ações ocorrem de forma fragmenta, articuladas somente enquanto ações setorializadas corroboradas pela ausência de um questionamento sistemático sobre o papel do Estado e da sociedade civil nesse duplo processo de desmanche, por cima e por baixo. O resultado é a fragilização e dispersão das lutas sociais, consideradas aqui em tom comparativo com outros momentos históricos. Pudemos observar que, entre o final da década e começo dos anos 2000 os movimentos populares buscaram, não sem limitações, construir um horizonte em que os diversos setores locais contribuíssem na construção de um projeto político consensual, tendo na construção da cidade seu locus de interlocução para superar esta limitação.

Sobre a limitação das ações populares à dimensão da “construção do possível” (síntese constatada por Ribeiro como elemento comum nas diversas entrevistas realizadas) não podemos deixar de realizar um breve comentário. Trata-se da impossibilidade de superação da oposição entre os extremos evocada nesta contradição, apresentada enquanto paradoxo. A “construção do possível” tem, como seu oposto, a própria impossibilidade, ou mais precisamente a tarefa hercúla de “construção do impossível”, e é esta a crueldade de seu dualismo: estar além da posição de consenso social e seu modo de regulação é “estar impossível”, o que equivale a “não estar”. O possível apresenta-se valorativamente sempre como algo bom, produtivo, positivo, porque, enfim, é o possível. As características negativas são agrupadas em seu oposto: o impossível, aquilo que por definição não pode ser. E não pode ser porque não pertence a

dimensão da realidade enquanto possibilidade⁶⁷. Veja-se que nesta compreensão ocorre um estreitamento das dimensões concretas da possibilidade a uma esfera de abrangência que beira o imediatismo. Nesta percepção, a realidade dos fatos nos brinda com um jogo de palavras, pois é justamente a existência neste estado de “impossibilidade” que engendra as possibilidades de sua superação.

Retomando a questão das representações de classe sintetizadas no FMMC e no Fórum da Cidade, aparentemente estes movimentos sociais desenvolvidos no começo dos anos 2000 contribuem na superação destas limitações (fragmentação das ações e ausência de uma compreensão sistemática com um projeto social aglutinador). Contudo, ambos compartilham uma insuficiência, a de não disporem de estratégias de ação que possibilitem a superação dos mecanismos situados na esfera político-institucional como forma de resolução de conflitos sociais. Ainda que o Fórum da Cidade construa seus próprios espaços de participação popular, não rompe com a forma institucionalizada de encaminhamento das demandas que reconhece e organiza. Os aspectos positivos presentes em sua capacidade de articulação de demandas mais abrangentes das classes populares, se comparadas com o FMMC por exemplo, encontram-se no mesmo limite dos mecanismos institucionalizados para a organização e legitimação dessa representação de interesses com que esbarra o FMMC, sendo que o próprio papel desenvolvido pelo Estatuto das Cidades como núcleo articulado o Fórum das Cidades expressa esta limitação.

Por sua vez, não podemos esquecer que o FMMC, como destaca Dantas (2012, p.88), “não se configura plenamente como uma organização social desvinculada do institucional, pois suas barganhas políticas ocorrem, sobretudo, na esfera político-institucional”. Este “vínculo” entre movimentos sociais e a dinâmica institucional foi amplamente desenvolvido a partir do processo de redemocratização, ganhando contornos claros na Constituição de 1988, que estimularia a participação social na gestão estatal através de instâncias que permitiriam o controle social do Estado, como conselhos e conferências. Neste aspecto, a década de 1990 seria marcada por um amplo processo de constituição e implementação dessas instâncias em âmbito municipal, estadual e federal. Um exemplo disso pode ser visto na constituição dos conselhos municipais⁶⁸ na gestão da Frente Popular, como colocamos anteriormente, além do próprio instrumento do orçamento participativo.

⁶⁷ Esta questão promoveria uma reflexão sobre a ideologia do “fim das utopias” e “fim do trabalho” emergentes neste período e sua expressão nos movimentos locais, mas que extrapola esta nossa breve discussão.

⁶⁸ Um exemplo das atividades políticas e conflitos desenvolvidos em um conselho municipal pode ser visto em Chaves (2001), que analisa a participação popular no Conselho Municipal de Trabalho e Emprego em Florianópolis, entre os anos de 1997 e 2000. Esta análise pode ser diretamente associada a “redução dos impactos negativos ao sistema gerados pelo desemprego”, como destacam Montañó e Duriguetto (2011)

Além desta limitação presente e expressa no projeto político do FMMC, outras tendências internas e externas contribuiriam para a restrição de seu projeto político ao campo hegemônico de compreensão do social, com sua desarticulação frente aos processos políticos engendrados localmente. Podemos afirmar que existe uma relação entre o processo de esvaziamento, quantitativo e qualitativo, do Fórum e o desenvolvimento das ações tanto do Plano Diretor Participativo (PDP) como também das obras que ocorreriam no Maciço fruto do projeto local do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que garantiria obras de infraestrutura social e urbana para as comunidades do Maciço. Ocorre que em 2005, através do fortalecimento político do Fórum, a região do Maciço do Morro da Cruz é regulamentada através de projeto de lei como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Neste processo, parte importante das lideranças comunitárias estará diretamente envolvida com as leituras comunitárias do novo processo de elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP), em desenvolvimento a partir de 2006. Posteriormente, o desenvolvimento das obras relativas ao PAC no Maciço iriam concentrar os esforços comunitários, desmobilizando a participação comunitária no próprio PDP⁶⁹. Ainda para Dantas, durante o processo do PDP e das obras do PAC “algumas lideranças comunitárias” seriam “cooptadas” pelo poder público municipal, evitando o “controle social” das obras desenvolvidas e corroborando para o enfraquecimento do FMMC. Para o autor:

Esta cooptação implementou-se de diferentes maneiras, a saber: 1) personificação das comunidades dos morros a partir da visibilidade de algumas poucas lideranças; 2) promessas verbais do poder público em períodos eleitorais, ludibriando as lideranças e, por conseguinte, as respectivas comunidades; 3) baixa escolarização e desconhecimento dos processos legais por parte das lideranças comunitárias sobre a implementação de obras públicas, que devem obedecer a prazos, padrões urbanístico-arquitetônicos e ser devidamente publicitado para as comunidades locais. Todos estes fatores indicam a necessidade de se equilibrar as forças sociais em litígio, elevando o poder de barganha com o poder público e possibilitando a participação de novos sujeitos históricos na composição de quadros de liderança.” (DANTAS, 2012, p.97)

Mas se esta estratégia do poder municipal foi capaz de colaborar no enfraquecimento e desmobilização do processo constituído pelo FMMC, por outro lado ela não pode ser responsabilizada pelas limitações e contradições internas existentes na proposta. E quais seriam estes possíveis limites? Podemos agrupá-los, baseados no trabalho de Dantas, em três: 1) o risco de “uma tendência personalista no FMMC sintetizada na liderança de Wilson Groh”; 2) o limite de seu projeto-político “na factibilidade do empenho das políticas públicas em resolver os problemas estruturais das comunidades dos morros de Florianópolis” e 3) a “construção de seus

⁶⁹ Para detalhes desse processo, ver Dantas (2012, p.92-97), Vela (2015, p.146-148) e Tomás (2012, p.256-282)

modelos de *parceria*, muito mais voltados a uma resolução imediata das questões estruturais do que a uma ‘ruptura’ com a política estatal em vigor”. Segundo Dantas, a resultante de suas contradições internas com o processo de cooptação e desmantelamento do FMMC exercido pelo poder municipal foi que a rede de projetos e parcerias desenvolvidos acabaram por autonomizar-se. Desligaram-se completamente da existência do Fórum, aglutinando-se em torno do grupo de Pe. Vilson Groh⁷⁰ na forma de parcerias público-privado desenvolvidas pelas ONGs que este coordenava. Neste processo não houve necessariamente uma dispersão da base militante mas sim a construção de uma nova configuração da atuação social em que membros do FMMC vieram a atuar nas ONGs coordenadas por Groh⁷¹. Para o autor:

Mais do que retomar o projeto político do FMMC seria necessário nos perguntarmos se o terceiro setor não estaria exercendo, hodiernamente, a função social almejada pelo FMMC desde a sua gênese. O fortalecimento das ONGs coordenadas por Groh teria obtido maiores êxitos sociais com o poder público e com as empresas privadas, sendo que estas últimas preocupam-se com a ideia de ‘responsabilidade social’ em seus processos de gestão e nos produtos que comercializam. Não nos cabe julgar e, sim, avaliar em que medida as ONGs teriam descaracterizado a perspectiva das lutas sociais nas comunidades dos morros, iniciadas bem antes da organização do FMMC. (DANTAS, 2012, p. 161)

Um resposta prévia a pergunta realizada por Dantas pode ser esboçada através de uma pesquisa realizada por Canella (2016) numa das comunidades que surgirem oriundas das ocupações do Movimento dos Sem Teto no início da década de 1990. Averiguando as transformações ocorridas nesta comunidade (no caso a comunidade da Nova Esperança⁷²) até os anos 2000 Canella verifica que apesar do processo vitorioso desenvolvido naquele período a conquista da habitação não garantiu mobilidade social ou melhorias em indicadores como escolaridade e nível de renda, sendo que a comunidade prosseguiu convivendo com elevados índices de desemprego, informalidade e empregos temporários. Analisando os processos sociais

⁷⁰ “É importante se considerar também a íntima relação de Groh com as organizações não governamentais, que poderiam ou podem conduzir as demandas das comunidades dos morros a um processo de ‘terceirização’. A substituição dos movimentos sociais pelas ONGs pode ser justificada, em princípio, por estas últimas obterem recursos públicos com maior facilidade, além de credibilidade e adesão das populações empobrecidas, reduzindo o impacto dos movimentos sociais.” (DANTAS, 2012, P. 89)

⁷¹ É importante observar que neste processo de construção de uma “nova configuração de atuação social”, os militantes do FMMC deixam de apresentarem-se enquanto iguais de Vilson e passam a ter com este uma relação de subordinação estrutural (são empregados, em grande parte). Consideramos ainda que este movimento está intrinsecamente relacionado com o “risco de personificação” mencionado por Dantas, e que a esta altura dos fatos nem poderíamos mais intitular como “risco”. Neste movimento, Pe. Vilson e o grupo militante que em torno dele gravita acabam por constituir-se definitivamente (é a hipótese que levantamos) como um verdadeiro Intelectual Orgânico que expressa os interesses da periferia. Este processo, contudo, mereceria o desenvolvimento de pesquisas específicas, em que aqui realizamos a sugestão.

⁷² Esta comunidade é resultante da segunda ocupação realizada pelo Movimento do Sem Teto e CAPROM em 1990, mais especificamente no mês de novembro.

envolvidos, o autor explicita:

As lutas por moradia desembocaram numa conjuntura de desmobilização dos atores coletivos. A resposta a esse cenário ocorreu por meio do assim chamado terceiro setor. Nas comunidades surgidas dos sem-teto, e naquelas que passaram a integrar o movimento popular, passaram a ser desenvolvidos muitos projetos voltados para a juventude para geração de renda. Em lugar da luta, onde “precisavam estar unidos”, o atendimento às demandas focalizadas passou a ocupar a cena, favorecendo uma gradual desarticulação das associações de moradores, principal espaço de organização coletiva. Tal dinâmica podia ser constatada também em outras localidades que, naquela conjuntura de mobilizações coletivas que caracterizou a década de 1980 estiveram bastante organizadas e atuantes. (CANELLA, 2016, p. 275)

Retomando a pergunta de Dantas, nesta “nova configuração” em que as ONGs personificadas em Pe. Vilson expressam o formato com que parte considerável desta nova “atuação social” será realizada (forma esta cujo conteúdo nos aparenta bastante evidente), dois momentos constitutivos merecem um importante destaque: o papel desempenhado pelo CCEA a partir de 2006 e a criação do Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) em 2010.

A partir de 2006 o CCEA assume um papel central no que tange à promoção de “alternativas” para a juventude da periferia⁷³. Diferentemente de outras ONGs vinculadas ao grupo de Pe. Vilson, que desenvolvem projetos focalizados em determinadas regiões ou comunidades de Florianópolis, o CCEA desenvolverá abrangência regional. Embora a maioria de suas ações concentrem-se em Florianópolis, os municípios de Palhoça e São José também serão beneficiados, além de desenvolver projetos em cidades como Lages e Joinville. Isto é especialmente verdadeiro quando consideramos o maior projeto desenvolvido pela ONG em sua história de atuação: o Consórcio Social da Juventude Aroeira, também conhecido como Projeto Aroeira, ou Aroeira. O Aroeira é a realização local da política federal do Consórcio Social da Juventude⁷⁴, e foi desenvolvido pelo CCEA nos anos de 2006, 2007 e 2009, atendendo

⁷³ Aqui, uma explicação que talvez deveria ter sido realizada anteriormente se faz necessária. Trata-se da tonalidade crítica que buscamos descrever os fatos ocorridos, em especial naquilo que tange ao processo de representação de interesses desenvolvidos pelo setor progressista da igreja católica nestas décadas. Nem sempre a crítica aparece aos olhos do leitor como um exercício analítico “justo”. A forma com que aparece insinua que apenas os “defeitos”, “limites” e “ausências” dos processos sociais são ressaltados em total detrimento de sua dimensão positiva. Ocorre que a dimensão negativa é constitutiva desta concepção de análise, o que não resulta necessariamente que os aspectos positivos são menosprezados, mas sim que não constituem um ponto central no desenvolvimento do raciocínio. Neste caso, para não sermos “injustos” com esta expressão social, remetemos o leitor às obras de Araújo (2005), Azibeiro (2006), Silva (2010) e Instituto Pe. Vilson Groh (2015) para uma perspectiva positiva dos fatos aqui analisados.

⁷⁴ “Os Consórcios Sociais da Juventude constituem instrumento para a consolidação da parceria governo-sociedade e como porta de entrada complementar do Programa, a fim de atingir parte do público jovem e garantir a integração das Políticas Públicas de Emprego. Os Consórcios são formados por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, com afinidades e interesses comuns. Cada Consórcio deve ter a sua rede composta por, no mínimo, dez entidades e/ou movimentos sociais e/ou organizações da juventude legalmente constituídos, há no mínimo um

1.200 jovens na primeira edição, e outros 1.000 em cada uma das seguintes. Pelo próprio formato estabelecido pela política federal, o CCEA estabeleceu relações institucionalizadas com diversos órgãos municipais, estaduais e federais, além de constituir uma imensa rede com ONGs locais. Em 2010, o CCEA era uma instituição que desenvolvia 17 projetos sociais com mais de 100 funcionários. É no contexto do projeto Aroeira que o CCEA desenvolve a versão mais elaborada de sua posição teórico-metodológica, conforme expomos anteriormente, baseada nos princípios pedagógicos do “cuidado com a vida”, “pensar e agir a partir das margens” e da “desconstrução de subalternidades”, posteriormente acrescidos pela “sustentabilidade”. (AZIBEIRO, 2006; SILVA, 2010)

Por sua vez, o Instituto Pe. Vilson Groh é a concentração e articulação de sete instituições coordenadas pelo grupo ligado ao Pe. Vilson (IVG). Além do CEDEP, ACAM e CCEA, já mencionados, encontram-se o Centro Social Elizabeth Zarcamp Futuro das Crianças, no Alto da Caireia, e de três núcleos do Centro Social Marista, sendo dois em comunidades do Maciço e um em São José. No ano de 2011 o IVG era responsável pelo atendimento de 9.000 crianças e jovens ligadas em projetos sociais e educacionais, e em 2014 contava com 396 funcionários e 147 voluntários regulares. Somados, os voluntários representam 27% do número de pessoas envolvidas nas atividades regulares do IVG. Este número de funcionários, contudo, não é constante, variando bastante de acordo com o ritmo de projetos em andamento⁷⁵. Conjuntamente, estes fatores demonstram um processo de flagrante estímulo ao voluntariado e precarização do trabalho, que são sustentados por uma ideologia de “compromisso social”. (DANTAS, 2012; IVG, 2015)

Mais do que a adoção da rede⁷⁶ enquanto estratégia de ação do terceiro setor capaz de promover a articulação de parcerias entre agentes públicos e privados, com toda a desresponsabilização

ano, e, quando possível, por instituições do poder público, do setor empresarial, e/ou organismos de financiamento e cooperação. O Ministério do Trabalho e Emprego firma convênio com uma entidade do Consórcio Social da Juventude, identificada como entidade "âncora", podendo a entidade âncora subcontratar outras entidades para a execução das ações previstas no Plano de Trabalho. No caso de Florianópolis, O Centro Cultural Escrava Anastácia foi escolhida como âncora, estabelecendo parcerias com outras entidades locais”. (SILVA, 2010, p.19)

⁷⁵ “Ao se trabalhar com convênios é constante a admissão e demissão de funcionários. Nas ONGs das organizações da Rede IVG, possuímos funcionários que já foram demitidos e readmitidos pelo menos três vezes. Com a exigência de não admitir funcionário próprio, este processo de demissão se intensificou. Alguns convênios chegavam a exigir e permitir apenas a contratação de microempreendedores individuais.” (IVG, 2015, p.16)

⁷⁶ Atuação esta, em “rede de parcerias” já ensaiado desde o início dos anos 2000, especialmente através da ADESS e do CCEA, enquanto projeto Aroeira. Destaca-se também neste percurso o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), projeto a semelhança da ADESS na qual Pe. Vilson também esteve envolvido como colaborador. No site do Instituto encontra-se na lista dos parceiros a seguinte descrição: “Instituto Vilson Groh – Tivemos o privilégio de contribuir para seu nascimento e concretiza a obra do Pe. Vilson Groh e seus aliados em Santa Catarina. Temos a honra de contar com o Pe. Vilson Groh em nosso Conselho” (<http://www.icomfloripa.org.br/parceiros/> acesso em 29/05/2017)

do estado engendradora nesse percurso, o IVG é a consolidação e comprovação das tendências personalista existente no bojo do setor progressista da Igreja Católica alvo de críticas em seu próprio meio desde meados da década de 1980. Não nos parece sem sentido a afirmação de Canella (2016) de que a figura do Pe. Wilson Groh teria se transformado numa espécie de “embaixador da ‘questão social’” em Florianópolis. Consideramos ainda que tal processo de personificação constitui-se muito mais como um efeito do que uma causa (embora aqui a dialética nos obrigue a salientar os aspectos co-constitutivos das duas dimensões), em que o regime de parcerias e a “filantropização da questão social” estariam em suas determinações originárias. Entre suas consequências encontraríamos o enfraquecimento da “relação direta entre os sujeitos históricos e o aparato estatal” pelo intermédio das ONGs, “fragilizando” assim a “sociedade civil” e promovendo a “desmobilização dos movimentos sociais” (DANTAS, 2012).

Nesta perspectiva, o mal a ser enfrentado é a ausência de políticas públicas para a pobreza e a periferia, contudo a sua cura reside na realização de parcerias e na solidariedade social, com o apoio financeiro de agências nacionais e internacionais em que a própria adjetivação de “pública” que acompanha a “política” é questionada. As vitórias encontradas (destacadas muito mais pela expressão numérica dos contemplados e das transformações qualitativas em suas vidas do que por suas consequências sociais) serão congratuladas também em regime de parceria através da “festa do bem”, ou “Benefest⁷⁷” conforme terminologia e estratégia de marketing assumido por estes atores locais. Trata-se da expressão singular local do movimento genérico global da ideologia do capital em que a pobreza é “desvinculada do campo conflitivo do trabalho e dos direitos”.

Sobre esta desvinculação Francisco de Oliveira (2003) cunhou em 1987 uma feliz expressão ao estudar o processo de constituição da classe trabalhadora e suas formas de representação em Salvador: “elo perdido”. Este “elo” constitui o vínculo capaz de possibilitar que a posição de classe encontre e desenvolva as representações de interesses apropriadas a sua ação enquanto classe. Os obstáculos para a consolidação deste elo encontram-se tanto no plano material do desenvolvimento das classes sociais como também no campo das representações e expressões

⁷⁷ A Benefest é uma festa que tem como finalidade angariar recursos para a execução de projetos do CEDEP. Sua primeira versão foi realizada em 2005, sendo que em sua 11ª edição (2016) foi realizada no Devassa On Stage, norte da ilha, com shows de Art Popular, Em Cima da Hora e Sound Trio, contando ainda com um debate acerca da transformação social por meio do voluntariado em seu evento de lançamento. (<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/08/11-benefest-e-lancada-com-arte-e-debate-sobre-voluntariado-na-capital.html> acesso em 07/06/2017)

políticas a ela relacionadas, sem as quais o movimento de classe não se completaria, permaneceria inacabado, constituindo classes sem identidade de classe, classes que perderam o elo com a representação de seus interesses. Na compreensão sintética de Vera Regina Telles (2006) o “elo perdido” diz “respeito às mediações da política que não chegavam a se completar”.

Conforme compreendemos o processo desenvolvido entre a década de 1990 e 2010 em Florianópolis parte dos movimentos sociais de massa ligados as demandas habitacionais das classes subalternas (como o Movimento dos Sem Teto) revelando nesta necessidade um alto poder de mobilização e aglutinação de diversos setores sociais dispostos a questionar o projeto hegemônico de cidade que manifesta os interesses da classe burguesa em Florianópolis. No transcorrer dessas décadas estes movimentos atingem uma expressão em que a implementação e expansão das ONGs por atores ligados radicalmente a eles colabora com a dissolução da possibilidade de constituição das mediações necessárias para a efetivação da potência política dos conflitos sociais envolvendo estas classes. Entre a classe trabalhadora mais precarizada da cidade e a representação de seus interesses ocorreria então o desenvolvimento deste elo perdido. Embora houvessem no final dos anos 1990 tentativas de reconstituição desse vínculo partido, elas permaneceriam limitadas ou a um segmento local desta fração da classe (o FMMC com seus interesses localmente articulados) ou a uma concepção em que os interesses mais imediatos desta fração perdiam-se entre uma genericidade consensual e as limitações burocráticas de suas formas de reivindicação (Fórum das Cidades). Por mais que a materialidade contribuísse com a construção de necessidades, e nisso sempre podemos contar com o sociometabolismo do capital, as possibilidades de expressão política acabaram cooptadas por um projeto neoliberal de construção de consensos, escamoteando o caráter classista que lhes é inerente. O elo recém construído partira-se. As classes subalternas eram classes sem representação: pura pobreza, desemprego e violência a serem vistas sobre tonalidades pessimistas ou otimistas, não importa, tanto que não fossem vistas e representadas enquanto questões de classe. Existiria a possibilidade de reconstituição desse “elo perdido”? Caso nossa resposta seja afirmativa, em quais movimentos concretos elas seriam gestadas e quais seriam suas formas de expressão?

5 O SEGUNDO CICLO DE OCUPAÇÕES

Uma certa euforia propagou-se entre a esquerda da cidade de Florianópolis nos primeiros anos da década de 2010, principalmente entre os anos de 2012 e 2014. A capital catarinense, onde a especulação imobiliária se traveste ideologicamente como desenvolvimento para a grande maioria da população e o turismo é visto como o requinte necessário ao bem estar econômico da cidade, foi sacudida por um pequeno mas significativo conjunto de ocupações urbanas. A cidade parecia adentrar a onda nacional de ocupações urbanas que ocorria neste período, com mobilizações nas principais capitais do país organizadas por uma pluralidade de movimentos de luta por moradia.

Como vimos no capítulo anterior, entre o segundo meado da década de 1990 até o final da década de 2010 as lutas populares por moradia não assumiram, na região da grande Florianópolis, a forma de uma “ação mais direta” manifesta pelas ocupações urbanas, e as próprias lutas sociais por moradia popular restringiram-se durante este período aos casos esporádicos de algumas poucas comunidades. O mesmo, contudo, não ocorria nas maiores capitais do país, onde a implementação das políticas neoliberais da década de 1990⁷⁸ e seu consequente impacto negativo nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora contribuiu com a emergência de diversos movimentos de sem-teto, especialmente no estado de São Paulo e na Bahia. Como exemplo, podemos citar o Movimento de Sem Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), ambos na cidade de São Paulo, assim como o Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS) e Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), ambos no estado baiano. É ainda no final dos anos 1990, mais precisamente em 1997, que surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no estado de São Paulo, responsabilizando-se pela realização de diversas ocupações. (OLIVEIRA, 2015)

A partir do segundo meado da década de 2000, a realização de ocupações urbanas pelos diversos movimentos espalhados pelo país começam a crescer exponencialmente, com destaque para a cidade de São Paulo, constituindo, dialeticamente, um reflexo e um enfrentamento à crise urbana emergente no final desta década. O paradoxo posto no desenvolvimento urbano das cidades no país contrapõe a retomada do investimento estatal em habitação, saneamento e transporte público com um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária,

⁷⁸ A título de exemplo, orientamos o leitor ao trabalho de Neuhold (2009), onde a autora realiza um retrospecto dos movimentos e ocupações desenvolvidos no centro da cidade de São Paulo entre 1997-2007, constatando a realização de 81 ocupações somente nesta região. (NEUHOLD, 2009, p. 46, 70-72)

promovendo a elevação do preço das terras e dos aluguéis. Uma expressão significativa deste movimento é que no primeiro meado da década de 2010 o preço da terra no Brasil chegou a ser considerado o mais caro do mundo. (MARICATO, 2015).

A constituição deste paradoxo e da conseqüente crise urbana instaurada mantêm forte vínculo com o modelo de crescimento econômico adotado a partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil, entre 2003 e 2006, que teve na construção civil um dos setores estratégicos elencados para a promoção do crescimento do país. A partir de 2005 alterações no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)⁷⁹ possibilitam a articulação entre os capitais imobiliário e rentista, sendo que a partir de 2007, já no segundo mandato de Luiz Inácio, ocorre a retomada de investimentos públicos em obras urbanas, através do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal e, após dois anos, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A década de 2005-2015 pode ser chamada, “sem exagero, de a década do capital imobiliário”⁸⁰. (MARICATO, 2015; BOULOS, 2015,)

Sobre o PMCMV ressalta-se o fato de constituir até o momento o maior programa habitacional da história do país, contando inclusive com subsídio específico para a fração mais precarizada da classe trabalhadora, aquelas famílias que recebem de 0 a 3 salários mínimos, ação praticamente inédita na história dos programas habitacionais. Contudo, este programa não foi inserido numa política urbana mais ampla, deixando a cargo das construtoras e da especulação imobiliária decisões importantes como a localização dos empreendimentos construídos. Desta forma, as características postas no cenário urbano durante a década do capital imobiliário acabaram promovendo o aumento do processo de especulação fundiária e o conseqüente aumento dos aluguéis. No final das contas, “o ritmo de produção de novos sem-teto – pelo aumento de valor dos aluguéis – é maior que o de construção de novas casas”. Assim, três anos após o lançamento do Minha Casa Minha Vida a realidade mostrava um aumento de 10% no déficit habitacional das metrópoles brasileiras entre os anos de 2011 e 2012. Estes fatos contribuíram para o aumento exponencial das ocupações neste período. Somente na cidade de São Paulo foram realizadas quase 700 ocupações de imóveis entre os anos de 2013 e 2014. (BOULOS, 2015)

⁷⁹ Para informações específicas sobre estas transformações consultar Guerreiro (2017).

⁸⁰ “O maior exemplo desses efeitos no caso do ciclo de crescimento petista foi a dinâmica urbana. As cidades brasileiras sintetizaram as contradições do modelo e os limites do ganha-ganha. Os conflitos urbanos forçaram entrada na agenda política. Nunca antes o setor da construção e o mercado imobiliário receberam tantos investimentos no Brasil. Os últimos dez anos, a partir de 2005, poderiam ser chamados, sem exagero, de a década do capital imobiliário. Em 2005, o montante total de crédito para construção e financiamento imobiliário no país era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014 foi para R\$ 102 bilhões. Isso mesmo, crescimento de mais de 2.000% em dez anos.” (BOULOS, 2015, p.11)

E a “Ilha da Magia”, como insere-se nesta realidade? Descrevemos em capítulo anterior o processo histórico de constituição da segregação das classes subalternas da cidade, assim como do discurso que legitima a autossegregação e os interesses espaciais das elites locais. Mostramos ainda os períodos em que o desenvolvimento das comunidades periféricas ocorriam com maior intensidade, inclusive contradizendo o discurso hegemônico que promovia a cidade como uma “meca das classes médias”. Ocorre que no início do século XX desenvolver-se-ia ainda um novo recrudescimento dos espaços de pobreza. Sugai (2009) identifica, em pesquisa realizada em 2005, a existência de 61 áreas de informalidade e pobreza apenas no município de Florianópolis, concentrando em torno de 10.180 moradias. Estas áreas de pobreza totalizariam 171 localidades se considerados os municípios da região conurbada, indicando a presença de 14% da população de Florianópolis e 12% da região conurbada habitando em favelas. Entre as comunidades citadas pela autora encontram-se: Serrinha, Morro da Queimada, Tapera da Base e Sol Nascente, em Florianópolis; Frei Damião, em Palhoça; e Solemar, no município de São José. (SUGAI, 2009)

No começo da década de 2010 o município possuía aproximadamente 15 mil famílias cadastradas na lista do Plano Municipal de Habitação à espera de habitação, sendo que algumas esperam a quase 30 anos pela moradia prometida. O déficit habitacional estimado na região conurbada ultrapassa as 30.000 residências, sendo que metade deste déficit corresponde a cidade de Florianópolis. Ao mesmo tempo, a especulação imobiliária aumenta constantemente sendo que a cidade passa da décima para a quinta posição na lista das cidades brasileiras com maior valor do metro quadrado entre o ano de 2015 e 2016⁸¹, segundo o índice ZipZap. Por sua vez, o desenvolvimento de empreendimentos ligados ao PMCMV na região conurbada mostrava-se ineficaz no enfrentamento desta tendência, isto porque das unidades produzidas na região conurbada de Florianópolis, o público mais beneficiado refere-se as famílias que recebem entre 03 e 05 salários mínimos, intitulados no programa como faixa 2. Dos 44

⁸¹ “A elevação da renda da terra em Florianópolis provoca crescimento do valor dos aluguéis e encarecimento do preço dos imóveis e terrenos urbanos. Essas transformações são produzidas na amplitude da cidade e adquirem caráter de contradição social e econômica (a remuneração da classe trabalhadora não permite o pagamento destes custos e o atendimento das outras necessidades de reprodução do valor desta força de trabalho) à medida que a fração imobiliária do capital e sua incipiente integração financeira dominam a economia local. Dizer que o capital especulativo, imobiliário, encontra-se em posição de hegemonia no sistema capitalista total da cidade significa considerar que esta fração do capital organiza não só as demais frações, como também o próprio processo de produção de valor na região, condicionando as esferas governamentais a orientarem recursos a seus negócios (seja pela exigência econômica e política de infraestrutura a seus empreendimentos, seja pelas formas ilegais com que grupos empresariais apropriam-se de recursos públicos na história recente da cidade)” (MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 232-233)

empreendimentos construídos na área conurbada até 2015, somente 4 localizam-se na cidade de Florianópolis, sendo ainda que somente 02 na região insular, fato este que colabora no processo de segregação da região. (CALHEIROS, 2016; MARCHI, 2015)

É neste contexto geral e específico que desenvolve-se na região da grande Florianópolis o segundo ciclo de ocupações urbanas organizadas de sua história. Após duas décadas de ausência, os sem-teto voltam a constituir-se como movimento organizado através do desencadeamento de três ocupações. Ainda que a partir dos anos 2000 tenham se desenvolvido conflitos envolvendo a questão da moradia no município de Florianópolis, e mesmo algumas tentativas de constituição de movimentos sociais que lhe são expressão⁸², foi somente no dia 10 de outubro de 2012 que ela retornou significativamente na agenda dos movimentos sociais da região e, por incrível que pareça, os militantes de esquerda souberam de tal fato pelas rádios locais. A notícia veiculada narrava a realização de um truculento despejo que estava sendo realizado no município de São José, no bairro José Nitro, num terreno localizado às margens da Avenida das Torres pertencente a imobiliária Suvec e ocupado por aproximadamente 100⁸³ famílias. A denúncia rapidamente ganha as redes sociais e poucas horas depois um conjunto de militantes de partidos políticos e movimentos sociais chegam ao local para prestar apoio às famílias. (MAGALHÃES e TONIN, 2015⁸⁴)

O processo que resultou na realização deste despejo é ainda mais surpreendente do que a sua descoberta pelos movimentos via meios oficiais de comunicação. Ocorre que as famílias despejadas haviam “ocupado” o terreno poucos dias antes, numa ação realizada praticamente da “noite para o dia”. O que motivou tal movimento de ocupação? O prefeito de São José e então candidato a reeleição Djalma Berger realizou na noite de 04 de outubro de 2012 um comício no bairro José Nitro (região historicamente problemática no que tange a moradia e regularização fundiária) poucos dias antes da eleição de 07 de outubro para o pleito municipal, e prometeu que, caso eleito, indenizaria a imobiliária Suvec pela propriedade do terreno em

⁸² Para limitar-nos a alguns exemplos, destacamos o conflito em torno da moradia/regularização fundiária e questão ambiental envolvendo a comunidade Vila do Arvoredo, também conhecida como favela do Siri, desenvolvido a partir de meados da década de 2000 (a este respeito ver Chesini, 2012). Sobre os movimentos sociais ligados a questão da moradia, encontramos no estudo de Tomás (2012) uma nota de rodapé sobre um entrevistado que seria representante da União Estadual por Moradia Popular de Santa Catarina (UEMP/SC), filiada à União Nacional de Moradia Popular. Contudo, não encontramos nenhuma outra referência a este movimento.

⁸³ Segundo dados do Dossiê Contestado, publicado em junho de 2014, essa ocupação inicial contou com 200 famílias dos bairros José Nitro, Jardim Zanellato e Serraria.

⁸⁴ É importante destacar que ambos autores foram membros atuantes do coletivo Brigadas Populares durante a Ocupação Contestado, conforme destaca o trabalho de Fragozo (2014, p.21): “E, como principais parceiros dessa estruturação, os membros das Brigadas Populares sempre participam das reuniões - entre os principais membros ativos destacam-se Jonathan Jaumont, Vitor Tonin e Luís Felipe Magalhães”.

questão, passando sua posse aqueles que estivessem em cima dele.

Este comício foi ainda antecipado por uma reunião na noite anterior, realizada na Igreja Assembleia de Deus, no mesmo bairro, e contanto com a presença de Djalma Berger e do vereador e também candidato à reeleição Sanderson de Jesus. Nesta reunião, em que participaram algumas famílias dos bairros José Nitro, Serraria e Jardim Zanellato, o prefeito incentivou os participantes a ocupar o referido terreno da imobiliária, prometendo a futura desapropriação do imóvel caso reeleito. Como ato de “boa fé” o então candidato a prefeito assina simbolicamente, diante das famílias, o Decreto Municipal 37.180/12 de 21 de setembro de 2012, que declara o referido terreno como de utilidade pública. (DOSSIÊ CONTESTADO, 2014). É neste contexto que aproximadamente 120 famílias ocupam a área em questão,

Vendem pertences, assumem dívidas e saem de sua moradia anterior – de aluguel ou de favor, na maioria dos casos – e constroem na terra prometida a primeira versão de sua moradia própria: barracos de lona, alguns com armação em madeira, feitos de sobras de material de outras construções. (MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 237)

Mas o resultado do pleito municipal de 2012 não favoreceu Djalma Berger, sendo eleita no primeiro turno a candidata Adelina Dal Point (PSB) com 61,19% dos votos válidos. Djalma Berger, sabendo que este resultado eleitoral já era apontado pelas pesquisas de opinião, revogou o decreto municipal que assinara a menos de um mês no dia 05 de outubro, sexta-feira antes do pleito. Sob estas circunstâncias que se desenvolve na manhã do dia 10 de outubro uma truculenta ação de despejo promovida pela polícia militar, contando com mais de duzentos soldados efetivos. O Conselho Tutelar também se faz presente no ato, não para proteger as famílias e a seguridade das crianças, o que seria condizente com sua responsabilidade institucional, mas como forma de coibir as famílias que quisessem resistir a ação através da ameaça de recolher judicialmente seus filhos e enviá-los a abrigos sociais. Através da ação dos militantes e organizações, em sua maioria jovens universitários, que rapidamente chegam ao local, ocorre a mediação por uma solução temporária do problema dos desalojados (um número significativo de famílias já havia dispersado do local): seriam abrigados no ginásio municipal de esportes existente no bairro até que uma solução fosse encontrada. Sairiam do ginásio somente 26 dias depois, não como vítimas, não com desesperança, mas como um movimento organizado para ocupar um terreno nas proximidades do local. Iniciava-se o segundo ciclo de ocupações urbanas de Florianópolis. Era a “volta dos sem-teto” na região conurbada de Florianópolis com o surgimento da Ocupação Contestado! (CANELLA, 2016)

A situação vivenciada no ginásio municipal por estas famílias era precária. A prefeitura, responsável pelo ginásio, numa clara tentativa de coibir a presença dos desalojados não suspendeu a agenda de jogos e as famílias tiveram que conviver com o uso da quadra esportiva. Além disso, conviviam com más condições de higiene, falta de alimentos e abastecimento de água. A superação dessas dificuldades contou com o apoio de movimentos organizados que acompanhavam o cotidiano da vida no ginásio. Os principais movimentos envolvidos neste período foram as Brigadas Populares (BPs), o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) e militantes do MST. No final do mês de outubro foi construída a “Rede de apoio dos desalojados do José Nitro”, que além das Bps e do CABN contava com a participação de entidades sindicais, estudantis e de militantes independentes, assim como também a associação de docentes da UDESC (subseção sindical do ANDES). Entre estas organizações haviam aquelas que limitavam-se a prestar apoio estrutural sem se comprometerem com o desenvolvimento político do movimento. Em geral este grupo era constituído por sindicatos e representantes da UDESC. Mas haviam aquelas que estavam diretamente envolvidas nos processos de organização que buscavam constituir junto as famílias uma direção política para lutar pela resolução de sua situação, processo que envolvia, em sua compreensão, a responsabilização do poder municipal pela situação enfrentada. Estes grupos desempenhavam o papel de mediação política, e neste momento inicial consistiam nos coletivos das Bps e CABN assim como o MST. (CANELLA, 2016; MAGALHÃES e TONIN, 2015)

Buscando articular a realidade dessas famílias despejadas com a rearticulação do movimento de luta por moradia, estes mediadores realizam no dia 03 de novembro um fórum sobre a problemática, ocorrido na UFSC. Neste processo organizativo percebeu-se que a solução para a questão não se resolveria imediatamente por meio da “pressão institucional” e a situação vivenciada durante um período que aproximava-se de um mês beirava a situação de completa impossibilidade⁸⁵. Foi neste sentido que, na madrugada do dia 07 de novembro aproximadamente 80 famílias e representantes dos grupos mediadores saem de forma organizada do ginásio e, depois de 900 metros, ocupam um terreno nas proximidades do local. Nasceria ali a ocupação Contestado, vinte anos após a última ocupação organizada da região de Florianópolis, batizando a emergência de um segundo ciclo de ocupações urbanas.

⁸⁵ “Ao longo daqueles 26 dias, o acúmulo das tensões entre os moradores, ocasionadas pelas péssimas condições de abrigo, mostrava que o instrumento da luta pela moradia não poderia se restringir apenas às reivindicações mais pontuais e à pressão institucional, mas que deveria, também, apontar para ações diretas, dentro ainda do marco da legalidade; porém, com maior capacidade de intervenção direta na apropriação do espaço. Este instrumento é a ocupação urbana.” (MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 239)

(MAGALHÃES e TONIN, 2015)

Ocuparam um terreno de 4.700 m² localizado no bairro Serraria/São José, nas proximidades do loteamento jardim Auracária, também pertencente a imobiliária Suvec, o que mostra indícios do monopólio da terra na região. O aparato policial chegou ainda no primeiro dia e uma ação mais truculenta foi impedida pela ação dos apoiadores, que neste momento contava com a presença de advogados. Ainda neste primeiro dia seria definida a identidade coletiva do grupo através do seu “batismo”: Ocupação Contestado, sugerido pelos representantes das Brigadas Populares em remissão à memória da Guerra do Contestado que em 2012 completava 100 anos⁸⁶. (DOSSIÊ, 2014; MAGALHÃES e TONIN, 2015).

A forma de estruturação inicial da ocupação já demonstra sua organização prévia. Os barracos de lona foram organizados em ruas e quadras, num processo de organização física e política estruturado em três níveis. O primeiro corresponde ao “núcleo”, composto por aproximadamente 10 casas definidas por sua proximidade espacial. Esses núcleos, (oito no total, cada um com um ou dois coordenados) reúnem-se semanalmente num encontro entre os coordenadores de núcleos que encaminham as questões ligadas ao cotidiano da ocupação. O segundo nível seria o da quadra, que congrega em reuniões periódicas o conjunto de residentes em cada uma das três quadras que compõe a ocupação, cujas reuniões teriam como finalidade o encaminhamento de questões estruturais como construção de fossa e organização do espaço da quadra. O terceiro nível refere-se a assembleia geral, que trata das questões ligadas a toda a ocupação, como entrada de novas famílias, expulsão de outras em decorrência de não cumprimento do regimento interno⁸⁷, entre outras questões abrangentes. Eram realizadas quinzenalmente ou chamadas em regime extraordinário. Entre estes três níveis, o núcleo é o

⁸⁶ “Enquanto Brigadas Populares, sempre achamos fundamental construir uma imagem para a Ocupação. Sobre a questão do nome, procuramos sempre discutir com as famílias e pedir sugestões, mas nesse caso, como foi uma ocupação mais espontânea, a gente teve que sugerir um nome no dia em que ocupamos. Isso para nós foi horrível. Não teve como discutir direito o nome com as famílias. Nós, da organização, queríamos um nome que representasse um movimento de luta urbana. Sugerimos, então, o nome de Contestado, porque no ano de 2012 o movimento do Contestado completou 100 anos e porque, apesar de passado um século, ainda continuamos lutando por terras, seja no campo ou na cidade. Entre as famílias, poucos sabiam o que o nome Contestado significava, mas no momento de escolha tentamos passar pra eles o sentido do nome. Neste ano, a gente pretende começar a trabalhar a história do Contestado com eles. As outras ocupações das Brigadas são Ocupação Dandara, que foi a mulher de Zumbi dos Palmares, João de Barro, Irmã Dorothy. Enfim, em alguns casos não é tão claro o resgate da luta do povo brasileiro, mas essa é a intenção. Todos os nomes vão neste sentido, porque a história que é contada nas escolas apaga esses processos de luta e suas personalidades. Tentamos resgatar a memória através do enfrentamento cotidiano.” [Vitor Tonin] (FRAGOSO, 2014, p.28)

⁸⁷ É importante destacar que, embora o número de famílias atualmente constituintes da ocupação seja idêntico ao número inicial, cerca de 100 famílias, ocorreu um grande processo de turn-over, com um percentual significativo de saídas e novas entradas.

único que possui nomenclatura. Através de sugestões de membros das Brigadas Populares e dos moradores, foram escolhidos como nomes Dandara, Zapata, Che Guevara, Anita Garibaldi, Vida Nova, Estrela-Guia, Guerreiros da Fé e Mansidão. Canela (2016) observa que a dualidade existente em tal nomenclatura, cujos nomes propostos pelos militantes são ligados a personalidades políticas representativas das lutas dos trabalhadores, e os nomes sugeridos pelos moradores possuem uma tonalidade bastante ligada a aspectos religiosos, bastante presentes na ocupação. (CANELA, 2016, p.276; MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 238)

Ainda no mês de novembro foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)⁸⁸, buscando uma solução para a questão. Neste momento a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) apresentou ao promotor um ofício em que disponibilizava um terreno da união localizado na Avenida das Torres para a construção de moradias populares⁸⁹. Por outro lado, no começo de dezembro a imobiliária Suvec entrou com mandato de reintegração de posse junto à 1ª Vara Cível da Comarca de São José. O movimento respondeu politicamente com o lançamento de uma campanha “Despejo Não!”, assim como uma defesa jurídica. Em 07 de dezembro a ação de reintegração imediata é indeferida pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, mas o processo judicial arrastar-se-ia até 2016.

A partir de 2013, com a gestão municipal de Adelina Dal Point, abre-se um canal de negociação entre a prefeitura e o movimento para a busca de uma solução. Em geral, as alternativas variam entre possibilidades de construção de moradias no terreno ocupado ou a sua realização no terreno ofertado pela SPU. O processo se arrasta durante essa gestão, com a realização de diversas reuniões entre os dois setores, assim como reuniões envolvendo a SPU e também a Caixa Econômica Federal, que no ano de 2013 apresentou uma proposta em parceria com a prefeitura de construção de moradias para o terreno da União. A esta moveu uma contraproposta realizada pelo movimento, desenvolvida por um professor do departamento de arquitetura da UFSC em parceria com a Associação de Geógrafos do Brasil (ABG)⁹⁰. A resolução, contudo, ainda estaria em negociação em 2017, na segunda gestão de Adelina Dal Point na prefeitura de São José.

É importante destacar que neste processo e organização da ocupação, duas estratégias se

⁸⁸ “A mesa foi composta por dois deputados estaduais, a advogada do Movimento, o Promotor do MP de SC que cuidava do caso, um representante do movimento de luta por moradia e das Brigadas Populares e um representante do Governo do Estado de Santa Catarina”. (CANELA, 2016, p. 277)

⁸⁹ Sobre a localização desse terreno, assim como informações sobre a Avenida das Torres, ver Tonin (2015, p. 24-31)

⁹⁰ Sobre o desenvolvimento dessas propostas, ver trabalho de Alano (2014)

sobressaem. A primeira refere-se a adoção da educação popular como forma de politização da comunidade e das questões envolvidas. Essa estratégia esboça-se a partir da realização de um projeto de extensão, trata-se do Programa de Educação Popular na Comunidade Contestado, desenvolvido a partir de janeiro de 2014, aprovado e produzido com recursos do edital MEC/SISU do Governo Federal, em formato de projeto de extensão, promovendo a realização de espaços coletivos de formação. A outra estratégia refere-se as atividades comunicativas desenvolvidas. Para Fragoso (2014), elas teriam dois momentos: o momento “emergencial”, relativo aos primeiros períodos da ocupação pós-ginásio, e entre elas encontrar-se-ia a escolha do nome da ocupação, assim como construção de logotipo, colocação de faixas, constituição da campanha “Despejo Não! Contestado Vive” até a realização de eventos e festas para angariar recursos e divulgar as ações em desenvolvimento. O segundo momento seria o “planejado”, em que a atividade comunicativa teria como resultante a concretização de um projeto de comunicação comunitária, além da realização das campanhas de comunicação “Contestado Vive” e de construção de jornais comunitários. Ambos, o projeto educativo e as ações comunicativas, seriam iniciativas das Brigadas Populares. A autora ainda destaca um amadurecimento no processo de construção comunicativa que, inicialmente realizado por membros das Brigadas Populares passou a ser desenvolvido em regime de parceria com a comunidade. É importante destacar, entre estas duas estratégias, o duplo papel que as festividades tiveram nesse processo, de divulgação e arrecadação financeira material. Inicialmente desenvolvidas fora do espaço da ocupação, e voltado diretamente para o público universitário, foram progressivamente sendo transferidas para o espaço da ocupação, cada vez mais aprimorado. (FRAGOSO, 2014, p.25-27)

Sobre o processo da ocupação Contestado importa ainda destacar que a partir do início do processo de ocupação, a estruturação da rede de apoiadores que gravitava em torno de Brigadas Populares, CABN e MST passou, progressiva e rapidamente, a ter nas Brigadas Populares seu eixo de sustentação, sendo este coletivo admitido como o “responsável” pelo processo de apoio prestado as famílias entre os diversos grupos e organizações envolvidos com a questão militante em Florianópolis⁹¹. Estabelece-se a partir daí um estreito vínculo entre representantes das BPs

⁹¹ Um entrevistado nos sugeriu que este processo não foi tão amistoso quanto aparenta. Segundo sua fala, teria ocorrido já no período do ginásio um progressivo enfrentamento entre militantes das Brigadas Populares e do MST, que estavam presentes no ginásio para a articulação da frente de massas. A disputa implícita, especialmente no que tange aos militantes das BPs, era sobre o grupo que seria responsável pela direção política e organizativa do movimento em gestão, ou, em termos populares, pela paternidade da criança. Assim, logo no início da ocupação, os militantes presentes do MST afastam-se, e este movimento passa a prestar apoio formal à ocupação, deixando de participar de seu processo organizativo. Um movimento semelhante ocorreu entre BPs e CABN, contudo de

e as famílias da ocupação, num processo de acompanhamento que culminaria com a constituição de vínculos formais de filiação entre algumas lideranças da ocupação e as BPs⁹². Outro destaque refere-se a constituição da Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM) poucos meses após o surgimento da Contestado por meio da ativa militância de base que os membros do CABN tiveram na ocupação. Esta frente, contudo, não expandiu-se, permanecendo restrita aos próprios membros do CABN. Contudo, foi este coletivo que primeiramente inseriu-se no processo de luta da ocupação Palmares. Embora considere-se esta ocupação urbana como constituinte do segundo ciclo de ocupações, ela é, na verdade, um assentamento informal desenvolvido progressivamente a partir de 2012 por um conjunto de famílias estranguladas pelo valor do aluguel. Estas famílias, aproximadamente 20, passaram a ocupar uma área de intenso declive localizada no bairro Serrinha, às margens de uma estrada em processo de repavimentação por conta das obras do PAC no Maciço do Morro da Cruz⁹³.

A FALM aproxima-se então destas famílias no primeiro meado de 2013, mais especificamente a partir de 04 de julho, numa situação que guardaria similitudes com o processo desenvolvido na ocupação Contestado. Neste dia, funcionários da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sob o comando da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) e o resguardo da Polícia Militar e Santa Catarina (PM/SC) adentram a comunidade, então constituída por 12 famílias, e através da justificativa de risco ambiental promovem a demolição de 3 casas. A informação é veiculada na mídia, e militantes da FALM dirigem-se ao local, acionando também o Coletivo Catarina de Advocacia Popular (CCAP), gestado inclusive durante o processo de ocupação do Contestado. Estes coletivos acabaram mediando o conflito entre comunidade e FLORAM, e passaram a exercer a atividade de mediação no assentamento informal, cabendo a FALM as tarefas organizativas e políticas e ao CCAP a assessoria jurídica.

forma bem mais branda. Este ponto nos sinaliza algo que será evidente ao longo de nossa narrativa: o vínculo estrutural de cada uma das ocupações desenvolvidas com um grupo dirigente, que adotará uma postura “paternalista” frente as mesmas. É a expressão “à esquerda” do processo de “apadrinhamento” ocorrido na forma política burguesa hegemônica.

⁹²“Entre mais por afinidade com a forma que eles interagem com a comunidade. Fui indo nas reuniões e descobrindo o que eram as Brigadas. Eu só via eles em assembleia, nas reuniões, observando meio de longe pra descobrir qual era a deles. (...). Pra quem tem interesse, a gente vai explicando o que é a luta e as Brigadas Populares.” [Dagoberto Rita] (FRAGOSO, 2014, p.21)

⁹³ “A ocupação da área foi iniciada no segundo semestre do ano de 2012, em uma das poucas áreas não ocupadas que margeavam as encostas da recém-inaugurada Avenida Transcaeira. Porém, esta ocupação só passou a constituir-se enquanto comunidade, com maior número de casas, no ano seguinte, quando mais famílias que viviam de aluguel em diferentes áreas do MMC, e também de outras partes, passaram a ocupar a área. No início do mês de julho de 2013, período conturbado de manifestações massivas por todo o Brasil e também em Florianópolis, veio à tona a situação da ocupação. Isso ocorreu por intermédio da grande mídia, em decorrência da cobertura de uma ação de despejo efetuada por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis para casas construídas recentemente na localidade. Este fato ocasionou a aproximação de diferentes grupos envolvidos com a problemática habitacional da Grande Florianópolis, em solidariedade àquelas famílias.” (VELA, 2015, p.152)

Este processo desenvolveu igualmente uma rede de apoiadores, ainda que de menor expressividade que a desenvolvida na Contestado, contando com o apoio do Movimento Passe Livre (MPL) e a solidariedade da ocupação Contestado. No dia 09 de julho é realizada a primeira assembleia geral da ocupação, onde foi agendada uma marcha pelo Maciço que culminaria com uma manifestação em frente a sede da FLORAM, no dia 11 de julho, participando também da manifestação municipal agendada para o mesmo dia⁹⁴, de forma conjunta com os moradores da Contestado. No domingo seguinte, ocorreria um encontro de confraternização e compartilhamento de experiências entre as duas ocupações, realizado na ocupação Contestado (VELA, 2015, p.184-185)

O conflito com a FLORAM se agravaria deste então. No dia 01 de agosto de 2013 fiscais da instituição acompanhados pela guarda municipal e polícia militar adentraram novamente à ocupação e destruíram uma das casas que havia sido reconstruída após a ação anterior. Nesta situação a indignação comunitária aumentou, pois, ao contrário da ação anterior, eles destruíram a casa com os pertences de seus proprietários dentro, que não estavam no local⁹⁵, violando assim o amparo legal de inviolabilidade do domicílio assegurada pela Constituição Federal. A alegação da FLORAM, em ambos os casos, era que a área habitada constituía uma Área de Preservação Permanente (APP). Novamente o conflito foi mediado por militantes da FALM com o apoio do CCAP, que acabaram contatando a promotoria e vereadores por telefone no local, o que mudou a postura com que vinha sendo levada a ação por parte das instituições municipais. Este ato constitui o “estopim” (nas palavras de Vela, enquanto optaríamos pela expressão *impossibilidade*) para um processo mais intenso de organização comunitária.

Como ocorrido anteriormente, uma nova marcha é realizada no dia 05 de agosto até a sede da FLORAM, na prefeitura municipal, contando com mais de 40 pessoas. O saguão da prefeitura foi ocupado pelos manifestantes, que exigiam uma reunião com a FLORAM. Este momento marca o início de um processo de negociação entre o poder público e a comunidade, mediado pelos apoiadores. É marcada inicialmente para o dia 07 de agosto uma reunião com o

⁹⁴ “Uma assembleia foi marcada para reuni-los/as, na qual também foram convidadas outras famílias da região que pagavam aluguel e tinham interesse em somar-se à luta da nova ocupação. Esta primeira assembleia ocorreu no dia 09 de julho, onde foi marcada uma marcha até a Floram para o mesmo dia (11 de julho) em que estava programada uma grande manifestação, que fez parte das jornadas de luta de junho de 2013 (conhecidas como J13)”. (VELA, 2015, p. 185)

⁹⁵ “os moradores da casa demolida, três jovens que tinham entre 20 e 24 anos de idade, naturais de Maceió e que residiam em Florianópolis há mais de um ano, trabalhavam em Jurerê Internacional (no norte da Ilha de Santa Catarina) durante a demolição. No retorno de seu expediente, encontraram a casa completamente destruída e seus bens espalhados pelo terreno, por entre as tábuas quebradas e serradas” (VELA, 2015, p. 188)

Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), que teria como objetivo discutir o reassentamento dessas famílias (na época, 20 famílias que distribuíam-se em 9 casas). Acordou-se que novas residências não seriam construídas. Em contrapartida a prefeitura suspenderia as ações no local. A reunião contou com a presença de vereadores e militantes da FALM e CCAP. (VELA, 2015, p. 196-199)

A partir deste momento as assembleias tornam-se semanais, e um processo de organização e formação político realizado pela ocupação em parceria com a FALM é desenvolvido entre os meses de agosto, setembro e outubro, especialmente. A situação se arrastaria até o ano seguinte (2014), quando uma nova ação de demolição foi realizada durante o Carnaval, contando com forte aparato policial. Três casas foram demolidas. A justificativa da prefeitura é que haviam sido realizadas novas construções, o que de fato ocorreu, como consequência da dificuldade de convívio entre famílias numa mesma e pequena residência. Um novo processo de negociação foi desenvolvido, agora contando com a intermediação do poder jurídico. O processo arrastar-se-ia até o ano seguinte e, nesse interim, a FALM se desarticulava enquanto frente de luta. Os ocupantes passaram por uma espécie de “abandono” político durante grande parte de 2015. Nas proximidades do fim de ano, quando as negociações pressionavam a sua saída, novos militantes, de forma autônoma, auxiliam na intermediação das negociações com o poder municipal e o jurídico. Mas sem grandes resultados, as famílias optariam, no começo de 2016, a receber indenização pelas casas e deixarem o local.

Assim a ocupação Palmares encerrou sua trajetória. Uma ocupação urbana que caracterizou-se por corresponder essencialmente a um assentamento informal espontâneo onde realizou-se um processo de defesa contra tentativas de despejo, desenvolvendo um processo organizativo e de formação política em seu interim, articulando-se com as demais ocupações ocorrentes no município. Enquanto assentamento informal, seu batizado como ocupação urbana atestou sua paternidade militante, FALM, que acabou por sua vez falecendo em seu percurso, lhe deixando desamparada frente as negociações vis do mundo burguês. Assim nasceu.... assim morreu.

Após a emergência destas duas ocupações no cenário regional (Contestado em novembro de 2012 e Palmares em agosto de 2013), surge um novo movimento de ocupação urbana. A ocupação Amarildo de Souza iniciou-se através da ocupação de um terreno de aproximadamente novecentos hectares às margens da SC-401, rodovia estadual que dá acesso as praias do lado norte da ilha de Florianópolis, as margens do Rio Ratonas. O pequeno grupo de pessoas, cerca de vinte sujeitos, que na madrugada do dia 16 rompeu acerca da área do então

considerado proprietário Artêmio Paludo, se transformou, ainda no mesmo dia, em aproximadamente 60 famílias, 160 pessoas, que se autodenominaram Ocupação Amarildo de Souza⁹⁶, tendo como bandeira do movimento “Terra, Trabalho e Teto” e reivindicando Reforma Agrária Popular. Era a volta maciça dos sem-teto na ilha de Santa Catarina, agora localizado no “coração” do projeto urbanístico das elites locais, a região norte da ilha, e reivindicando um projeto político que novamente unificava as problemáticas do campo com as da cidade, sendo o primeiro movimento a reivindicar reforma agrária em terras urbanas no Estado de Santa Catarina.

Rapidamente o grupo movimentou uma enorme rede de colaboradores, entre sindicatos, movimento estudantil, vereadores e deputados, além dos grupos políticos envolvidos com as ocupações Contestado e Palmares, como Brigadas Populares, FALM e CCAP. A articulação entre estes grupos já se delineava a partir de ações realizadas na Ocupação Contestado, isto porque a Ocupação Amarildo foi gestada a partir de um processo de articulação encabeçado pela Brigada Marighela⁹⁷ com as famílias que constituíam a lista de espera da Contestado. Juntamente com a construção dos barracos de lona e início de atividades coletivas e plantio, a ocupação tornou-se destino de uma leva de trabalhadores e trabalhadoras que viam em sua construção a possibilidade de conquista de moradia. Seu crescimento foi espontâneo, possibilitado pela enorme área que ocuparam.

A ocupação chegou a ser constituída por algo em torno de 750 famílias, somando mais de 1.500 pessoas, segundo lista entregue pelo próprio movimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Resumidamente, pois a trajetória da ocupação será objeto do tópico seguinte, esta primeira fase da ocupação encerrou-se no dia 15 de abril de 2014, quando o movimento desocupou a área cumprindo acordo que realizou com a justiça agrária. Sob forte aparato policial o movimento transferiu-se para a localidade de Maciambu Pequeno, no município de Palhoça, onde permaneceu até a concessão de uma área no município

⁹⁶ “O acampamento (...) teve sua identidade estabelecida como Ocupação Amarildo de Souza. O nome foi dado em homenagem ao Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, conhecido nacionalmente por seu desaparecimento. No dia 14 de julho de 2013, Amarildo foi detido por policiais militares e conduzido da porta de casa, na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, até a sede da Unidade de Polícia Pacificadora e após essa data ninguém mais o viu. No dia 04 de outubro de 2013 a Justiça decretou a prisão preventiva dos dez.” (COSTA e FLORES, 2015, p.98)

⁹⁷ A Brigada Marighela é constituída por um grupo de pessoas que militava no Movimento Sem Terra e que, ainda nesta militância organizam-se enquanto Brigadas, segundo o modelo de organização deste mesmo movimento. Posteriormente a Brigada Marighella rompe vínculos com o MST e empenha-se na constituição de um movimento de Reforma Agrária em Florianópolis. Este processo, assim como uma análise mais abrangente da trajetória da Ocupação Amarildo e da constituição de seu inventário político serão realizadas no capítulo 2 deste trabalho.

de Águas Mornas, conquistada através de pressões políticas junto ao Incra e outros órgãos públicos. A chegada em Águas Mornas ocorreu no mês de julho de 2014, e a ocupação, agora autodenominada Comuna Amarildo, iniciaria, no breve período de 6 meses, seu processo de assentamento.

Resumidamente apresentadas, é o conjunto composto por estas três ocupações urbanas que constituem o que Canella (2016) propõe, e nós compartilhamos desta compreensão, como o segundo ciclo de ocupações urbanas da região de Florianópolis. Mas o que possibilita a emergência deste segundo ciclo? No processo que descrevemos como o “interstício” entre os dois ciclos de ocupação, destacamos que as representações de interesse construídas pelas e para as classes subalternas da região de Florianópolis mostraram claros recuos nas décadas de 1990 e 2000, especialmente naquilo que tange a necessidade imediata por moradia desta fração da classe trabalhadora. De que forma, então, o início da década de 2010 possibilita a emergência destes processos de ocupação urbana? Na hipótese que salientamos, este movimento tem como uma de suas principais determinações um processo de esgotamento do modo de regulação instaurado no âmbito federal e suas consequências num processo de reorganização política da classe trabalhadora que, no âmbito local, envolveu um processo de articulação de novos grupos mediadores. Vejamos o desenvolvimento deste processo.

O começo do século XXI ocorre sobre determinado esgotamento da capacidade de regulação governamental das consequências sociais impostas pela implementação do projeto neoliberal no Brasil. Este esgotamento foi demonstrado pelos resultados do pleito presidencial desenvolvido em 2002, com a vitória do resultado da “oposição” Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo o slogan utilizado na campanha, e a fala do então empossado presidente da república, finalmente a “esperança venceu o medo”, e abria-se um novo caminho para o modelo democrático brasileiro, em que pela primeira vez na história do país um operário chegara ao cargo político mais alto da nação. A esperança, contudo, durou pouco, e logo na constituição dos cargos ministeriais o “novo governo” dava claros indícios de que se não seria tão novo assim, continuando a política econômica do “antigo regime” FHC⁹⁸, mas tão pouco poderia ser compreendido como uma mera continuação. Mudanças importantes iriam se desenvolver nas políticas federais, especialmente no que tange os processos de gestão

⁹⁸ Não temos o intuito de avançar nessa discussão, e remetemos assim o leitor para maiores informações. Sobre o processo de “transformação” operado pelo Partido dos Trabalhadores em seu longo percurso, incluindo indícios dessa transformação no início do mandato de Lula, ver Iasi (2006), em especial a segunda parte (O PT entre a negação e o consentimento), p. 357-567. Para uma crítica sobre o estado de disputa de tendências no primeiro ano de gestão de Lula ver Oliveira (2003), assim como uma compreensão das principais linhas explicativas do que se chamou de “lulismo” podem ser vistas em Braga (2012, p. 15-40).

urbana e de políticas sociais para as classes subalternas. Exemplificando estes processos, em 2003 é criado o Ministério das Cidades e desenvolve-se a 1ª Conferência Nacional das Cidades, cujo conflito no âmbito municipal vimos anteriormente. Ambas as ações buscando assimilar as contribuições históricas do Movimento Nacional por Reforma Urbana (MNRU), tendo inclusive incorporado a este ministério diversos intelectuais comprometidos com o movimento, como é o caso de Ermínia Maricato. Sobre as políticas sociais para as classes subalternas, surge ainda no ano de 2003 o programa Bolsa Família, implementado a partir de 2004, e que se constituiria enquanto a maior política federal de transferência de renda já realizada na história do país.

Críticas constantes começam a ser realizadas sobre a postura adotada pelo novo governo populista, gerando, inclusive, rupturas internas no próprio PT, com evidência a constituição do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2006 por uma fração significativa de seus quadros. Estes processos agravam-se especialmente nos últimos anos do segundo mandato de Lula (2007-2010), adentrando a gestão de Dilma Houssef (2011-2014). Um conjunto significativo de movimentos sociais e organizações das classes trabalhadoras organiza-se sobre este processo, ou tendem a transformar qualitativamente suas práxis políticas. No que tange a conjuntura local, esse processo envolve a rearticulação municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 2008, a constituição da Brigada Marighella em 2010 e a articulação das Brigadas Populares em 2011/2012.

As Brigadas Populares surgem enquanto coletivo organizado a partir de 2011, quando um conjunto de coletivos localizados (de abrangência municipal e estadual) iniciam um processo de articulação nacional de suas experiências, iniciando um processo de unificação. O processo abrangeu os seguintes coletivos: Coletivo Autocrítica, de São João Del Rey, Coletivo 21 de Junho, de Santa Catarina, o Movimento Revolucionário Nacionalista Círculos Bolivarianos, do Rio de Janeiro, e as Brigadas Populares de Belo Horizonte. Dentre estes, destaca-se que as Brigadas Populares de Belo Horizonte já desenvolviam uma atividade intensa de ocupações, sendo a primeira realizada em 2006, conhecida como Ocupação Caracol. Entre 2007 e 2008 realizaram outras três ocupações, todas verticais, de edificações construídas: a João de Barro I, II e III. Em 2008 ainda realizam sua primeira ocupação horizontal, ou seja, de terreno, em parceria com outras organizações locais, a Ocupação Camilo Torres. Estariam ainda envolvidas na articulação e realização de outras seis ocupações entre os anos de 2009 e 2013, todas na região metropolitana de Belo Horizonte. (MAIA, 2014, p.122)

A articulação nacional acaba adotando a nomenclatura do coletivo mineiro para sua

representação nacional. Em seu manifesto de fundação, as Brigadas Populares se autodefinem como uma entidade “militante, popular e de massas”, que tem como objetivo “contribuir com a recomposição de uma alternativa popular de enfrentamento ao capitalismo dependente e associado e ao Estado capitalista vigente no país”, baseando-se nos princípios do “socialismo” e do “nacionalismo revolucionário”. Assim, o Coletivo 21 de Julho, constituído especialmente por jovens universitários, desenvolve articulação nacional. Em sua nova forma de expressão, o coletivo, agora Brigadas Populares-SC, desenvolve a partir de 2012 inserções em movimentos ligados a questão da moradia e dos movimentos sociais que expressam essa demanda. Como exemplo, podemos mencionar sua participação na elaboração da audiência pública realizada na ALESC no dia 16 de março, com o objetivo de debater a criminalização dos movimentos sociais ligados a questão da moradia⁹⁹. Do mesmo modo, envolvem-se na defesa da comunidade do Papaquara no norte da ilha, entre 2011 e 2012, e que pode ser considerada, via de regra, o prólogo desse segundo ciclo de ocupação¹⁰⁰.

Sobre o Partido Comunista Brasileiro, sua rearticulação municipal envolve um processo mais amplo de reconstrução nacional desenvolvido desde 1992 e autodenominado de “reconstrução revolucionária”. Primeiramente os processos envolveram a defesa da existência partidária frente aos rachas enfrentados e posteriormente ateram-se sobre a concepção de partido que pretendia construir-se. Neste longo processo, rompe com o governo Lula no seu XIII Congresso Nacional, realizado em 2005, e no congresso seguinte (XIV Congresso, realizado em 2009) avança sobre a necessidade de consttuição de um novo “bloco revolucionário”. Este XIV Congresso é antecedido por uma importante conferência nacional, a Conferência de Organização em 2008, e sucedido pela Conferência de Tática no ano de 2011. É neste processo

⁹⁹ “O Comitê Florianópolis em Solidariedade ao Pinheirinho e em Defesa da Moradia participa de Audiência Pública no dia 16 de março, às 15 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que debaterá a Criminalização dos Movimentos Sociais em Santa Catarina e no Brasil. A audiência deve contar com a presença de lideranças da luta do Pinheirinho e da luta por moradia em Florianópolis. Além disso, neste dia 9 de março, às 13h30min, representantes do Comitê e lideranças comunitárias participam de entrevista no Floripa em Foco, da TV Floripa (Canal 4 da Net) para falar mais sobre esta luta no Estado” (<http://pobresenojentas.blogspot.com.br/2012/03/audiencia-publica-vai-debater.html>)

¹⁰⁰ A comunidade Papaquara localiza-se no bairro Vargem Grande, norte da ilha, nas proximidades da rodovia SC-403 e do rio Papaquara, e trata-se de um assentamento informal desenvolvido a partir de 2003/2004, sofrendo várias tentativas de despejo em sua história. Em 2011, a localidade é inundada no forte período de chuvas que atravessou o Estado. Enquanto as famílias, totalizando 171 pessoas, da comunidade foram abrigadas no ginásio do Colégio Estadual Jacó Anderle, a prefeitura proibiu o retorno dessas famílias à comunidade e autorizou à FLORAM e a Defesa Civil a derrubarem as 47 moradias existentes no local, prometendo-lhes uma nova moradia e o auxílio financeiro durante sua espera. As promessas, contudo, foram esquecidas, e um processo de mobilização ocorreu em torno da comunidade para garantir a concretização de seus direitos, envolvendo, entre outros, as Brigadas Populares, UFECO e instituições públicas como o Ministério Público.

de reorganização que a rearticulação municipal do PCB se insere¹⁰¹, iniciada em 2008 e sendo formada ainda no ano de 2012 por não mais que meia dúzia de militantes.

Outra organização de extrema importância no desenvolvimento deste segundo ciclo de ocupações, sendo o grupo diretamente envolvido na constituição da Ocupação Amarildo, trata-se da Brigada Marighella¹⁰². Esta brigada seria constituída por um grupo de militantes (em maioria com experiência de lutas sindicais e sociais urbanas) que soma-se as fileiras do MST no estado, participando de sua primeira ação na região de Imbituba no ano de 2010. Estes militantes, então organizados enquanto Núcleo Marighella, passam a atuar posteriormente em outras ações do MST no interior de Santa Catarina. Contudo, sua experiência nas lutas urbanas é patente, e influencia a concepção das lutas políticas deste núcleo. Em 2011 formalizam junto a direção estadual do MST a proposta de realização de uma “ação direta” na região litorânea, buscando inserir-se nas lutas urbanas. Esta proposta acaba sendo rejeitada e, quando militantes deste núcleo tem a informação da realização de um despejo violento no município de São José e da conseqüente Ocupação Contestado, resolvem abandonar as fileiras de luta no interior e dirigir-se à capital catarinense para inserir-se neste processo. (CALHEIROS, 2016, p. 54-56)

Assim, os membros do então Núcleo passam a colaborar no processo de organização da ocupação Contestado e, futuramente, da ocupação Palmares. Iniciam um processo de aglutinação de forças com outras militâncias, observando o enorme contingente de população favelizada que orbitava em torno de tais ocupações, especialmente da ocupação Contestado. Neste momento ocorreria uma ruptura entre o Núcleo Marighella e o MST¹⁰³, pois este determinaria que seus militantes deixassem de atuar na ocupação Contestado¹⁰⁴. Contrariados

¹⁰¹ A construção do PCB no estado de SC nunca se constituiu em tarefa fácil. Tendo encontrado enorme dificuldade de adentrar os meios industriais e rurais do estado no primeiro meado do século XX, com grande inserção dos integralistas que lhes ofereciam uma franca oposição, o “partidão” sempre manteve uma baixa expressão quantitativa na política estadual. Sua articulação no estado, contudo, funde-se com a história florianopolitana, quando as primeiras tentativas de difusão do partido se deram juntamente aos estivadores, no período de construção da Ponte Hercílio Luz, entre 1922 e 1926. O partido, contudo, foi criado no estado somente em 1939. (VIERIA, 1998, p.81)

¹⁰² Para uma descrição completa do processo de constituição da Brigada Marighella e sua chegada em Florianópolis ver Calheiros (2016, p. 55-69). O nome da brigada, o mesmo autor, seria em “homenagem ao militante do PCB, guerrilheiro e escritor Carlos Marighella (1911- 1969). Considerado um dos principais organizadores da luta revolucionária contra a ditadura militar no Brasil, foi assassinado em emboscada promovida pela polícia ditatorial.” (CALHEIROS, 2016, p. 55).

¹⁰³ “o Núcleo passa a trocar experiências de forma mais intensa com as famílias que se apresentavam principalmente na Ocupação Contestado. Durante esse processo, ocorre uma determinação do MST para que seus militantes deixassem a ocupação. Nessa ocasião, um dos coordenadores do Núcleo Marighella relata que a decisão da direção do MST sobre o afastamento dos trabalhos de militância, acabou gerando um enorme descontentamento por parte dos membros do Núcleo, fazendo com que os mesmos saíssem de maneira extremamente contrariada do processo de ocupação em andamento”. (CALHEIROS, 2017, p.60)

¹⁰⁴ É importante destacar que a ordem de afastamento dos militantes do MST da Ocupação Contestado referia-se

com a decisão, ocorreria o rompimento do vínculo entre estes militantes e o movimento sem-terra de Santa Catarina. A partir deste rompimento, estes militantes buscam uma reorganização¹⁰⁵, assim como a definição de suas metas de atuação da capital e o projeto político que lhe direcionaria. Nesse processo, juntam forças com outros movimentos e militantes e auto-organizam-se enquanto Brigada Marighella. É neste momento que alinham-se politicamente com o PCB municipal, inclusive com o ingresso de membros do antigo núcleo do MST nas fileiras do partido. Desenvolve-se, a partir da ação deste grupo, um processo de articulação envolvendo comunidades e famílias que encontravam-se na fila de espera da Ocupação Contestado, com o apoio dos grupos atuantes nesta ocupação, e que culminaria com a realização da ocupação Amarelado.

Sobre a relação do MST com estes movimentos, uma ressalva ainda deve ser realizada. Trata-se da existência desde o ano de 2007 de uma “Brigada Urbana” do movimento na região da Grande Florianópolis, a Brigada Mítico, em homenagem ao sindicalista do Sindicato de Processamento de Dados de SC (SINDPD) e militante Milton Pereira Mongliotti (Mítico), que defendia a necessidade de organização de um coletivo urbano do MST e que veio a falecer ainda em 2007. Esta Brigada, contudo, aparenta ter um papel de articulação entre o MST catarinense e os movimentos sociais e sindicais da capital catarinense, cumprindo uma função relativa a organização e apoio e não, propriamente, de realização de ações. Suas ações seriam vinculadas a processos de comunicação, formação e finanças e infraestrutura. Possuiria ainda o objetivo de realização de uma “frente de massas”, mas aparentemente este objetivo se restringiu a constituição de um grupo de “juristas populares” que promoveria assessoria a movimentos. Por mais que tenhamos pesquisado, não encontramos nenhuma ação de ocupação na região vinculada a esta brigada, que compõe umas das seis articuladas pelo MST no estado, embora seja a única considerada “urbana”.

O universo das três ocupações desenvolvidas neste primeiro meado da década de 2010 é extremamente distinto, seja pela forma inicial com que manifestaram sua necessidade de moradia, seja pela sua dimensão populacional, assim como pelas estratégias de luta utilizadas,

a três militantes especialmente designados pelo movimento para auxiliar no processo de organização das famílias desde o período de sua organização no ginásio municipal, e que estes militantes não eram estes que nos referimos do Núcleo Marighella. Neste ponto, observa Calheiros (2017, p.60) o discurso dos militantes e do MST se contradizem. Segundo o movimento, os militantes do núcleo não foram designados para a realização dessa função, e deveriam estar em processo de assentamento no município de Taió. Não representavam, desta forma, a atuação do MST no processo de organização da Ocupação Contestado.

¹⁰⁵ Além do papel da participação nas ocupações Palmares e Contestado para esta reorganização, que envolve a construção de novos “quadros”, convém destacar que relatos sugerem da importância de eventos desenvolvidos entre 2012 e 2013, como as manifestações do Movimento Passe Livre e das “Jornadas de Junho”.

pela capacidade de mobilização de setores da classe trabalhadora ou pela forma com que se relacionam com o Estado. Fora a observação inicial destas diferenças, e através desta a percepção das complexidades que compõem a ocupação Amarildo, assim como sua rápida conquista por uma área, que fortaleceu a escolha por centrar nossa análise em seu desenvolvimento, o que será realizado no tópico seguinte. Por ora, a identificação dessas ocupações como componentes de um mesmo “ciclo” nos auxilia em sua compreensão enquanto uma mesma totalidade, constituída por processos objetivos e subjetivos semelhantes.

6 AMARILDO PRESENTE!

Na história das ocupações urbanas de Santa Catarina, e da capital do estado, o dia 16 de dezembro ficará marcado ao lado do dia 29 de julho. No último caso, a capital catarinense presenciou sua primeira ocupação urbana, no primeiro, sua primeira ocupação urbana por reforma agrária, e de uma forma ousada, localizada no “coração do turismo” de Florianópolis. E se a primeira ocupação realizou-se em julho, a última ocorreu em meados de dezembro, nas vésperas da temporada de veraneio.

A ocupação ocorreu na madrugada do dia 16, próximo às 5 horas, quando um grupo de aproximadamente 20 pessoas acabam adentrando à área a ser ocupada, e nas primeiras horas da manhã as primeiras famílias dirigiram-se para o local. Logo no início da manhã também esteve no local o “suposto” proprietário do terreno, o ex-deputado estadual Artêmio Paludo, buscando intimidar o movimento. Com o mesmo tom intimidatório também esteve presente uma viatura da polícia militar, por volta das nove horas da manhã. Ainda assim, o movimento cresceu já no primeiro dia, com a chegada de um amplo conjunto de apoiadores, entre militantes partidários, advogados, e especialmente estudantes universitários organizados em movimentos políticos, e inseridos desde o início no processo de organização da ocupação¹⁰⁶ (entre eles membros das Brigadas Populares e da FALM (antigo CABN), e no primeiro dia a ocupação já era constituída por 60 famílias, totalizando 160 pessoas. (CRDH)

O objetivo principal do movimento, conforme exposto anteriormente, era a conquista da terra com sua destinação para a reforma agrária, realizada sobre os moldes da “reforma agrária popular”, preconizada pelo movimento, com uma proposta de plantio segundo os princípios agroecológicos¹⁰⁷. É com esta tonalidade que, já nos primeiros momentos da ocupação, as palavras de ordem que expressariam a trajetória e as contradições da ocupação são lançadas ao ar por uma de suas lideranças, seguido imediatamente pelos demais num coro que

¹⁰⁶ “Em relação aos principais acontecimentos ocorridos no primeiro dia, a partir de sua divulgação da ocupação nas redes sociais e mídia independente, obtivemos a oportunidade de estar presente no clímax dos primeiros momentos do grupo na tomada do terreno da SC-401. Recepcionado no período da tarde do dia 16 por alguns dos estudantes que faziam parte da coordenação, e que naquele momento ajudavam a erguer os primeiros barracões de lona” (CALHEIROS, 2016, p. 74)

¹⁰⁷ A questão da produção agroecológica não será explorada neste trabalho. Ressaltamos, contudo, um trecho do “Comunicado 13”, emitido pelo movimento no dia 25 de fevereiro de 2014: “Quando afirmamos que cada brasileiro consome 7 kg de venenos por ano, utilizados na produção de “alimentos”, estamos fazendo um alerta. É fundamental para a estratégia de libertação dos povos produzirmos alimentos saudáveis, sem veneno (orgânicos). Lutarmos pela terra e pelos bens naturais sobre controle do povo trabalhador. Cuidado e cultivado pelo Poder Popular. Quando Ocupamos, logo plantamos um canteiro de pepinos, regamos com água, e utilizamos compostos orgânicos para adubar o solo e fortalecer as plantas contra possíveis pragas”. Este comunicado, assim como os demais, estão disponibilizados na íntegra no ANEXO 02.

seria repetido muitas e muitas vezes pelos ocupantes: “Terra, Trabalho e Teto”. O “teto” expressaria a necessidade de habitação dos participantes da ocupação, com a situação financeira espremida entre os baixos salários e os altos valores de aluguéis promovidos pela especulação imobiliária. Como diria o movimento, “quanto muito é o aluguel pouco é o pão”, em sintonia com uma das palavras de ordem mais comuns entre os movimentos sem-teto país afora: “Se comer, não paga aluguel. Se pagar aluguel, não come”. Para o movimento, uma possibilidade de saída para estas populações era a reforma agrária urbana, que alinharia a necessidade de habitação com a trajetória histórica de grande parte da população urbana periférica da região metropolitana de Florianópolis, constituída em grande parte por migrantes do campo ou seus descendentes. (Comunicado 01, 20/dez/2013; OLIVEIRA, 2015)

Seria no primeiro dia que se definiria o nome do movimento, na primeira reunião realizada no final da tarde: Ocupação Amarildo de Souza, homenageando o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da Rocinha, torturado e desaparecido no mesmo ano (2013) durante ação da Polícia Militar carioca na famosa favela do Rio de Janeiro, gerando um movimento nacional nas redes sociais. A partir do batizado da ocupação, os participantes do movimento se autodenominariam “Amarildos”, em homenagem ao “servente de pedreiro Amarildo de Souza, que tem a nossa cara, a nossa cor, que é um de nós, que sofreu os mesmos problemas que nós e que teve a pior das mortes, que é sob tortura”. A identificação com a cor da pele, com a cultura, com a pobreza, com a vida sendo vivida sob as mais diversas violências, intensificou o sentimento de união, e rapidamente muitos compreenderam, dentro e fora da ocupação, que “somos todos Amarildo”¹⁰⁸. (Gazeta Ocupação Amarildo, 1ª edição.)

Também data da primeira semana os primeiros atos de busca de apoio social e político, com a ampliação da rede de apoiadores e divulgação das reivindicações do movimento por meio de redes sociais e meios de comunicação alternativos. Notas de apoio são expeditas por partidos e movimentos sociais em solidariedade à ocupação, entre elas a nota emitida dia 17 de dezembro pelo PCB e seu braço juvenil, a UJC¹⁰⁹. No dia 22 de dezembro, algumas lideranças divulgam a pauta do movimento na Rádio Comunitária Campeche, e no dia seguinte a ocupação recebe um grupo de 40 famílias indígenas da etnia Kaingang¹¹⁰, que dirigiram-se do Rio Grande do Sul

¹⁰⁸ “A fala de que “somos todos Amarildo” foi constantemente repedida pelas lideranças da ocupação nas diversas falas realizadas, assim como está constantemente presente nos comunicados públicos na internet, e outros veículos de comunicação construídos.

¹⁰⁹ Vide ANEXO 03

¹¹⁰ “NOTÍCIA BOA DE REFORÇOS À OCUPAÇÃO! Hoje pela manhã, 40 famílias indígenas caingangues chegaram à Ocupação Amarildo de Souza - Florianópolis para dar reforço à luta e fazer as atividades típicas de seu povo. Sejam bem-vindos, companheiros! Em breve, fotos dos nossos novos vizinhos de luta.” (postagem do

para a capital catarinense buscando comercializar seus produtos na alta temporada. Além do grupo indígena, durante o mês de janeiro a ocupação será destino recorrente de diversas famílias das periferias da região, aumentando constantemente seu contingente populacional. No dia 06 de janeiro o movimento declara nas redes sociais, através do “Comunicado 05”, que a ocupação já era constituída por 150 famílias.

Mas estas primeiras semanas não seriam marcadas apenas pela divulgação do movimento, manifestações de apoio e adesão de famílias. O “lado da cerca” do capital também teria suas manifestações, e elas ocorreriam através da mídia impressa e televisiva, da ação coercitiva do Estado e da polícia, como também em atos anônimos de violência contra a ocupação e seus integrantes, especialmente a partir do mês de janeiro. Na manhã do dia 07 de janeiro a polícia militar realizou um sobrevoo sobre a ocupação, onde o helicóptero da PM-SC permaneceu aproximadamente 15 minutos sobre a área, em baixa altitude, assustando os ocupantes. Dois dias depois foi a vez de um atentado anônimo, com o lançamento de uma bomba caseira no território da ocupação, disparada de um veículo na SC-401¹¹¹.

Ocorre que a ação judicial de reintegração de posse levada a cabo pelo então suposto proprietário (Artêmio Paludo) logo nos primeiros dias da ocupação foi transferida, no dia 20 de janeiro, pelo juiz Fernando Vieira Luiz, da 2ª Vara Cível da Capital, para a Justiça Agrária, sendo então responsabilidade do juiz agrário Jeferson Zanini, ato que foi comemorado pelo movimento, como podemos ver na descrição realizada na página do movimento nas redes sociais:

GRANDE DIA! O juiz Fernando Vieira Luiz, da 2ª Vara Cível da Capital, transferiu HOJE para a Justiça Agrária decisão sobre a ação de reintegração de área. Agora, as próximas decisões cabem ao juiz agrário Jeferson Zanini, que atua em Chapecó e tem área de jurisdição em todo o Estado. MAIS UMA VITÓRIA CONQUISTADA APÓS 37 DIAS DE LUTA. (20 de janeiro)

Esta comemoração não ocorre sem sentido. Com a transferência da questão judicial para a

dia 23 de dezembro, na página do facebook da ocupação)

¹¹¹ “Na manhã desta terça-feira, 7 de janeiro de 2014, o Helicóptero da PMSC sobrevoou muito baixo na Ocupação Amarildo e permaneceu circulando por 15 minutos, numa prática de tortura psicológica. Mesmo assustando algumas crianças inicialmente, o Helicóptero se deparou com um povo que não teme e não foge à luta. Rapidamente nos organizamos e bradamos palavras de ordem com o punho esquerdo cerrado e erguido!” e “Atentado contra o povo da Ocupação Amarildo. Nenhum ferido por sorte! Homens (vermes) atearam uma bomba caseira contra o território Amarildo. Eles estavam em um Golf Prata e eram escoltados por um carro branco. Isto no meio da manhã de hoje. Obviamente ninguém assumiu o atentado, mas o interesse por trás deste terrível ato fica muito evidente. Faremos um B.O. na próxima hora. Tortura nunca mais! Amarildo presente! Reforma Agrária Popular por terra, trabalho e teto.” (postado na página das redes sociais do movimento, nos dias 07 e 09 de janeiro, respectivamente)

Justiça Agrária, posta pela demanda do movimento por reforma agrária, possibilita a abertura de diálogo entre o movimento e o INCRA, órgão federal responsável pelos encaminhamentos referentes à reforma agrária no âmbito nacional. Além disso, o juiz agrário Jeferson Zanini determinou, dia 22 de janeiro, a realização de uma audiência conciliatória, a ser realizada no dia 07 de fevereiro. No dia 24 de janeiro, o ouvidor agrário do INCRA/SC, Dr. Fernando de Souza, acompanhado pelo Dr. Alexandre Carvalho, Secretário Geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, visitam a ocupação. Nesta data o movimento entrega ao Incra um pré-cadastro em que consta a presença de 725 famílias na ocupação.

É importante destacar que durante o mês de janeiro ocorreu uma verdadeira “migração” da população moradora das periferias para a ocupação Amarildo de Souza. Por mais que possam existir algumas distorções no número divulgado pelo movimento, entre o dia 06 e 24 de janeiro mais de 500 novas famílias ingressaram na ocupação, fato possibilitado, sem dúvida, pela ampla área ocupada. O fato é que se os números divulgados não forem exatos, ainda assim eles demonstram uma grande adesão das populações periféricas da região¹¹². Em meados de janeiro a ocupação era tamanha que acabou chamando a atenção da rede de televisão argentina Telesur, que emitiu matéria sobre a ocupação no dia 22 de janeiro¹¹³.

O final do mês de janeiro e começo de fevereiro foi marcado pela intensificação da relação entre o movimento e diversos órgãos federais, como a própria Justiça Agrária e o Incra, assim como a SPU, o MPF, a ALESC, entre outros. O enorme contingente populacional expresso na ocupação, seu rápido crescimento, e a transferência da ação de reintegração de posse para a justiça agrária, legitimando sua reivindicação por reforma agrária, não possibilitavam que o movimento fosse simplesmente ignorado. A rede de apoio crescia neste momento, contando com mais de 30 entidades.

Um fato importante de ser destacado refere-se ao terreno ocupado, anunciado pelo movimento desde os primeiros momentos da ocupação como constituindo uma área “grilada” pelo suposto proprietário. De fato, a partir da intensificação da relação entre movimento e órgãos público, e partindo da denúncia realizada pelo movimento, a SPU acaba por realizar uma vistoria no terreno ocupado no dia 03 de fevereiro. O resultado desta vistoria constataria a denúncia realizada pelo movimento desde o início da ocupação: tratava-se, ao menos em grande

¹¹² Para contextualizarmos a existência de outros números, podemos citar o cadastro realizado pelo INCRA no período de janeiro, onde constam 479 famílias cadastradas, assim como o levantamento realizado pela PM nos dois primeiros meses da ocupação, alegando que esta era formada por 350 barracões (embora, obviamente, mais de uma família possa morar no mesmo “barraco”). (CALHEIROS, 2016)

¹¹³ O vídeo pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=MuGeVk7ZutY>

parte, de uma área pública, pertencente a Marinha¹¹⁴. Este fato foi notificado pela imprensa local através de declarações tanto da SPU como também da AGU, com o comprometimento destes órgãos a darem os devidos encaminhamentos para a questão, conforme denuncia o movimento:

Quando ocupamos a terra improdutiva, dia 16 de dezembro de 2013, sabíamos a denúncia que estávamos fazendo, de que estas terras foram griladas da União, ou seja, do povo. Cabe agora aos órgãos públicos federais provarem que esta terra é nossa e pedirem reintegração de posse contra o Artêmio Paludo e seus sócios, para que sejamos assentados definitivamente em nossas terras. (Comunicado 10, 10 de fevereiro de 2014)

Os primeiros dias de fevereiro serão cruciais na trajetória da ocupação Amarildo. Visto a proximidade da audiência conciliatória agendada pelo juiz agrário para o dia 07 de fevereiro, o movimento organiza, a partir do dia 31 de janeiro, uma marcha a ser realizada até o local da audiência, percorrendo a Avenida Beira-Mar Norte até o Fórum Desembargador Eduardo Luz, no centro da cidade. O processo de preparação da marcha buscou agregar as mais diversas correntes e forças políticas, compondo um verdadeiro bloco de movimentos de esquerda da região. A marcha, cuja concentração iniciou-se pela manhã, percorreu 8 km, com a participação de aproximadamente 800 pessoas.

A reunião realizou-se com a participação do juiz agrário Jefferson Zanini, a liderança do movimento Rui Fernando Silva Junior, o ouvidor agrário Fernando de Souza, além do advogado do suposto proprietário, Camilo Simões Filho. A justiça agrária, contudo, não foi generosa com o movimento, e desprezando a notas públicas pela SPU e AGU dias antes¹¹⁵, sobre a propriedade do terreno, estabeleceu um acordo entre as partes constituído por 19 pontos, sendo que entre eles estabelecia a data limite de 15 de abril de 2014 para a desocupação do terreno, a não realização de obras (como banheiros, etc.) na propriedade, a proibição do ingresso de novas famílias, a continuidade do uso da área (parte dela) pelo arrendatário do terreno, a contínua fiscalização da área pela Polícia Ambiental e a delimitação do espaço do

¹¹⁴ Calheiros (2016, p.81) ressalta a “coincidência” da data em que o terreno foi “adquirido” (1979) por Artêmio Paludo com o ano de seu primeiro mandato como deputado estadual, exercendo mandato pela Aliança Libertadora Nacional (ARENA). Para mais informações sobre o terreno em questão, ver Calheiros, 2016, p. 79-90.

¹¹⁵ O que consta no sétimo item do acordo firmado: “No período da ocupação, os acampados comprometem-se a respeitar o direito de propriedade da parte autora;” (Vide Anexo 03). É importante destacar que, conforme descrevemos no tópico anterior deste capítulo, no caso da Ocupação Contestado a justiça de São José negou a ação imediata de reintegração de posse pela suposta proprietária visto a insuficiência de sua comprovação de posse da área. No acordo firmado em Florianópolis, o “suposto proprietário” foi tratado como sendo-o de fato, embora as notas emitidas através de órgãos federais afirmassem que as terras pertenciam de fato à união.

acampamento.

Assim, se a reunião agendada aparentava ofertar a possibilidade de uma negociação que oferecesse ao movimento o tempo necessário para a construção de uma alternativa a situação enfrentada, o resultado foi intransigência no processo de negociação deste tempo, privilegiando o “lado da cerca” do suposto proprietário, representante dos interesses do capital especulativo. Esta intransigência é expressa no Comunicado 10, “sobre a audiência da Reintegração de Posse” lançado pelo movimento nas redes sociais no dia 10 de fevereiro:

Na última sexta-feira fomos às ruas de Florianópolis nos manifestarmos pela Reforma Agrária Popular e repudiar o despejo anunciado sobre nossas cabeças desde a véspera de natal. O que a justiça ofereceu pro povo foi despejo ou acordo.

Exigimos um ano! A outra parte ofereceu 15 dias. Exigimos a permanência da Ocupação Amarildo até as férias escolares de julho, para que nossos filhos não tenham ainda mais revés nas escolas! A outra parte aceitou até março. Março pra nós não adianta, ficaríamos em contagem regressiva. Exigimos mais, e conquistamos o acordo até 15 de abril, justamente na semana internacional de lutas pela Reforma Agrária no Brasil, em homenagem aos(às) companheiros(as) que tombaram no massacre de El Dorado dos Carajás, no Pará, em 1995. A marcha foi linda, segura, revolucionária, organizada e serviu de escola para todos nós. Seguiremos ocupando e marchando até a vitória, sempre!

Muito obrigado aos participantes da 1ª Marcha da Ocupação Amarildo de Souza! Parabéns a todos(as). Estavam lindos(as) e com muita disposição para a luta, é assim que nossa classe vai organizar a Revolução Brasileira!

Saudações combativas!

Como pode-se observar pelo tom do comunicado, o movimento não desanimou frente a imposição da desocupação da área no dia 15 de abril, tendo clareza da tarefa imediata de construção da organização e força política necessárias para a conquista da “vitória”. Neste sentido, buscando a ampliação do apoio das representações político-partidárias para a causa do movimento, ocorre no dia 27 de fevereiro a primeira fala de uma representação do movimento na ALESC, através da concessão de 10 minutos por políticos partidários da causa¹¹⁶. Essa fala marca o início de um processo de articulação com deputados estaduais, em grande parte membros da Comissão de Direitos Humanos da ALESC, que culmina com a realização de uma Audiência Pública sobre a questão da ocupação realizada no dia 19 de março.

O mês de março também marca a expansão da busca de apoio da ocupação no meio universitário, cujo retorno do ano letivo ocorrera no final de fevereiro. Diversas falas são organizadas em disciplinas, seja da UFSC ou da UDESC, assim como a participação em mesas de debate sobre a questão urbana e os movimentos sociais. Estes fatos colaboraram para que a audiência pública ocorresse sobre uma intensa ocupação do auditório Antonieta de Barros,

¹¹⁶ Para ver a descrição da fala, vide Anexo 03

repleta de “Amarildos”, fossem eles ocupantes ou não. Entre os participantes da mesa, tiveram palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti, presidente da mesa e da Comissão de Direitos Humanos da ALESC, assim como o(a)s deputado(a)s estaduais Sargento Amauri Soares e Angela Albino, como também Rui Fernando da Silva Junior, representando a ocupação, o juiz agrário Rafael Sandi e o ouvidor agrário Fernando Souza¹¹⁷. A discussão realizada durante a audiência possibilitou a realização dos seguintes encaminhamentos: enviar notificações extrajudiciais aos principais meios de comunicação, citada a RBS entre outros, realizando pedido de “mudança de comportamento dos meios de comunicação com relação à postura de incitamento à criminalização das lutas populares em geral e dos movimentos sociais”; solicitar a prefeitura uma proposta que “efetivamente resolva as demandas do movimento dos sem-teto da cidade de Florianópolis”; a criação de um grupo de trabalho constituído pelas instituições e órgãos presentes; e por fim ficando a cargo do INCRA realizar uma vistoria no local da ocupação a fim de averiguar as possibilidades de produção naquele local e, ainda cabendo ao INCRA, entrar em contato com a prefeitura para “verificar a viabilidade de construir um projeto” para a ocupação. (IC, vol. I, 2014, p.06)

A vitória conquistada na audiência foi, certamente, a relação que começou a ser estabelecida com o MPF. Isto porque, embora o INCRA tenha feito a sua parte¹¹⁸, os encaminhamentos referentes ao instituto na ocasião dependiam essencialmente da permanência da ocupação na localidade. O MPF passa a responsabilizar-se pelo Grupo de Trabalho constituído na audiência, convocando as instituições e órgãos presentes para as reuniões (a primeira foi realizada no dia 07 de abril) num processo que acompanharia o movimento até o desenvolvimento de sua fase de Águas Mornas.

Sobre os pedidos de “mudança de comportamento” dos meios de comunicação, não sabemos se eles foram realizados. Ocorre que este encaminhamento apenas descreve o “clima” existente na cidade sobre a ocupação Amarildo de Souza, com ataques veementes e constantes realizados pela mídia local, jornalística e televisa, que acabavam por incentivar uma postura cada vez mais agressiva frente ao movimento. Para citarmos um exemplo, além dos já mencionados, o movimento posta no dia 24 de fevereiro um comunicado nas redes sociais, o décimo segundo,

¹¹⁷ Também estavam na mesa o Procurador Chefe Substituto do MPF, sr. Maurício Pessutto; a superintendente da SPU, a sra. Silvia Beatriz Rizzieri De Lucca; a Procuradora Chefe da União de Santa Catarina, sra. Dalvina L.P.R.V. Jank; o chefe da Estação Ecológica de Carijós Instituto Chico Mendes, sr. Silvio de Souza; e a Procuradora do Município de Florianópolis, sra. Maria Lúcia Rogério Locks.

¹¹⁸ Entre outras coisas, o INCRA apresentou ao movimento o “Projeto Casulo”, construído nacionalmente pelo instituto para o assentamento de famílias com pequenas áreas de produção.

em que relata receber, a partir do dia 20 de fevereiro, “diversas ameaças de morte”. Em uma situação, três carros pararam frente a ocupação realizando ameaças com armas em punho, e num segundo momento um grupo de lideranças, “numa saída ao mercado mais próximo”, foi atingida “quatro vezes na lateral” do carro por um outro veículo que os “prensava contra o guardrail da pista”. Assim, os “pedidos” de “mudança de comportamento”, embora pareçam ingênuos, são baseados num contexto de confronto em que as disputas políticas pelo território ganharam contornos de ameaça física à vida dos ocupantes. (Comunicado 12, 24 de fevereiro de 2014)

Para Canella (2015), haveria de fato um recrudescimento do processo de estigmatização sobre os participantes do segundo ciclo de ocupação frente ao primeiro. Na construção desse recrudescimento da estigmatização, um papel fundamental caberia a produção de discursos midiáticos e políticos com caráter preponderantemente xenóforo, que ganharia destaque a partir de meados da década de 1990. Não significa que eles inexistiam antes desse período, mas a disputa eleitoral ao pleito municipal de 1996 os colocaria em um outro patamar. A campanha de Angela Amin, candidata que sairia vitoriosa do processo eleitoral, tinha como slogan as sugestivas palavras “Capital da Gente”, que Canella destaca como uma “explícita”, embora “ambígua”, referência ao capital. A campanha de Angela basear-se-ia assim numa dicotomia entre “os de fora” e “os nativos”, em que os primeiros seriam responsáveis pelo atraso do desenvolvimento e pobreza, por buscar participação numa terra da qual não pertencem, sendo, então, “invasores”. O autor ainda destaca que esta campanha só foi possível porque baseia-se numa representação difundida na mídia local desde fins da década de 1980, mas que ganha contornos extremos justamente nesta, ou partir desta, disputa política. Difundindo a mesma representação do migrante que a campanha eleitoral, encontravam-se setores da mídia local, como Cacau Menezes e o jornalista Paulo da Costa Ramos¹¹⁹, assim como a campanha promovida pela elite local “Amigos de Florianópolis”. É interessante observar que foi justamente o marido de Angela Amin que iniciou a ampla realização de despejos que deu origem ao primeiro ciclo de ocupações, com base na política municipal de “modernização” da cidade. A “nova” gestão Amin segue no mesmo caminho, identificando a urbanização d’A Capital com a ampliação d’O Capital, contudo agora encontrando no desenvolvimento de uma identidade

¹¹⁹ “O sentimento de estar sendo invadido foi possível como estratégia eleitoral porque já vinha sendo veiculado por alguns colunistas locais. É o caso de Paulo da Costa Ramos, jornalista local e membro de uma das famílias mais tradicionais da política catarinense. Havia sido secretário da Casa Civil do Estado de Santa Catarina no período da Ditadura, na década de 1970, e era também empresário do turismo.” (CANELLA, 2015, p.228)

local folclórica as bases políticas de sua sustentação: o nativo, o manezinho, a “gente” da capital, resquício pessoal de um “jeito de ser” que pretende-se preservar dos ataques bárbaros.

Dentre as ocupações do segundo ciclo, os participantes da Ocupação Amarildo de Souza seriam os que sofreriam as maiores consequências¹²⁰, alvo de intensos ataques pela mídia local, televisiva e jornalística, e forte processo de estigmatização pela população do norte da ilha. Estes ataques centrar-se-iam no fato de que a Ocupação Amarildo possuiria um índice de ocupantes cujo perfil é composto por um número maior de migrantes nordestinos que as demais ocupações. Além disso, o vínculo do movimento com o MST, seja pelo seu passado seja pela pauta da reforma agrária levantada, possibilitaria uma relação com o discurso difundido pela mídia burguesa a respeito dos sem-terra. Canella destaca ainda que, no caso dos “Amarildos”, ocorre ainda uma inversão no discurso, visto que o movimento ocupou uma área que de fato é pública, pertencente a Marinha, e que vinha sendo apropriada indevidamente por um antigo político local. Nesta inversão, o invasor é considerado o movimento, e não o grileiro burguês, tanto que após a retirada das famílias é reestabelecida a sua posse legal pela justiça.

Mas sem dúvida, a principal raiz dos ataques ao movimento diz respeito ao seu ataque ao “coração do turismo” da Ilha da Magia.. Vale lembrar que a ocupação Amarildo foi realizada em plena temporada de veraneio, e sua localização literalmente “às margens” do caminho para as praias do norte da ilha obrigavam os motoristas a vislumbrar o conjunto de lonas pretas que estendia-se por suas margens, e as elites locais demonstram desde a década de 1990, quando barracos semelhantes espreitavam as vias de acesso à cidade, que não se interessam por este modelo de publicidade. O estigma originado, no entanto, acompanharia o movimento em suas próximas localidades, seja em Maciambu Pequeno, em Palhoça, seja no município de Águas Mornas.

Mas se nesse “ataque ao coração” do turismo ocorreu o recrudescimento do “lado da cerca” do(a) capital, ele foi igualmente contrabalanceado pelo recrudescimento do “lado da cerca” do trabalho, e se existia uma certa euforia entre a esquerda local desde o ano de 2012, com o surgimento da ocupação Contestado, conforme sugerimos no início deste trabalho, nos primeiros meses de 2014 ela teve o seu auge. O “ataque ao coração do turismo” promovido pela

¹²⁰ Segundo Canella (2015, p. 235-6), a ocupação Contestado seria a menos afetada, passando praticamente “impune” desse processo criminalizante realizado pela mídia local. Duas razões justificariam esta presença amena. A primeira seria sua posição de vítima frente as disputas do processo eleitoral. A segunda seria sua própria localização geográfica, que não atacaria o “coração do turismo”. Ainda assim, alerta Canella, o grupo contrariou interesses das elites locais e tem sofrido “constantes e violentas” “batidas policiais”, o que contribui para a construção de uma imagem criminalizada frente a população local. Por sua vez, a ocupação Palmares seria alvo de ações mais frequentes do poder público, cuja intenção de despejo da comunidade é camuflada em discurso ambiental e precaução frente a riscos de desabamentos.

Ocupação Amarildo de Souza e o intenso e espontâneo deslocamento de frações mais pauperizadas da classe trabalhadora para a localidade promoviam a sensação de estar-se frente a um momento singular na história da luta de classes na cidade. E esse momento era, igualmente, singular na história das lutas entre os projetos de classe para a construção do espaço urbano de Florianópolis. A cidade segregada revelava sua existência instável, e amanhecia 2014 em rebeldia, mostrando a dinamicidade da contradição entre o consenso e a impossibilidade da ordem estabelecida. Os pobres em peregrinação desde o começo da década de 1990 aglutinavam-se novamente, ultrapassavam os limites da ponte, marchavam em direção ao norte. Numa ação ousada, tomavam mais uma vez a Meca das classes médias, em busca de um pedaço de terra santa.

A denúncia confirmada da grilagem do terreno pelo suposto proprietário, e a pauta de reforma agrária urbana, trazendo a cabo um novo modelo de relação entre cidade e campo, davam o tom final a esta euforia. Entre as classes subalternas, muitas vezes a lembrança da própria vida rural levada em momento anterior, ou então a história de seus antepassados, que migraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Entre as classes médias postas no terreno da esquerda, a contestação concreta e voraz da posição hegemônica construída em torno do norte da ilha na produção da cidade. Vale ressaltar que nunca antes ocorrera, ao menos dessa forma, a realização de ocupações urbanas nestes espaços, assim como nunca houvera, ao longo da história das ocupações urbanas, o deslocamento maciço de pessoas para uma ocupação. Do primeiro dia da ocupação até o começo de fevereiro a ocupação havia crescido mais de dez vezes o seu número inicial de famílias.

O que evidencia-se neste período é que a ocupação Amarildo foi capaz de representar os interesses de um amplo conjunto de atores sociais, e essa representação abrangia desde os interesses mais imediatos expressos na necessidade de habitação das classes sociais espremidas entre baixos salários e altos aluguéis até interesses mediados da disputa pela construção do espaço urbano da capital (para o trabalho e não para o capital), envolvendo também questões mais amplas como a luta por reforma agrária e pelo socialismo. Ocorria a síntese da luta dos sem-teto dos anos 90 e das lutas sociais urbanas dos anos 2000, como o Fórum da Cidade e as disputas no Plano Diretor. A ocupação Amarildo possibilitava, em todas estas questões, a emergência de uma “consciência da possibilidade de vitória” (IASI, 2006, p.532) que não era dada aos movimentos sociais há muito tempo e essa consciência se expressou, especialmente, na amplitude e fortalecimento de sua rede de apoio.

Diferentemente das demais ocupações (Palmares e Contestado), na ocupação Amarildo o seu

principal grupo articulador (assessoria, diria Canella), fazia parte da ocupação: os componentes da Brigada Marighella eram também ocupantes. Esta característica possibilitou uma organização estabelecida em um formato mais claramente tripartite. A ocupação Amarildo tinha um grupo dirigente, a brigada em questão, tinha a base social das famílias acampadas e tinha uma rede de apoio. Essa rede começou a reunir-se com constância a partir do mês de março, sendo que muitas vezes a reunião ocorria em espaços cedidos pelos diversos sindicatos da cidade, entre eles SINTESP, SINERGIA e SIND-SAÚDE¹²¹.

Retomando o desenvolvimento dos fatos, a proximidade do prazo estipulado no acordo com a justiça agrária impossibilitou a maturação necessária para que os encaminhamentos da audiência tivessem algum efeito prático sobre a permanência da ocupação às margens da rodovia SC-401. Buscando reverter a situação de despejo eminente, o movimento realiza dois atos simultâneos no dia 09 de fevereiro: realizam bloqueios esporádicos da rodovia SC-401 conjuntamente com manifestações em frente a ALESC. Por vias judiciais, tentou-se a reversão do acordo com um pedido de anulação da ação de reintegração de posse junto ao MPF, através da alegação de que a parte movente da ação não possuía legitimidade no pedido de reintegração de posse. Nada adiantou. Buscando uma ação mais eficaz, na madrugada do dia 12 do mesmo mês o movimento ocupa uma área ao lado, pertencente ao Sindicato dos Bancários, localizada no popularmente conhecido Morro do Imalaia. Esta ocupação foi interrompida sobre forte aparato policial, posto em movimento pelo juiz Rafael Sandi (o juiz agrário que participou da audiência pública), alegando que o movimento descumpria o acordo estabelecido. A operação, que contou com “mais de uma centena de policiais militares da cavalaria, comando tático, rodoviários militares e batalhão de operações especiais”¹²² bloqueou a SC-401 nos dois sentidos, e ainda contou com a presença de um helicóptero sobrevoando o local. O nome da operação dada pela Polícia Militar não poderia ser mais representativo: Operação Capital!¹²³ Os poderes locais transmitem claramente sua mensagem: se o movimento atacara o “coração

¹²¹ Foi neste momento que participamos da primeira reunião da rede de apoio, realizada no período noturno numa sala do SINTESP. O que vimos foi um amplo conjunto de participantes (cerca de 30 pessoas) representando sindicatos, vereadores, deputados e movimentos sociais, além de membros das Brigadas Populares e FALM. Essa reunião ocorreu entre o final de fevereiro e começo de março, quando ainda não havíamos ingressado no mestrado e, por isso, foram tomadas apenas algumas notas esparsas, entre elas a necessidade exposta pelo movimento de catalogar as áreas ociosas da União, assim como as que foram griladas durante a ditadura militar em Santa Catarina.

¹²² Jornal Hora de Santa Catarina, 12/04/2014, disponível em:

<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/numero-de-policiais-chamou-atencao-na-operacao-realizada-na-sc-401-4473457.html>

¹²³ A ausência de prefixo a palavra “Capital” sinaliza o mesmo sentido ambíguo que Canella (2015) destaca na campanha municipal de 1996, onde o termo “da Capital” gera a menção implícita à opção político-econômica de construção de um espaço urbano “do Capital”.

do turismo”, este problema seria resolvido por um ato cirúrgico! (CALHEIROS, 2016, p. 97) A operação teve o objetivo alcançado, além de impossibilitar a ocupação da nova área mostrou ao movimento a impossibilidade de resistir à desocupação imediata. As negociações para a retirada do local começaram as ser gestadas, tendo seu auge na noite do dia anterior (14 de fevereiro). Nesta data o MPF convocou uma reunião ampliada do Grupo de Trabalho constituído na audiência pública. Entre as possibilidades elencadas, ganhou destaque a transferência dos ocupantes para uma área localizada na cidade de Palhoça. A área em questão trata-se de uma Terra Indígena (T.I) em processo de homologação, na região conhecida como Morro dos Cavalos, na localidade de Maciambu Pequeno, com a existência de uma aldeia de índios guaranis na localidade. A área, de propriedade privada, é cedida para gestão do Instituto Kairos, que administra o local. O presidente do Instituto, um padre de orientação progressista, participou da reunião e concordou com a transferência. Na manhã do dia 15 de abril, data do despejo, é elaborado um “Termo de Compromisso de Desocupação e Realocação da Ocupação Amarildo de Souza”, em que constam as condições para que ocorra essa transferência. O termo é assinado por lideranças da ocupação, pelo presidente do Instituto Kairos, Pe. Luiz Prim, pelo Procurador Maurício Pessutto, do MPF, e pelo sr. João Pandolfo Panitz, da Defensoria Pública da União.

A FUNAI rapidamente sabe do acordo firmado, e ainda no período da manhã encaminha ofício ao MPF sobre a “hipótese de não indígenas serem transferidos para a TI Morro dos Cavalos”. Mas o termo de compromisso já havia sido encaminhado para autoridades estaduais, em especial o Governador Raimundo Colombo, solicitando auxílio na realização do transporte das famílias. O MPF, após o ofício da FUNAI, anula imediatamente o documento, e encaminha de imediato documento ao governador do Estado expondo a ressalva realizada pela FUNAI, em ofício conjunto assinado pelo próprio MPF, assim como pelo INCRA e pela SPU. O “destino”, contudo, encarregou-se para que o governador só fosse encontrado no período noturno, em sua residência oficial no bairro Agrônômica. A desocupação já estava sendo realizada. (IC, vol. I, p. 06-14)

A transferência para a localidade de Maciambu Pequeno foi realizada entre os dias 15 e 16 de abril, contando com transporte ofertado pelo governo do estado e caminhões alugados pelo movimento, realizada sob forte aparato policial. Durante esta desocupação, uma imensa massa de famílias acaba abandonando a ocupação, seja pela distância e inviabilidade da nova área provisória, seja pela ameaça de violência policial que pairava no momento da transferência. O fato é que, se a ocupação era de fato constituída neste momento por pouco mais de 700 famílias,

conforme relatado pelo movimento, aproximadamente 10% desse montante são transferidas para a nova localidade.

A nova situação era incerta, e o grupo de ocupantes, pequeno. A nova localidade era distante não apenas de Florianópolis, como também dos serviços públicos mais básicos, como escola e posto de saúde. O acesso era precário e o transporte público, além dos poucos horários, exigia uma longa caminhada. A perda drástica de grande massa de ocupantes mobilizou o movimento a realização de uma contra investida, numa tentativa de retornar à região insular e reconquistar, assim, a base social perdida. Neste sentido, é na madrugada do dia 20 de abril, a apenas quatro dias de sua transferência para Maciambu, que a ocupação Amarildo de Souza realiza a sua terceira tentativa de ocupação, agora no bairro do Rio Vermelho, região norte da ilha. O terreno ocupado situa-se às margens da rodovia SC-406, constituindo uma área de 10 hectares de propriedade da União, cedida ao Lar Recanto da Esperança, um centro de tratamento de drogadição administrado pelo Pe. Luiz Prim, à semelhança das terras de Maciambu.

Ocorre que, ao contrário da área ocupada às margens da SC-401, o terreno em questão situava-se no centro de uma área residencial, e um grupo de moradores locais acaba por iniciar uma manifestação de repulsa à ocupação logo nas primeiras horas da manhã. O conflito ganha contornos mais agressivos no começo da tarde e, embora existam viaturas da PM na localidade, o grupo de moradores que crescia com tempo exige cada vez mais enfaticamente a imediata retirada da ocupação, e no começo da noite a área ocupada torna-se alvo momentâneo do arremesso de pedras e fogos de artifício. A noite é passada em clima de vigília pelos ocupantes, e o dia 21 amanhece com o aumento constante dos manifestantes frente à ocupação, incitando ações de violência, restringindo o acesso de novos ocupantes e rede de apoio. A polícia militar ameaça invadir a área, caso o movimento não apresente um ocupante que, na noite anterior, em meio ao conflito estabelecido entre ocupantes e população, acertara o braço de um policial que tentara segurar um membro do movimento.

As negociações com a PM são realizadas pelo grupo de advogados populares do CCAP, presente no local, e o movimento busca ampliar a presença da rede de apoio na ocupação¹²⁴. A situação torna-se cada vez mais propícia à violência, com tentativas de agressão aos manifestantes que tentam entrar e sair da ocupação. Uma negociação com a PM possibilita a

¹²⁴ O relato deste evento ocorrido no Rio Vermelho é fruto de minha presença pessoal nesta ocupação durante o dia 21 de abril, acompanhando uma advogada do CCAP que havia se deslocado para a localidade para auxiliar a mediação com a PM. Permaneci na ocupação desde as primeiras horas da manhã até o início da tarde, ouvindo os relatos constantemente narrados do dia anterior. Após saída da localidade no período da tarde, o retorno foi inviabilizado pelo clima de violência na localidade.

entrada de alimentação no local, logo após o meio-dia. Mas no período da tarde a situação agrava-se, com a presença de “empresários locais, tal qual Fernando Marcondes de Mattos”¹²⁵ que, através da “influência política e econômica que exerce na região, buscou canalizar a insatisfação popular”. Temendo pela integridade física dos ocupantes, entre os quais encontravam-se mulheres grávidas e crianças, as lideranças da ocupação negociam com a polícia militar a retirada dos ocupantes e seu retorno para Maciambu, ficando a cargo da PM a concessão do transporte e da escolta necessária, sendo imprescindível, inclusive, a intervenção contra a comunidade, que tentava agredir os manifestantes.

O retorno para Maciambu ocorre sobre um clima de desânimo, aparentemente ia-se permanecer na área por um tempo maior que o esperado. Tratava-se, então de realizar os encaminhamentos postos por esta permanência, buscando a negociação com as lideranças indígenas do local, manifestando seu apoio à homologação das terras indígenas e estabelecendo um acordo em que providenciariam sua transferência das terras indígenas dentre dois meses.

O MPF, por sua vez, continuou responsabilizando-se pela convocação do GT formado na audiência pública. A segunda reunião ocorreu no dia 28 de abril, tendo a participação de representantes do MPF, SPU, AGU, INCRA, além de representantes da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), na figura dos secretários municipais Rafael Hahne e Alessandro Abreu. Primeiramente destacamos a participação de representantes da PMF que, durante a reunião, indagaram ao MPF, SPU e INCRA, que haviam feito o repasse dos encaminhamentos até então, sobre o “pleito” dos ocupantes:

O município de Florianópolis indagou qual seria o pleito dos Ocupantes, se atinente à propriedade urbana ou rural. O MPF esclareceu se tratar de demanda majoritariamente urbana, sendo que o INCRA realizou levantamento, a pedido da Justiça Estadual, tendo o cadastro das famílias que ocupavam a área. A SPU consignou que não existem imóveis da União à disposição para implementação de políticas habitacionais na Ilha da Santa Catarina. (IC, vol. I, 2014, p.27)

A “indagação” dos secretários municipais da PMF não parece despropositada, sendo difícil imaginar que, com a massiva exposição do movimento na mídia impressa e televisiva, os

¹²⁵ “O empresário e político Fernando Marcondes de Matos é proprietário do Resort Costão do Santinho e também do Costão Golf Club, este último localizado ao lado do terreno ocupado no Rio Vermelho. Foi Preso em 2008 na operação Driade da Polícia Federal, como suspeito de participar de um esquema ilegal para a concessão de licenças irregulares e a promoção de problemas ambientais. Marcondes já havia sido detido pela PF durante a Operação Moeda Verde, em março de 2007, quando foi descoberto um esquema de concessão ilegal de licenças ambientais envolvendo funcionários da prefeitura e vereadores de Florianópolis, empresários e funcionários públicos estaduais.” (CALHEIROS, 201, p. 107)

representantes da prefeitura desconhecêssem minimamente a pauta do movimento. O que se esconde por trás de tal “desconhecimento” é, sem dúvida, a expressão da fragmentação da relação cidade-campo expressa sob a sociabilidade capitalista, fragmentação esta cuja concreticidade na particularidade do desenvolvimento histórico de Florianópolis manifesta-se enquanto uma tendência pública a negar qualquer existência de ruralidade em seu território. Fato este representado nos órgãos municipais pela inexistência de uma secretaria da agricultura, por exemplo, assim como a inexistência de políticas municipais a este respeito. O fato sequer é recente. Siqueira (2007, p.04-05) destaca que até a década de 1970 Florianópolis possuía uma espécie de “complexo de inferioridade” frente as demais capitais do país. Este “complexo” manifestava-se numa vontade resoluta de libertar-se de tudo o que lhe representava “atraso”, envolvendo, dentre outras coisas, a erradicação absoluta de seu passado rural. Esta erradicação, por sua vez, tinha suas raízes na época em que Florianópolis ainda era chamada de Desterro, no começo do século XX, quando o espaço urbano da região insular era visto como sinônimo de civilização, e sua área rural (raramente conhecida pela burguesia local) de rusticidade¹²⁶.

Assim, quando “a” PMF indaga sobre o “pleito” do movimento, afirma, implicitamente, que este movimento só lhe envolve em caso de tratar-se de uma demanda “urbana”. Eis que o MPF responde: “urbano”. E, na verdade, o movimento continuava preso a dualidade posta pela fragmentação burguesa, numa impossibilidade de existência de uma demanda rural e urbana dentro da região insular, sobre a forma de compreensão das instituições burguesas¹²⁷. A SPU acaba então atuando em prol da PMF, quando afirma a inexistência de áreas da União para implementação de projetos habitacionais na “Ilha de Santa Catarina”. Possibilidades como a compra da área, aparentemente, não foram sequer levantadas¹²⁸.

Um outro dado desta reunião ainda deve ser ressaltado. Trata-se do informe dado pela SPU que,

¹²⁶ Sustentando sua afirmação, Siqueira cita o trabalho de Cardoso & Ianni (1960, p.20): “Daí que os componentes rurais da estrutura social de Desterro fossem neutralizados pelos componentes urbanos e que o sistema de atribuição de status, o estilo de vida e as formas dominantes de pensar se orientassem muito mais pelos valores dos grupos urbanos (militares, administradores e comerciantes), que os grupos rurais”.(apud SIQUEIRA, 2007, p.05)

¹²⁷ Calheiros (2016) desenvolve a relação do projeto de reforma agrária urbana proposto pela ocupação Amarildo com a experiência das Comunas da Terra, desenvolvidas pelo MST, sob o contexto daquilo que convencionou-se chamar “rururbano”. Remetemos o leitor a esta obra para aprofundamento das raízes do projeto proposto pelo movimento. Ver Calheiros (2016), especialmente as pgs. 142-154. Para ver um outro caso de ocupação “rururbana”, remetemos ao trabalho de Souza (2011).

¹²⁸ Aproximadamente neste período a PMF comprou uma área às margens da SC-401 para a constituição de um projeto habitacional que promoveria a remoção da conhecida “Favela do Siri” da região do bairro Ingleses, norte da Ilha e um dos destinos privilegiados de turistas. Aparentemente existem opções quando elas dizem respeito aos interesses das elites locais. Para a situação do conflito na favela ver a reportagem “Moradores do Siri, em Florianópolis, aguardam projeto de remoção”, publicada no G1 no dia 25/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/04/moradores-do-siri-em-florianopolis-aguardam-projeto-de-remocao.html> Acesso: 15/06/2017.

no mesmo dia (28 de abril), “as lideranças da ocupação estiveram na sede da Secretaria, no período da manhã, solicitando a relação de todos os imóveis da União em Florianópolis”. O representante do INCRA também manifestara a presença das lideranças na sede do órgão no município de São José. Este fato demonstra que, apesar do desfecho trágico na tentativa de ocupação do terreno na localidade de Rio Vermelho, o movimento continuaria buscando alternativas, e elas ainda sinalizavam para um retorno à região insular de Florianópolis. Buscava uma solução para o acordo firmado com as lideranças indígenas. De modo semelhante, a “Frente de Apoio”, como era comumente chamada a rede de apoio a ocupação Amarildo de Souza, por seus integrantes, continuava reunindo-se regularmente, muitas vezes sem a presença pessoal de representações do movimento, dificultada pela longa distância da ocupação como também a sobrecarga de trabalho posta em suas lideranças, causada, em grande parte, pelas péssimas condições estruturais. Entre as principais pautas da frente de apoio¹²⁹, estavam encaminhamentos referentes a titularidade da área da SC-401 e a busca pela construção de um auxílio estrutural à ocupação. Além disso, organizavam-se estratégias de enfrentamento ao processo de criminalização das lutas populares e dos movimentos sociais, destacando-se a criação de uma “Frente Catarinense de Luta Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais” (FCLCCMS) e a constituição do “I Seminário Catarinense Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais”, realizado no dia 06 de junho no auditório Antonieta de Barros, na ALESC. (IC, vol. I, 2014, p.27; Jornal da FCLCCMS, Maio de 2014, nº 01)”

Aproximava-se, contudo, a data acordada entre o movimento e as lideranças indígenas para a desocupação das terras da T.I., e o movimento ainda não possuía nenhuma alternativa concreta para subsidiar esta remoção. Neste sentido, lideranças da ocupação Amarildo organizam um acampamento na sede do INCRA, no município de São José. O objetivo era claro: pressionar o órgão para que apresente uma alternativa de assentamento¹³⁰. O acampamento foi realizado por aproximadamente 40 pessoas, permanecendo dois dias no local, buscando uma alternativa de assentamento nas proximidades de Florianópolis. Segundo uma de suas lideranças:

Durante o Maciambu temos uma ocupação do INCRA. Isso foi determinante para nós estarmos hoje aqui em Águas Mornas. Essa pressão se dá num momento em que o processo emperra, em que o esclarecimento sobre a área da SC-401 anda a passos lentos e as

¹²⁹ Nesta época participamos da maioria das reuniões da “frente de apoio”, realizando algumas poucas anotações (como afirmado, não havíamos ingressado ainda no programa de pós-graduação)

¹³⁰ Na reunião que ocorrera na noite do dia 14 de abril, às vésperas da desocupação da área da SC-401, o INCRA havia apresentado uma área possível de assentamento no município de Canoinhas/SC. Esta área foi recusada pelo movimento pela distância da capital, onde alguns membros da ocupação ainda mantinham vínculos empregatícios. Esta área foi constantemente ofertada pelo INCRA, e o movimento, constantemente recusou.

determinações que foram tiradas em audiência pública, da qual participaram todos os atores, sejam os entes federados, as instituições públicas, as organizações e o próprio acampamento não foram obedecidas. Então para pressionar, sem outra alternativa, ocupamos a sede do Incra. (Entrevistado FIDEL)

Logo após o acampamento, a Justiça Federal da 6ª Vara de Florianópolis determinou pela desocupação das terras indígenas pelos ocupantes, estabelecendo, a partir da data da determinação (16 de junho de 2014) o prazo de 15 dias para relocação dos acampados. Esta determinação judicial auxiliou a pressão exercida sobre o INCRA, cabendo a este órgão a apresentação de uma proposta viável. O INCRA apresenta então uma proposta aprovada pelas lideranças da ocupação Amarildo. Trata-se de um terreno localizado no município de Águas Mornas, na região metropolitana de Florianópolis.

A Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina obteve da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a transferência de um imóvel de 130 hectares localizado em Rio Miguel, município de Águas Mornas (SC). Com a posse da fazenda o INCRA coloca fim ao impasse envolvendo as famílias da Ocupação Amarildo que, desde dezembro de 2013, buscam área definitiva para alocar suas famílias dentro da legalidade. A transferência foi realizada através da Portaria nº 45, de 23 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho, e teve por base o previsto no Inciso XXIII do artigo 5º e no artigo 188º da Constituição Federal, que recomenda a destinação para a reforma agrária de terras públicas e devolutas compatíveis. A medida foi aprovada pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e o Governo do Estado de Santa Catarina, além da Secretaria do Patrimônio da União, que acompanharam as tratativas. (IC nº 1.33.000.001288/2014-47, vol. II, p. 05)

Assim, cerca de 60 famílias que ocupam temporariamente a T.I. do Morro dos Cavalos transferem-se no dia 03 de julho, quinta-feira, para a nova localidade, em Águas Mornas. O grupo, composto por aproximadamente 180 pessoas, que havia iniciado sua luta por “terra, trabalho e teto” a pouco mais de seis meses, conquista enfim a possibilidade concreta de ser assentado sobre os princípios da reforma agrária. Sua chegada na “terra prometida” contudo, seguiu os passos de sua trajetória até então: ocorreu sobre enfrentamento. Pouco após sua chegada, ocorre uma manifestação popular em frente a ocupação. Um grupo de aproximadamente 80 pessoas, que havia sido mobilizado pelo prefeito do município, exigia a retirada das famílias do local. Este processo, contudo, não ocorria à semelhança exata do conflito estabelecido em Rio Vermelho. A área ocupada lhe fora concedida judicialmente, em processo legítimo estabelecido pelas próprias instituições burguesas. Assim, as tentativas de remoção deveriam, da mesma forma, trilhar a legalidade instituída.

De fato, várias tentativas ocorreriam, vias legais, para impossibilitar o assentamento das famílias. O próprio prefeito encaminharia ofício ao Ministério Público Federal alegando que o processo de assentamento haveria ocorrido sob ilegalidades realizadas pelo INCRA. Da mesma

forma, a coordenadora da Defesa Civil do município de Águas Mornas enviou no dia 04 de agosto uma notificação aos participantes do assentamento e ao INCRA contendo um laudo geológico/geotécnico que declarava a área como de risco, chegando em determinados períodos do ano a risco extremo, e, por isso a Defesa Civil do município exigia e retirada imediata das famílias da localidade. O laudo, realizado pelo geólogo Rodrigo Del Omo Sato, em visita relâmpago ao assentamento realizada no dia 08 de julho (a visita durou uma hora), alegava ainda que a área em questão tratar-se-ia de Área de Preservação Permanente (APP), e por isso impossibilitada de ocupação humana. Os fatos elencados, contudo, não eram verdadeiros. Embora possuindo regiões de APP, o terreno, de aproximadamente 130 hectares, possuía algo em torno de 30 hectares que podiam ser manejados, seja para agricultura seja para moradia. De fato, a área em questão vinha tendo finalidade agrícola há alguns anos.

Como informamos na introdução deste trabalho, o período da ocupação Amarildo a partir de sua entrada no município de Águas Mornas não constitui objetivo específico deste trabalho, não apenas porque a partir deste momento o movimento desloca-se da região conurbada de Florianópolis (constituída, conforme informamos, pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), mas principalmente porque o conflito expresso entre as tendências rurais e urbanas postas pela demanda do movimento tem neste processo de assentamento a sua resolução¹³¹. Contudo, realizamos um breve comentário sobre o já longo processo desenvolvido na trajetória de Águas Mornas, e ele refere-se ao desgaste político expresso neste novo período da ocupação.

A partir de sua entrada em Águas Mornas, o movimento que ficou conhecido como Ocupação Amarildo de Souza deixou, evidentemente, de ser um movimento de ocupação para tratar-se de um processo de assentamento. Se em momentos anteriores a identificação das principais lideranças enquanto ocupantes permitia um intenso processo de convivência e articulação com a base social da ocupação, auxiliando assim na construção de suas tarefas políticas, agora elas deveriam pegar em enxadas e pás, preparar a terra, semear, construir formas de manejo dos recursos hídricos e, acima de tudo, preocupar-se com uma questão deveras urgente: de onde virão os recursos materiais, físicos e financeiros para a realização destas ações.

A imediaticidade e a praticidade das tarefas impostas consumia o tempo das principais lideranças da ocupação. A distância de 50 km entre a agora autodenominada Comuna Amarildo

¹³¹ A questão deste conflito entre as tendências expressas pelo movimento, entre rural e urbano, ainda será abordado no capítulo 03.

e a capital catarinense, e os escassos horários de transporte público disponíveis¹³², contribuíam para o cada vez mais raro encontro com os “Amarildos” em Florianópolis. As tarefas políticas foram relegadas, e as reuniões da rede de apoio que ainda ocorriam realizavam-se em grande medida sem a sua presença. Um conjunto de fatores acabou colaborando, neste processo, para o que Calheiros intitulou por “desgaste político” da ocupação Amarildo. Eles acabaram ocasionando uma nova perda intensiva da base social que ainda compunha o movimento¹³³. Este desgaste foi gradual, percorrendo mais de um ano de sua trajetória em Águas Mornas, até que, no dia 08 de novembro de 2015, culmina com a expulsão de uma de suas principais lideranças¹³⁴, assim como sua família.

Ao que pese os conflitos desenvolvidos neste momento, a comuna Amarildo reestruturou-se. O processo de assentamento junto ao INCRA continua em desenvolvimento, com o encaminhamento do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) ao INCRA, estudo este exigido no procedimento de assentamento, no dia 10 de maio de 2016. No início de 2017 a comuna consegue realizar a instalação de energia elétrica, abrindo novos horizontes para a produção local, assim como para o estabelecimento de comunicação entre a “comuna” e seus apoiadores ainda remanescentes em Florianópolis. Mas a Comuna Amarildo continua a existir, construindo o primeiro processo de assentamento da reforma agrária na região metropolitana de Florianópolis, em apenas seis meses após sua ocupação inicial, constituindo assim, como é comum em sua trajetória, mais um marco nas lutas sociais da região.

¹³² O horário de saída do último ônibus que translada entre Florianópolis e a localização da Comuna Amarildo no município de Águas Mornas gira próximo às 19 horas.

¹³³ Em documento encaminhado ao INCRA no primeiro meado de 2015, após a expulsão relatada, o movimento era composto por 08 famílias, totalizando 23 membros. (IC, vol. II, 2016, p. 196)

¹³⁴ Remetemos o leitor novamente ao trabalho de Calheiros (2016, p. 117-120). Alguns dos conflitos expressos neste momento também serão vistos no capítulo seguinte.

7 REFLEXÕES SOBRE OS DOIS CICLOS DE OCUPAÇÕES

Canella toma os dois ciclos de ocupações urbanas como objeto de estudo em três trabalhos recentes (2014, 2015, 2016), caracterizando-os enquanto ciclos pela inexistência de uma continuidade entre os dois momentos como também pela existência de diferenças tanto na composição social de seus integrantes como também nas formas de organização e mobilização adotadas pelos movimentos¹³⁵. Na comparação entre os dois ciclos, o autor evidencia: transformações no perfil migracional das famílias participantes das ocupações, e um correlato acirramento no processo de estigmatização das ocupações no segundo ciclo, construído pelas representações sociais sobre elas no âmbito da cidade; assim como mudanças ocorridas no perfil dos atores e das práticas de cada ciclo. Baseado num referencial distinto do utilizado neste trabalho, o autor considera que “o esforço em comparar esses dois momentos pode nos oferecer importantes elementos para a reflexão sobre os desafios contemporâneos na construção de uma sociedade democrática”. (CANELLA, 2016, p.286)

Sobre as transformações no perfil migracional entre os ciclos, o autor destaca a emergência, no segundo ciclo, de maior representatividade de famílias do norte e nordeste do país, além da existência de uma parcela significativa de migrantes de grandes centros urbanos, o que era incomum no primeiro ciclo. Além disso, uma parcela expressiva dos ocupantes provenientes do próprio município são filhos e filhas de migrantes das décadas anteriores, o que expressa para o autor a dificuldade de inserção social dessas levadas migracionais. Canella toma como parâmetro de comparação do primeiro ciclo a comunidade de Nova Esperança, fruto da segunda ocupação realizada naquele ano, em novembro de 1990¹³⁶. No ano da ocupação, a Nova Esperança contava com 49 famílias, e segundo os dados demonstrados 17,3% dos ocupantes era natural de Florianópolis, sendo que 65% dos participantes residia na cidade há mais de 10

¹³⁵ Reproduzimos em nota a citação já realizada na introdução do capítulo 01: “No período que se estende do início dos anos 1990 até 2015, houve dois ciclos de mobilizações ligadas ao acesso à terra e/ou moradia urbana: o primeiro correspondendo aos anos 1990, e o segundo, o atual, que foi inaugurado pela Ocupação Contestado, em 2012, em São José. Esses dois momentos podem ser caracterizados como ciclos, termo cujo emprego se justifica por inexistir uma continuidade entre os dois momentos, e pelo fato de suas características tanto em termos de composição social de seus integrantes, como nas formas de organização e mobilização são significativamente distintas. Além desses aspectos, a comparação, por ter como referência movimentos organizados, direciona seus esforços para a análise dos mediadores do movimento, aqueles assessores e/ou articuladores que, na nossa perspectiva, desempenham um papel fundamental na constituição e na condução dos movimentos em ambos os contextos.” (CANELLA, 2016, p.271)

¹³⁶ Os dados de Canella referentes a esta ocupação são baseados na tese de Azibeiro, realizada sobre um estudo nesta comunidade, em que a mesma busca o perfil migratório da ocupação em documentos do CAPROM, de 1990.

anos, e apenas 5% residia em outras cidades no ano da ocupação. No que tange ao segundo ciclo, 67% dos participantes da Contestado¹³⁷ são nascidos em Santa Catarina, que somados aos 12,8% dos naturais de Paraná e dos 2,1% do Rio Grande do Sul compõe mais de 80% da ocupação. Menos de 9% dos participantes correspondem a migrações do nordeste, que somados as regiões oeste e centro-oeste brasileira atingem meros 17% da ocupação. Na ocupação Amarildo estes percentuais sofrerão uma mudança significativa, sendo que apenas 37% das famílias cadastradas pelo INCRA (um universo de 485 famílias) são provenientes de Santa Catarina. O acréscimo compõe os outros estados do sul, região da qual 70% das famílias são provenientes, e um avanço significativo dos participantes advindos das regiões norte e nordeste, que atingem o índice de 21,6% das famílias cadastradas. (CANELLA et alli, 2014; CANELLA, 2015)

Existiria, assim, um deslocamento no perfil migracional entre as décadas de 1990 e 2010 expressa nos movimentos de ocupação urbana, na qual o perfil migracional da década de 1990 envolveria fluxos oriundos principalmente do próprio estado de Santa Catarina e da região sul do Brasil, enquanto que no perfil do segundo ciclo ocorreria um aumento de representatividade dos estados do RS e PR nos processos migratórios da região sul, concomitante com o aumento das levadas migracionais do norte e nordeste. Essa transformação do perfil das ocupações seria acompanhada por um recrutamento do processo de estigmatização que seus participantes sofreriam entre o primeiro e o segundo ciclo, já descritos no capítulo anterior, cabendo um papel fundamental nesse processo à produção de discursos midiáticos e políticos com caráter preponderantemente xenófobo que ganha destaque a partir de meados da década de 1990.

Sobre o estado de origem do pai e da mãe do responsável pelo domicílio, na ocupação Contestado, os dados demonstram que 53% dos pais e 57% das mães é provenientes de Santa Catarina¹³⁸, sendo os estados do RS e PR os mais elencados entre os demais estados brasileiros, somando 18% no caso do pai e 23% no caso da mãe. Ainda é importante destacar que, no caso da ocupação Contestado, mais de 50% desses migrantes chegaram na região de Florianópolis após o ano 2000, estabelecendo-se majoritariamente nos municípios de São José e Palhoça¹³⁹.

¹³⁷ Os dados referentes a Ocupação Contestado utilizados pelo autor são resultantes da aplicação e elaboração de dados de um questionário survey aplicado na comunidade, correspondendo a uma das etapas da pesquisa “Reconfiguração da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na Grande Florianópolis.”, coordenada pelo autor, contando com a colaboração da seguinte equipe de integrantes: Carmen Susana Tornquist, Larissa Santos Miranda, Luís Felipe Aires Magalhães, Mariléia Maria da Silva, Vera Lúcia Nehls Dias. Agradecemos ao autor a gentil disponibilização deste relatório para o uso em nosso trabalho.

¹³⁸ É interessante observar que no caso do pai, 18% não sabe ou não lembra, enquanto este percentual corresponde apenas a 7% no caso da mãe.

¹³⁹ “O Gráfico 14 indica que 24,62% dos responsáveis por domicílio chegaram muito recentemente à Grande

Sobre as diferenças entre os dois ciclos de ocupação referentes as formas de organização e mobilização, assim como o papel desempenhado pelos “assessores e/ou articuladores” que desempenham a função de “mediadores do movimento”, Canella (2016) atribui à “escassez de práticas associativas entre os ocupantes” um peso significativo no papel das assessorias/redes de apoio, mas com significativas diferenças entre os ciclos. Para o autor:

A inexperiência política fez com que as assessorias (ou, no linguajar contemporâneo, as redes de apoio) tivessem um papel bastante importante nos rumos do movimento, no desenho de suas estratégias e em suas formas de mobilização e estrutura de organização interna. Se esta forma os aproxima dos movimentos dos anos 1990, o perfil dos atores que compõem essa rede de apoio é particularmente diferenciado. Ao invés do peso de setores ligados ao clero progressista da Igreja Católica, que traziam uma prática e um discurso de mobilização a partir das bases, com ênfase na democracia interna e na participação popular, a presença marcante agora é de jovens universitários, ligados a grupos de vanguarda com um discurso articulado a partir de ideologias bem demarcadas. Enquanto no Bandeira Negra a matriz discursiva é assumidamente anarquista, o coletivo das Brigadas Populares orienta-se por uma posição marxista-leninista. No entanto, guardam uma proximidade com a prática encontrada no trabalho de base da igreja nas décadas de 1980 e 1990, marcada pela capacidade de dialogar com setores populares (algo não muito comum em muitos grupos de vanguarda de origem estudantil) e transcender o seu universo de classe. (CANELLA, 2016, p.282-283)

Esta modificação no perfil das redes de apoio equivaleria a uma “mudança nas matrizes discursivas” dos ciclos, sendo que o “componente emancipatório”, destaca o autor, deixaria de identificar-se com termos como libertação e oprimidos, constitutivos da Teologia da Libertação, para serem “diretamente identificados com o projeto da revolução socialista nos moldes clássicos”. Isto se expressaria, inclusive, na nomenclatura das ocupações, que no primeiro ciclo mantinham elementos religiosos e populares (como Novo Horizonte, Nova Esperança, entre outros) enquanto no segundo (Contestado, Palmares) evocam diretamente “a luta de classes na história nacional”. Para o autor, trata-se da substituição do papel desenvolvido pelo CAPROM pelas Brigadas Populares, Coletivo Bandeira Negra e Brigada Marighela, com o predomínio do viés ideológico marxista-leninista ou anarquista. É importante salientar ainda que, para Canella, as assessorias, ou redes de apoio, não podem ser compreendidas enquanto agentes externos

Florianópolis, entre 2010 e 2014. Outro percentual representativo (21,54%) chegou entre 2000 e 2004. Mais da metade (55,39%) passou a residir na Grande Florianópolis após o ano 2000; 44,61% possuem mais de quinze anos de residência nesta região. Desagregando os dados acima, referentes à Grande Florianópolis, é possível analisar em qual município estes responsáveis se fixaram quando migraram para a região. O Gráfico 15 indica algo que guarda íntima relação com a vigência do citado projeto elitista de cidade: a diminuição progressiva, desde a década de 1990, da participação do município de Florianópolis no contexto da chegada à Grande Florianópolis. O encarecimento dos aluguéis nesta cidade e a intensa segregação sócio-espacial resulta na sua substituição por outros destinos, sobretudo São José (também desde a década de 1990) e Palhoça (esta desde 2000).” (MAGALHÃES e TONIN, 2015, p. 251)

“*strictus sensu*”, ou como apoiadores que “estariam ‘por detrás’ dos protagonistas” mas por um “complexo conjunto de atores que, juntos (...) instituem os atores e/ou sujeitos enquanto tais”. Assim, as diferenças entre o primeiro e o segundo ciclo de ocupações, no que tange às mediações políticas deste processo, relativas aos processos organizativos e às matrizes discursivas, envolvem a emergência de novas organizações responsáveis pelo processo de mediação, promovendo a emergência de uma nova “matriz discursiva”, agora explicitamente “revolucionária”, no sentido “clássico do termo”. (CANELLA, 2016, p.282-283, p.284-285)

Sobre estas observações de Canella temos um destaque a fazer, e refere-se à relação estabelecida entre o papel de “assessoria” e o das “redes de apoio” que, em nossa compreensão, devem ser analisadas enquanto movimentos correlatos, embora distintos. Vale destacar que a nomenclatura “assessorias” referida por Canella foi muito utilizada para análise dos movimentos desenvolvidos na década de 1990 no âmbito local, como o trabalho desenvolvido por Raitz (1994), em que a autora analisa a relação do movimento sem-teto com a “assessoria” desenvolvida pelo CAPROM. No caso estudado pela autora, o CAPROM constitui-se numa ONG, que busca, através de projetos (mas nem sempre) realizar formações e desenvolver ações que contribuam com o movimento sem-teto. A organização possui sede, busca o financiamento através de entidades nacionais e internacionais, mantém parcerias com outros institutos, conta com uma equipe assessora. As ocupações desenvolvidas na década de 1990, e por conseguinte o movimento sem-teto do período, contava ainda com a articulação de redes de apoio, com a participação de outros agentes sociais, ligados a universidade, movimentos sociais, sindicatos, articulados, muitas vezes, pela própria influência do CAPROM¹⁴⁰. De modo semelhante ocorrem estas relações no segundo ciclo, com a distinção entre “assessorias” e “redes de apoio”, mas neste momento as “assessorias” não ocorrem sobre o mesmo modelo de organização que no primeiro ciclo.

Foi com sentido semelhante à função da “assessoria” do CAPROM no primeiro ciclo de ocupações que, ao longo da descrição realizada por nós sobre o segundo ciclo, referimo-nos a “paternidade” das ocupações Contestado, Palmares e Amarildo, como sendo, respectivamente, as Brigadas Populares, a FALM e a Brigada Marighella. Desta forma, as “assessorias” ocorreriam no segundo ciclo de forma muito mais fragmentada, em um processo que analisaremos no segundo tópico deste capítulo. Temos convicção de que esta distinção entre

¹⁴⁰ Franzoni relata o caso de constituição de 30 entidades como participantes de uma “rede de apoio” que desenvolveria-se entorno da ocupação por ela pesquisada. Embora a autora não explicita qual seja esta ocupação, compreendemos por dados implícitos a descrição que refira-se a última ocupação realizada no primeiro ciclo, em novembro de 1992.

assessoria e redes de apoio é consensual com a análise sobre os ciclos desenvolvida por Canella. As “redes de apoio” seriam, por sua vez, um conjunto de coletivos, instituições, partidos, militantes autônomos, que aglutinariam-se em torno dos processos de ocupação com a finalidade de prestar auxílios diversos, sejam econômicos e estruturais, sejam políticos e comunicativos. É nesse sentido que podemos compreender que o MST, por exemplo, tenha “disputado” a direção política do processo da ocupação Contestado com as Brigadas Populares, que acabaram impondo-se como direção do movimento, ou, nos termos de Canella, como a assessoria responsável pela ocupação, digamos assim. Mas o MST não deixou de prestar solidariedade enquanto participante da “rede de apoio” desenvolvida em torno da ocupação.

Consideramos esta distinção importante especialmente para a análise da ocupação Amarildo, visto que existe uma distinção fundamental entre o papel desenvolvido pelas “assessorias” entre as ocupações do segundo ciclo, qual seja, a de que, no caso da ocupação Amarildo, a Brigada Marighella era participante direta da ocupação, ou seja, seus militantes eram ocupantes, o que não acontece na relação entre Palmares e FALM, tão pouco entre Contestado e Brigadas Populares. Existiria assim uma distinção, no caso do Amarildo, do local que se situaria o grupo responsável pela “paternidade do processo”. Mesmo que as Brigadas Populares e a FALM tenham papel de destaque enquanto principal “grupo de apoio” das ocupações eles são, via de regra, “grupo de apoio”, ou, na terminologia do primeiro ciclo, “assessores”. No caso do Amarildo não, a Brigada Marighella é, via de regra, ocupante. Existindo ou não rede de apoio, a Brigada Marighella é constitutiva do processo da ocupação¹⁴¹. Um exemplo da importância desta distinção refere-se ao processo desenvolvido na Palmares, no qual a FALM desintegra-se no ano de 2016 e a ocupação estabelece novos vínculos de apoio no final do ano, que auxiliam nas mediações entre a ocupação e o poder municipal e jurídico. Ainda no que tange as “assessorias” dos dois ciclos de ocupação, tomamos as reflexões propostas por Canella como princípio para a realização de uma reflexão referente ao nosso objeto, a consciência de classe. Tomando como ponto de partida a reflexão proposta por Antonio Gramsci sobre o processo político de desenvolvimento das formas de consciência social, mais especificamente no processo de difusão de novas concepções de mundo. Neste processo, o marxista sardo destaca a existência de três elementos constitutivos: o elemento formal, que

¹⁴¹ Vale destacar que este dado é verdadeiro até o recorte temporal utilizado neste trabalho. Durante sua estadia em Águas Mornas, mais especificamente próximos ao meado de 2015, quando emerge de forma clara o processo de desestruturação política do movimento e seu número de famílias é restrito ocorre a desarticulação da Brigada Marighella, deixando esta de existir.

corresponde a coerência lógica do pensamento; o elemento autoritário, que corresponde a autoridade do interlocutor que dissemina este pensamento; e um elemento organizativo como elemento de construção de uma vontade coletiva. Estes três elementos, formal, autoritário e organizativo, valem, segundo Gramsci, tanto para indivíduos singulares como para grupos numerosos¹⁴². (GRAMSCI, 1989)

Na articulação destes elementos, algumas constatações se tornam necessárias. A primeira refere-se a expressão quantitativa do primeiro e do segundo ciclo de ocupações, onde o primeiro ciclo mostra-se muito superior que o segundo¹⁴³, seja em número de ocupações, em defesa de desocupações ou em número de famílias que conquistaram moradia, mas, especialmente, no número de comunidades envolvidas diretamente com o movimento sem-teto. Vejamos alguns números. No primeiro ciclo foram realizadas cinco ocupações efetivas, enquanto no segundo, apenas duas (Contestado e Amarildo). O número de famílias envolvidas nas ocupações do primeiro ciclo beira a margem de 300 famílias que conquistaram moradia. Neste sentido, se considerarmos as aproximadas 700 famílias participantes da Ocupação Amarildo quando esta se localizava às margens da SC-401, o número do segundo ciclo em muito supera o primeiro. Mas focalizando apenas as 40 famílias que adentraram a área de Águas Mornas em julho de 2014, e as 100 famílias participantes da Contestado, temos a metade das famílias envolvidas no primeiro ciclo de ocupações.

Ainda, no primeiro ciclo desenvolveu-se um processo mais orgânico entre as comunidades que lutavam contra ações de despejo e as ocupações realizadas. Raitz (1994, p.30) destaca que o Movimento Sem Teto, em sua origem, articulava 12 comunidades “tanto da ilha como do continente”, embora no momento em que a autoria escrevia seu trabalho ele se restringi a 8 comunidades, preponderantemente do continente, sendo elas: “Nova Esperança (46 famílias), Parque Esperança (16 famílias), Vila Aparecida (350 famílias), União da Vitória (32 famílias), Santa Terezinha (100 famílias), Ilha Continente (139 famílias), Chico Mendes (404

¹⁴² “Por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo? Neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho), influem (e como e em que medida) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (na medida em que é reconhecida e apreciada, pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (após ter entrado na organização, mas por outro motivo por que não o de partilhar da nova concepção?). (...) Pode-se concluir que o processo de difusão das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais; entretanto, o elemento formal (a coerência lógica), o elemento autoritário e o elemento organizativo têm uma função muito grande nesse processo tão logo se tenha verificado a orientação geral, tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos.” (GRAMSCI, 1989, p.25-6)

¹⁴³ Ao que pese a possibilidade deste segundo ciclo não ter-se encerrado, desde a locação da Ocupação Amarildo em Águas Mornas um novo processo de ocupação não emerge com vigor, salvo o caso esporádico da “Ocupação Dandara”, realizado no primeiro meado de 2016, e que veremos no capítulo seguinte.

famílias, considerada a maior favela) e Novo Horizonte (102 famílias)”. Enquanto isso, no segundo ciclo este processo não ocorreu senão de forma embrionária, existindo, além da comunidade Palmares, a relação estabelecida entre Brigadas Populares e a comunidade da Papaquara. Compreendemos que trata-se claramente das características históricas de cada período, mas é um fato que não podemos deixar de ressaltar. Sobre as características históricas salientamos o fato de que na década de 1980 inexistiam formas de representação do interesse específicas dessas comunidades, sendo esta representação exercida através de formas de organização desenvolvidas pelas alas progressistas da Igreja Católica. Com o processo desenvolvido na década de 1990, grande parte dessas comunidades se envolve na defesa de seus interesses através da constituição de associações articuladoras (como o Fórum do Maciço) ou, e principalmente, na constituição de representações comunitárias como associações ou conselhos, que teriam nos órgãos municipais (conselho de habitação, entre outros) e nas representações existentes (como UFECO, criada pouco antes do primeiro ciclo, mas sem a participação das comunidades de periferia), seus meios de atuação. São casos exemplares o processo de organização existente na comunidade da Ponta do Leal, assim como na Vila do Arvoredo.

Em que pese estas particularidades históricas, o primeiro ciclo de ocupações aglutinou um número muito maior de comunidades e de famílias envolvidas que o segundo ciclo. Além disso, o segundo ciclo foi construído de forma mais fragmentada, de modo que, grosso modo, deveríamos nos referir a “movimentos de sem teto” neste segundo momento, caracterizado por ocupações com processos organizativos distintos e que não viriam a atuar coletivamente senão na compreensão de uma rede de apoio estabelecida entre ambas. Enquanto isso o primeiro ciclo mostra uma associação orgânica entre as comunidades envolvidas, com uma identidade criada entre ocupações urbanas realizadas e comunidades em defesa de processos de despejo, contando com uma liderança bem definida (CAPROM, grupo do Pe Wilson), a construção de uma identidade unitária (todos são do mesmo movimento sem teto) e articulando-se sobre uma mesma “matriz discursiva”, para utilizar-mos a expressão de Canella. Em outras palavras, os elementos formal, autoritário e organizativo compõem um todo estruturado no primeiro momento, o que não ocorre no segundo. Vejamos melhor.

Sobre o elemento formal, a “matriz discursiva” corresponde ao discurso religioso sustentado nos princípios da Teologia da Libertação, que neste caso está indissociavelmente relacionado com a autoridade e o processo organizativo implementado. Seu papel é fundamental não apenas para atribuir legitimidade moral e ética aos processos de ocupação, frente aos ocupantes ou

então à população e opinião pública, como também contribuir para o processo de mobilização inicial. Segundo relato de Ivone, que desenvolvemos em tópico anterior, existia uma recusa moral disseminada na população em participar de ocupações, baseada no respeito a propriedade privada. Neste sentido, a legitimação moral do ato de ocupar foi preponderante para a mobilização das famílias, e se a moral burguesa contribuiu para a estagnação desse movimento, do outro lado encontrava-se um discurso religioso que caracterizava a luta contra as injustiças e as formas de opressão como um processo eminentemente cristão. Certamente trata-se de uma briga de gigantes. De um lado a moral do(a) Capital... de outro, a justiça Divina! Expondo desta forma, obviamente o fato ganha contornos de exagero e antropomorfização. Vejamos então a análise que Franzoni (1993) desenvolve quando presencia um culto¹⁴⁴ realizado na primeira semana da ocupação por ela acompanhada:

Se os moradores haviam chamado as autoridades terrenas para expulsar os ocupantes, o culto procurava mostrar que as autoridades religiosas e celestiais estavam ao lado dos ocupantes. Se a lei dos homens não os reconhecia, a lei de Deus, conforme diziam as leituras e orações, estava ao seu lado, só ela era justa e certa, estava acima de todas as leis. Conforme a lei de Deus, a terra era de quem nela plantava, de quem nela morava. (FRANZONI, 1993, p.80)

Este núcleo organizador do elemento formal, qual seja, o de que a luta dos pobres é amparada pela lei de Deus, atribui autoridade ao discurso mas, por sua vez, necessita da autoridade do interlocutor para estabelecer-se. Em linguagem popular, falar que Deus está do nosso lado é fácil, mas ajuda bastante se aquele que falar é um clérigo ordenado pela igreja. E no caso do culto descrito pela autora, tratava-se de cléricos: um verdadeiro esquadrão popular das causas celestiais. É importante lembrar neste momento que o conflito existente nas CEBs no primeiro meado dos anos 1980 envolvia a disputa entre duas concepções distintas de atuação e organização deste organismo. De um lado um grupo envolvido com a Pastoral Universitária, que compreendia que os processos desenvolvidos ganhavam conotações basistas e defendiam uma ação evangelizadora não clerical, ou seja, que não fosse centrada na figura do padre. De outro, o grupo do Pe. Wilson, que compreendia que este grupo buscava a implementação de suas fórmulas acadêmicas distantes da verdade da vida comunitária. O desenvolvimento histórico demonstra que as classes subalternas locais não estavam “dispostas” a abandonar o papel do

¹⁴⁴ “Conforme estava programado no 6º dia foi realizado o *culto ecumênico*. Os objetivos do *grupo de apoio* com o culto eram vários. Primeiro a idéia surgiu em função do apoio às irmãs e ao padre local, mas à medida que se falava do culto, vários outros motivos foram surgindo. Alguns diziam que a *celebração* era importante para “fortalecer” os ocupantes, outros diziam que a “fé” poderia conseguir alguns aliados entre os moradores, outros que era um *ato político*, uma *manifestação pública* e assim por diante.” (FRANZONI, 1993, p.78)

padre enquanto mediação divina (e política).

A influência desta autoridade religiosa posta pelo papel do clero e da igreja católica na sustentação do elemento formal também é destacado por Araújo em seu estudo sobre o representante católico e a comunidade do Mont Serrat. Para o autor, “a importância de Vilson” “na reconstrução e reflexão dos moradores da comunidade” do Mont Serrat está diretamente relacionado com seu papel enquanto padre da Igreja Católica, e o papel desta enquanto “instituição formal da sociedade” no processo de “influência sobre a dinâmica cultural e a mudança social” (ARAÚJO, 2004, p.106-7)¹⁴⁵.

Contudo, se esta autoridade era atribuída pela Igreja, ela havia se desenvolvido em anos de comprometimento com as causas populares através de diversos movimentos comunitários. Aqui os elementos formal e autoritário subsidiam o, e são subsidiados pelo, desenvolvimento do elemento organizativo, não apenas porque estes lhes legitimam, mas principalmente porque lhes disponibiliza o principal mecanismo de inserção comunitária, as CEBs, e o decorrente desenvolvimento do elemento organizativo das comunidades com base no envolvimento religioso da população carente. O próprio fato de organizar-se constitui aqui uma dimensão importante do elemento formal em questão: é a vida em comunhão com irmãos e irmãs. Trata-se de dividir o pão enquanto manifestação prática da oração. Na comunidade do Mont Serrat, ainda destaca Araújo, esta “divisão do pão” teve na realização dos mutirões seu desenvolvimento inicial, conforme expusemos no capítulo primeiro, enquanto no movimento dos sem-teto, nas ocupações realizadas, tomaram a forma de romaria, conforme expõe Franzoni. Assim, no primeiro ciclo de ocupações a dinâmica posta entre os elementos formal, autoritário e organizativo surge como um processo orgânico, menos fragmentado entre as ocupações, contando com o apoio institucional do CAPROM e gerando um movimento sem-teto unificado. Contou ainda com um longo período de incubação destes três elementos entre os grupos subalternos.

No segundo ciclo, este processo apresenta-se de forma bem distinta, e por uma série de questões. Conforme já sublinhamos, ocorre uma profunda mudança na forma organizativa e nas concepções de mundo entre as “assessorias” do primeiro ciclo e do segundo. Ao mesmo tempo, estas últimas apresentam-se de forma fragmentada, embora articuladas, constituindo um

¹⁴⁵ Baseado em outro referencial, o autor convoca Ana Maria Doimo para sustentar sua reflexão: “os atributos dos jogos de linguagem que entram nos processos de interlocução sociopolítica dependem, como assinalou Bordieu, de uma série de condições externas à própria linguagem, em especial o reconhecimento social da posição de autoridade de quem o emite, para o qual contam as condições institucionais de sua produção e de sua reprodução” (DOIMO, 1995, p.74 apud ARAÚJO, 2004, p.107)

conjunto de assessorias, cada qual com uma constituição específica dos elementos formal, autoritário e organizativo, sendo a mais distinta a expressa na ocupação Palmares e na organização promovida pela FALM, através de sua concepção anarquista. Enquanto que nas formas de organização expressas na ocupação Contestado (pelas Brigadas Populares) e na ocupação Amarildo (pela Brigada Barighella aliada ao PCB) estes três elementos guardariam similitudes entre as ocupações fruto da “matriz discursiva”, utilizando aqui a denominação de Canella, oriunda de concepções socialistas nos dois casos (ou marxista-leninista), sendo ainda que a última desenvolveria características singulares oriundas de sua reivindicação por reforma agrária.

Mas o elemento formal enraíza-se nas concepções de mundo dos grupos subalternos tendo nos elementos da autoridade e da organização os quesitos fundamentais desse modo de inserção. E nestes dois últimos elementos, o segundo ciclo expressa uma recorrente fragilidade: tratam-se de grupos sociais (as “assessorias”) recém inseridos entre os grupos subalternos. As Brigadas Populares (o grupo mais antigo, se considerarmos sua existência prévia enquanto Coletivo 21 de Julho) tiveram conhecimento da ação de despejo pela mídia formal, enquanto a Brigada Marighella estava recém deslocando-se do oeste do estado para a capital, e o PCB encontrava-se em recente processo de reorganização municipal e com pouca base militante. Estes fatores certamente influíram no processo de desenvolvimento do segundo ciclo de ocupações, e é justamente o processo de constituição e re-constituição destes elementos no desenvolvimento do segundo ciclo que expressam o movimento da consciência de classe expressa nesse processo, acusando ainda a existência de possibilidades concretas que acabaram sendo desperdiçadas. Este processo é o que veremos no tópico seguinte.

8 CONCLUSÃO

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.
(Marx, 2011)

A frase acima está contida no primeiro de uma série de artigos que Karl Marx escreveria para um semanário político em Nova York, publicado no começo de 1852 pelo seu amigo Joseph Weydmeyer, onde analisaria os acontecimentos ocorridos na França naquele ano, culminando, futuramente, no golpe de Estado de Luís Bonaparte. Os artigos demonstram como “a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói” (MARX, 2011, p.17-8). O texto, posteriormente publicado no formato de livro, é considerado o “principal trabalho histórico” da obra marxiana, constituindo um “dos pontos altos da aplicação bem sucedida do materialismo-histórico”, através de uma reflexão situada na análise da história em curso (FERNANDES, 2012 p.100-102). A frase acima transcrita, por sua vez, ficaria conhecida por ressaltar o caráter dialético da história, suas determinações objetivas e subjetivas, o reconhecimento de que são os “homens que fazem a sua própria história”, mas ao mesmo tempo também são feitos por ela.

O presente trabalho insere-se, ainda que de forma modesta, nesta tradição de reflexão. Focalizando-se no desenvolvimento de aspectos ligados a dimensão subjetiva das classes sociais (ou mais especificamente de uma fração local destas classes), buscou averiguar o movimento da consciência das classes subalternas de Florianópolis expresso na emergência de um segundo ciclo de ocupações, que tem como ápice a ocupação Amarildo de Souza, a ocupação pesquisada.

Salientamos na introdução deste trabalho que em uma ocupação urbana ocorrem distintos processos de mediação do movimento da consciência de classe, expressando e possibilitando

movimentos que são desenvolvidos, simultaneamente, em indivíduos, grupos e classes. No recorte realizado neste trabalho, foram as mediações realizadas nas formas mais próximas da universalidade do ser social, os grupos e as classes sociais, que nos interessaram, e mais particularmente as possíveis mediações no processo de consciência da classe subalterna.

Neste percurso, tomamos as ocupações urbanas como mediação neste movimento da consciência, sugerindo que elas expressam, além do movimento de determinados grupos sociais nelas envolvido, movimentos mais amplos relacionados ao desenvolvimento da classe trabalhadora. Mas porque isso ocorre? Ou seja, porque podemos compreender as ocupações urbanas enquanto expressão do movimento de determinada fração da classe trabalhadora? Ainda na introdução, afirmamos que, na concepção marxiana, uma classe, primeiramente, é constituída pela sua posição no antagonismo estrutural da sociabilidade do capital. Num segundo momento, ela seria definida pelos aspectos subjetivos derivados dessa condição estrutural. Estes aspectos diriam respeito, ainda, ao reconhecimento dos interesses que emanam necessariamente desta posição, interesses estes que seriam dos mais imediatos (ligados diretamente as carências que tal posição resulta) aos mais universais (ligados a resolução das causas geradoras de tal carência). Ligado intrinsecamente a este reconhecimento de interesses, estaria um segundo aspecto fundamental dessa dimensão subjetiva: trata-se da ação desta classe na luta por estes interesses. Estes dois aspectos componentes da dimensão subjetiva constituiriam o processo de consciência de classe, e uma classe só existiria, em sua acepção plena, na manifestação destes aspectos. E justamente por isso a ocupação urbana é expressão da consciência de classe, porque expressa um conjunto de interesses e, simultaneamente, uma luta pela sua realização.

Ocorre que justamente o conjunto de interesses expresso e as formas de organização na luta para sua concretização que nos dizem como esta mediação é realizada. Os interesses de uma ocupação podem restringir-se meramente a moradia, podem ampliar-se para a proximidade de equipamentos público que garantam determinada qualidade de vida, podem influir no processo de formulação de planos diretores da cidade, podem inclusive visar à própria organização da ocupação, podem exigir a devolução de terras públicas griladas por supostos proprietários ou ainda a construção de um projeto socialista de sociedade, ou seja, podem manifestar um restrito ou um amplo conjunto de interesses desta classe. O mesmo ocorre com a forma pela qual a organização é realizada, sua localização, sua forma de gestão interna, o modo como lutam pela satisfação de seus interesses. Enfim, a forma materializada na ação de

ocupar, o *como* a ocupação é realizada¹⁴⁶. Estas duas dimensões interagem reciprocamente, em co-determinação, a forma organizativa determinando o conteúdo e este, por sua vez, determinando a forma, de modo que alterações em uma dessas instâncias provoca alterações em outra, podendo promover seu avanço ou recuo. A relação entre o ser e a consciência da classe ocorre na conjugação de suas dimensões objetivas e subjetivas, sendo assim a articulação das determinações estruturais do antagonismo do capital que lhe determinam sua posição nesta sociabilidade com a consciência e as ações desenvolvidas a partir desta posição. Desta forma, em sua acepção plena, a classe existiria somente a partir de sua ação enquanto classe na representação de seus interesses. Suas ações organizativas exprimiriam assim o movimento do seu ser, decorrentemente possibilitando a compreensão do movimento se sua consciência. Inserindo a ocupação Amarildo em uma totalidade que buscava a compreensão deste processo, encontramos na dinâmica posta entre a emergência de um primeiro ciclo de ocupações urbanas na região de Florianópolis, seu interstício, e a emergência de um novo ciclo no período contemporâneo as bases para a compreensão de sua expressão no movimento da consciência de classe dos grupos subalternos que esta re-presenta.

O processo de emergência do primeiro ciclo de ocupações, desenvolvido sobre uma estrutura urbana em que a consolidação da segregação socioespacial dos grupos subalternos já estava consolidada, emerge especialmente através de um longo processo de incubação de relações entre frações da classe mais precarizada e setores progressistas da Igreja, processo no qual diversas formas de representação de interesses dos grupos populares foi constituída, tendo papel significativo na emergência do primeiro ciclo o CAPROM. O fim do primeiro ciclo de ocupações em 1992 anuncia um período de transformações nas formas de representação desses interesses, posteriormente seguida pela transformação dos interesses representados. Falamos aqui da mudança de estratégia para a solução do problema habitacional das “ações mais diretas” para um conjunto de estratégias que visava a realização destas transformações por um novo modo de relação com os poderes estatais, com a aprovação de legislações específicas, participação em conselhos eleição de vereadores e prefeitos. Ainda na década de 1990 este processo foi permeado por altos e baixos, experienciando uma maior abertura nestas relações durante a gestão do governo popular e restringindo-se nas durante as gestões posteriores. Frente

¹⁴⁶ Lembramos que este trabalho refere-se a ocupações organizadas, distintamente da realização de ocupações espontâneas. Nesta direção afirmamos ainda, em capítulo anterior, que a ocupação Palmares trata-se, efetivamente, de uma ocupação informal, com um processo de organização que buscou contrapor-se ao risco de despejo eminente.

a este processo de recrudescimento das relações estabelecidas, as frações mais precarizadas articulam-se em novas estratégias de representação, tendo no Fórum do Maciço do Morro da Cruz o ápice desta expressão. Ocorre que neste percurso, os interesses expressos também foram modificados, e as questões habitacionais perderam progressivamente espaço para questões ligadas a educação, segurança pública, e prestação de serviços públicos, com a expressão desses interesses de forma cada vez mais imediata.

Durante a década de 2000, estas transformações desembocaram num modelo de representação claramente inserido dentro do projeto de satisfação das necessidades sociais através da intervenção de organizações não governamentais, com a adesão de parcela significativa, com destaque para a ala progressista da igreja católica, nesta forma de representação de interesses. Os antigos mediadores do primeiro ciclo de ocupação mudam a forma de sua mediação, e esta forma muda o conteúdo mediado. Sugerimos então que nesta segunda década do interstício entre os dois ciclos, ocorre uma fragmentação na representação de interesses de classe dos grupos subalternos da região, e manifestara-se de forma tão aguda que não seria novamente restituída: trata-se de um momento em que a fração de classe mais precarizada e a representação dos interesses que emanam de sua posição perderam os elos de ligação. Neste sentido, vivia-se um período de “elos perdidos”.

A restituição desses elos exigiria a emergência de um novo conjunto de determinações, sendo estas compreendidas enquanto objetivas e subjetivas. Entra as determinações objetivas que contribuiriam para a emergência do segundo ciclo encontramos uma reestruturação no processo de construção do cenário urbano, a partir de uma nova relação entre capital imobiliário e capital financeiro forjada a partir de 2005, e ganhando expressão maciça em políticas públicas federais do segundo meado da década de 2010. Mas embora estas determinações objetivas contribuam na explicação da emergência do segundo ciclo, elas, sozinhas, são insuficientes para promover tal explicação. É claro que as condições estruturais influem fortemente neste processo. Mas buscar-mos as determinações de existência das ocupações urbanas componentes deste segundo ciclo nas condições econômicas da classe subalterna *per si*, atestando somente índices como aumento do valor do aluguel e queda da capacidade salarial, contribuem, a nosso ver, para uma verdadeira obnubilação do processo histórico local e das tarefas políticas que ele impõe. O equívoco cometido por esta linha explicativa é a perda das relações dialéticas de co-determinação entre as dimensões objetivas e subjetivas que compõe a classe, caindo, desta forma, num linha vertente economicista que, como vimos na introdução, tende ao mecanicismo. Desta forma, destacamos na emergência do segundo ciclo o processo de constituição de novas

mediações na representação de interesses da classe precarizada, que, atuando sobre as determinações objetivas, possibilitou a emergência deste ciclo. Estas mediações, ou uma parcela significativa delas (as Brigadas Populares, a Brigada Marighella e o PCB), trariam em seu bojo uma concepção de mundo e uma forma organizativa mais claramente identificadas com os interesses da classe trabalhadora. Isso contribuiria para a superação do elo perdido até então vivenciado, com a restituição da relação entre o conflito social ligado ao problema habitacional e a sua potência política. Neste processo, o desenvolvimento da primeira ocupação teria um papel fundamental. Desenvolvida sobre uma possibilidade instaurada no jogo das relações eleitorais, que promoveu o processo de aglutinamento de um conjunto de famílias com necessidades habitacionais (exarcebando inclusive estas necessidades, tornando-as, por assim dizer, ainda mais imediatas), a organização da ocupação Contestado contou diretamente com o processo de organização instaurado pelos grupos mais antigos desse novo conjunto de mediações, sendo o que dispunha de maior possibilidade organizativa local o que acabou desenvolvendo-se enquanto dirigente deste processo¹⁴⁷.

O surgimento da Ocupação Contestado possui um papel tão ativo na emergência do segundo ciclo (que sem as demais ocupações não poderia ser compreendido enquanto um ciclo), que ao traçar a trajetória da ocupação Palmares e da ocupação Amarildo é inevitável partir desta ocupação. Isso ocorre porque foi no desenvolvimento da ocupação Contestado que a pauta habitacional ganha destaque dentro do Coletivo Anarquista Bandeira Negra, emergindo deste mesmo coletivo a Frente Autônoma de Luta por Moradia, que se responsabilizaria futuramente pela Palmares. Ao mesmo tempo, foi através da emergência da Contestado que o Núcleo Marighella, então componente do MST, desloca-se para Florianópolis, e partindo da participação de seus membros no processo de organização da Contestado começa a gestar um novo movimento de ocupação.

É interessante destacar que o processo geográfico de desenvolvimento deste ciclo seguiu uma tendência inversa à da segregação espacial da classe trabalhadora. Ou seja, enquanto a segregação tende a expulsar as camadas populares da ilha em direção ao continente, as ocupações desenvolveram-se no sentido continente-ilha, ainda na região insular, numa tendência a localizar-se cada vez mais próximo das áreas mais valorizadas da capital. Assim,

¹⁴⁷ Obviamente, não é possível comparar-mos o a expressão nacional que o Movimento de Trabalhadores Sem Terra possui frente a expressão das Brigadas Populares, mas ocorre que, no processo de organização desenvolvido durante a estadia no ginásio das famílias desalojadas, o MST deslocou um grupo restrito de três militantes para a localidade, enquanto a militância das Brigadas Populares compareceu maciçamente.

próximo ao meado de 2013, surge a ocupação Palmares na região próxima a UFSC, e no final do mesmo ano a ocupação Amarildo, na requisitada SC-401. Conforme descrevemos no capítulo anterior, no começo de 2014, com a existência das três ocupações e intervenção ativa de suas “assessorias” e redes de apoio, este segundo ciclo de ocupações encontrou o seu ponto ápice. A localização geográfica da ocupação Amarildo e seu sugestivo ataque ao projeto hegemônico das elites locais para a cidade de Florianópolis, o forte caráter de denúncia manifestado explicitamente na delação da grilagem da área ocupada pelo suposto proprietário, e o massivo deslocamento de famílias para a ocupação promoveram a difusão de uma “consciência de possibilidade de vitória” entre os movimentos sociais da cidade. Após muito tempo, surgia concretamente a possibilidade de enfrentar o projeto espacial das elites locais, e ocorria com a adesão das frações mais pobres da classe trabalhadora da região. Vivenciava-se o ápice do segundo ciclo de ocupações. Mas todo ápice é, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida. Inicia-se a decida. A consciência da possibilidade de vitória transforma-se em oportunidade perdida.

Mas qual seria esta oportunidade perdida? Qual a possibilidade que apresentava-se no terreno da realidade que mantinha de fato possibilidade de concretização? A permanência da ocupação Amarildo em terreno localizado no norte da Ilha de Santa Catarina? Mas já não existiram pequenas resistências, e mesmo vitórias, da luta de comunidades contra o despejo ou mesmo com a conquista de moradias nessa região? Embora vinculada a materialização de uma ocupação urbana, especialmente com o contingente populacional da ocupação Amarildo, nesta área geográfica da região insular, a oportunidade perdida à qual nos referimos neste trabalho não se refere a vinculação entre a ocupação e esta localização espacial, embora, como já afirmamos, tal localização contribuiu para a construção dessa oportunidade, no sentido de que auxiliou no processo de articulação entre distintas frações da classe trabalhadora, com a unificação de distintos interesses sobre a concepção urbana. Mas a oportunidade perdida é outra, ela refere-se a possibilidade de construção de uma representação de interesses que colocasse as mediações existentes neste segundo ciclo em um outro patamar organizativo, menos sujeito as diversas intemperies sociais e políticas que tendem a afundar as naus dos pequenos movimentos sociais. Trata-se da emergência de um movimento unificado, capaz de representar os interesses de uma fração mais ampla da classe trabalhadora, sob uma base organizativa e autoritária (no sentido do elemento da autoridade posto por Gramsci). Trata-se da constituição de *um* movimento sem-teto que supera-se a organicidade fragmentada exposta entre três ocupações. Por diversas razões, este processo ocorreu no primeiro ciclo, inclusive em período

que precede ao seu surgimento, enquanto que no segundo ciclo não se manifestou senão enquanto possibilidade.

Esta possibilidade foi construída justamente em um determinado período do desenvolvimento da ocupação Amarildo, durante os primeiros meses de 2014 até um determinado período de sua estadia em Maciambu Pequeno, quando a rede de apoio entorno da ocupação começou a diminuir significativamente. A forma burguesa de resolução institucional das reivindicações expressas pelas palavras “terra” e “teto”, constitutivas de suas palavras de ordem, foi incapaz de compreendê-las em sua relação dialética, exprimindo-as enquanto uma contradição lógica expressa pela dicotomia entre campo e cidade que o modo de produção capitalista alimenta. E “terra” prevaleceu sobre o “teto” a medida que representava a continuidade do processo histórico de segregação socioespacial dos grupos subalternos da região conurbada de Florianópolis. Mas o movimento da ocupação Amarildo não tinha ciência disso quando comemorou a transferência da ação de reintegração de posse movida pelo suposto proprietário para o juizado agrário. Mas resistiu em sua permanência na região insular, através de duas tentativas de ocupação mal sucedidas, a primeira pela forte ação repressiva policial, a “Operação do(a) Capital”, e a segunda pela ação popular, incentivada pelo empresariado local e vista que não vista pela polícia militar. A partir desse período iniciou-se a gestão de uma “consciência de impossibilidade de ruptura” com os padrões segregativos regionais. Em um movimento inverso ao da construção do segundo ciclo de ocupações, os interesses das elites locais os desfizeram. Primeiro a ocupação Amarildo foi transferida da região insular, e posteriormente a ocupação Palmares foi desfeita. Possivelmente a ocupação Contestado teria trilhado o mesmo caminho, caso suas condições de emergência não tivessem lhe gestado uma determinada “solidariedade” dos órgãos públicos, com disponibilização de área federal pela SPU para elaboração de um projeto habitacional¹⁴⁸.

Em tom conclusivo deste trabalho, realiza-mos uma última citação, sobre a questão da oportunidade perdida:

O tema da oportunidade perdida não significa o lamento pelo que não poderá ser, mas significa ter lucidez para perceber até onde foi possível, até aquele momento, realizar o que a história prometia e onde isso parou, quais são os limites e, portanto, o que se pode cobrar desse processo. A oportunidade perdida, quando bem tematizada, quando bem detectada, leva a um pensamento que é o de cobrança. Não de cobrança sem mais, mas uma cobrança temperada pela consciência de que houve, sim, oportunidades não aproveitadas. No entanto,

¹⁴⁸ Em 06 de maio de 2015, o juiz de São José responsável pela ação de reintegração de posse declinou da competência da ação para a Unidade das Questões Agrárias de Chapecó. A ação só não foi transferida para o juizado agrário porque o membros da rede de apoio, mais especificamente o movimento de advocacia popular, protocolou um agravo no Tribunal de Justiça de São José, que acabou por determinar a competência municipal da ação.

temperada também pela segurança de que se as houve, ainda que perdidas, elas podem ser continuamente cobradas. (COHN, 2006, p.50)

E completamos lembrando que, se cobradas, se constantemente re-presentadas, elas mantêm-se ativas e perceptivas aos momentos em que as determinações objetivas favorecerão novamente sua re-colocação, a re-apresentação dos interesses nelas manifestos, que num novo momento podem ser aproveitados. Isso porque, ainda que a herança do passado comprima o “cérebro dos vivos”, e que na conjuração do novo tomemos de empréstimo o “nome”, o “figuro”, e as palavras de ordem” dos “espíritos do passado”, ainda assim, são os homens que continuamente fazem a história, nas “novas cenas” recolocadas nas lutas de classes da história mundial.

REFERÊNCIAS

ALANO, Natália D'Agostin. **A expressão do morador: projeto de habitação popular para a Ocupação Contestato**, São José-SC. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Educação Superior da Região Sul da Universidade do Estado de Santa Catarina. UDESC-Laguna, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Notas sobre consciência de classe**. IN: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria D.L. (orgs). *Lukács : um Galileu no século XX*. São Paulo : Boitempo, 1996. (p. 97-103)

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed., 10 reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh** – a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat. Florianópolis : Insular, 2004.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que cara tem o Aroeira?** : uma contribuição à sistematização de uma prática de educação popular e inclusão cidadã. Florianópolis : CEPEC, 2006.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Moutinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** : reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo : Boitempo, 2015.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado** : do populismo à hegemonia lulista. São Paulo : Boitempo : USP : Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**. 1.ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

CANELLA, Francisco. **O movimento do sem-teto em Florianópolis**: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014). IN: *Revista de Ciências HUMANAS*, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes** : movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v.15, n.2, p. 215-242, ago./dez.2015

CANELLA, Francisco; TORNQIST, Carmen Susana; MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. **Reconfigurações da segregação urbana, trajetórias migrantes e emergência de lutas pela moradia na Grande Florianópolis**. Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, realizado em Lima – Perú, de 12 a 15 de Agosto de 2014

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”** : Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, UFSC. 2016

CARDOSO, Michelly Nezilda. **Associativismo civil e o direito à cidade**: desafios à praxis participativa. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, UFSC. 2003.

CHAVES, Luis Carlos. **Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e a Participação Popular em Florianópolis**: conflito e luta política. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2001.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista** : categorias e leis da dialética. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 2004.

CHESINI, Tais Sbeghen. **A vila do Arvoredo**: a persistente luta por moradia. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, UFSC. 2012

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, UFSC. 2004.

COHN, Gabriel. **Contemporaneidade tensa**. IN RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs). Francisco de Oliveira : a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2006. p.47-53.

COSTA, Bianca Queda; FLORES, Giovanna Benedetto. **Somos todos Amarildo**: o discurso jornalístico do Diário Catarinense e da Gazeta da Ocupação. Revista Científica Ciência em Curso, Palhoça, SC, v.4, n. 2, p.97-108, jul/dez 2015.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Espaços Coletivos de Esperança**: a experiência política e pedagogia da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Educação, UFSC. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A burguesia e o problema habitacional**. IN: PAULO NETTO, José (org). Friedrich Engels : política. São Paulo : Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais; 17)

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lênin** : história em processo. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREDERICO, Celso. **Consciência operária no Brasil**. São Paulo : Ensaio, 1978.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 1997.

FRANZONI, Tereza Mara. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário**

e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 1993.

FRAGOSO, Mariana Pitasse. **As contribuições da comunicação no processo de construção da identidade da ‘Ocupação Contestado’.** Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, UFF. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo, SP : edições Loyola, 1991.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** Revista Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, 1982

HARVEY, David. **A liberdade da cidade.** IN: MARICATO, E. [et al.]. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.1. ed. – São Paul : Boitempo : Carta Maior, 2013. (p.27-34)

IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** 1. ed. São Paulo : editora Viramundo, 2002.

IASI, Mauro Luis. **As metaformoses da consciência de classe: o PT entra a negação e o consentimento.** 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência.** IN: MARICATO, E. [et al.]. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.1. ed. – São Paul : Boitempo : Carta Maior, 2013. (p.41-46)

IASI, Mauro Luis. **“Classe e consciência de classe no Brasil”,** 32º Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo, ANPOCS, 2008, v.1.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

LORENA, Elton Rafael. **Luta de classes na cidade neoliberal:** uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012a.

LORENA, Elton Rafael. **Classes e contradições no urbano capitalista:** fundamentos de uma especificidade histórica. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 90-103, 2012b.

MACHADO, Simone Mattos. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983):** um caso de oposição sistemática. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1990.

MACHADO, Simone Mattos. **Sociedade Civil e Lutas Urbanas em Florianópolis** : a origem do Fórum da Cidade. Apresentação. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, Florianópolis, 22 a 24 de Agosto, 2013.

MAGALHÃES, Luis Felipi Aires; TONIN, Vitor Hugo. **Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis**: raízes e características da Ocupação Contestato. Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 224-255, jul-dez 2015

MAIA, Susana Maria. **Luta coletiva e consciência de classe**: vivências e aprendizados na experiência da ocupação Dandara. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; Faculdade de Serviço Social, UFJF. 2015

MARTINS, Marilene Correa. **Um olhar para o debate do movimento sócio-comunitário do sul da ilha de Santa Catarina no luta pelo direito à cidade: seminário regional** – Fórum da Cidade/UFECO. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, UFSC. 2002.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo : Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo : Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XX. Trad. Ana Contrim e Vera Contrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARCHI, Márcio. **A produção contemporânea do espaço urbano e o direito à cidade** : um estudo sobre a inserção do Programa Minha Casa Minha Vida na área conurbada de Florianópolis. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

MIRANDA, Rogério. **Habitação popular & favelas em Biguaçu, Florianópolis e São José**. Florianópolis. 2001.

MÜLLER, Kátia Terezinha. **Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 1992

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009

NUNES, Dydeane Cynara Alves. **A organização sócio-comunitária do Alto da Caieira** – Florianópolis / SC : a questão da habitação na relação com a função social da cidade e a contribuição do Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, UFSC. 2004

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política**: o totalitarismo neoliberal. IN: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs).

Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Nedic. 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido** : classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?** IN: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo B. da; DUARTE, Livia. (orgs). Caderno de Debates 2. Cidades e Conflito : o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro : FASE, 2013. pgs 69-75.

OLIVEIRA, Francisco de. **O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?** Revista Margem Esquerda Ensaios Marxistas, Boitempo, São Paulo, v.1, p.37-41, 2003

OLIVEIRA, Nathália C. **O movimento dos sem-teto no Brasil nos anos 2000**. Apresentação de trabalho. Marx e o Marxismo 2015: insurreições, passado e presente. Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 24 a 28 de Agosto, 2015.

OLIVEIRA, Nathália C. **“Somos sem-teto e é essa privação que nos une”**. Análise da base social dos movimentos de São Paulo. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9, ago/dez. 2011, p.71-94.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. **Movimento sóciocomunitário em Florianópolis**: a força da “comunidade”. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, UFSC. 2007.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história** : operários, mulheres e prisioneiros. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Jair. **Da ideologia capitalista da cidade à perspectiva socialista**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/jairpinheiro.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2015.

PINHEIRO, Jair. **Novos movimentos sociais classistas**. São Paulo : Revista Aurora, ano IV, n.6, ago, 2010.

RAITZ, Tânia Regina. **Discursos plurais assessorando um movimento popular em Florianópolis** : Estudo de caso de uma Organização Não Governamental. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 1994

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimento sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina** : os anos 90. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2005.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano** : Utopia e ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 1993.

RODRIGUES, Tiago N.H. e Chagas. **“Tirando do crime e dando oportunidade”** : estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis-SC. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 2011.

SILVA, Áurea Oliveira. **Aprender a calar e aprender a resistir** : A Pedagogia do Silêncio em Santa Catarina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Educação, UFSC. 1993.

SILVA, Fátima Doriette. **Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECA/SC** : um espaço de educação para cidadania em Florianópolis. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Educação, UFSC, 1997.

SILVA, Sabrina Severo da. **Movimento Aroeira**: práticas pedagógicas e juventudes em Florianópolis – uma alternativa à violência e à criminalidade. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Educação, UFSC, 2010.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **De cidade atrasada a capital de melhor qualidade de vida**. Apresentação. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Pará, 21 a 25 de maio de 2007.

SOUZA, Luciano Andrade. **Produção do espaço em ocupações no município de Benevides/PA**: interfaces entre o rural e o urbano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; UFP, 2011.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis : Editora UFSC. 2015.

SUGAI, Maria Inês. **Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”?** IN: ABRAMO, Pedro (org). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre : ANTAC, 2009, p. 162-199. (Coleção Habitare, vol 10).

TELLES, Vera da Silva. **Trabalho, cidade e os elos perdidos da política**. IN: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs). Francisco de Oliveira : a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2006. pgs 181-202.

TOMAS, Elaine Dorighello. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz**: de não território a território do PAC-Florianópolis. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 2012.

VELA, João Marcelo. **O caráter educativo dos/nos Movimentos Sociais Urbanos**: o caso da Ocupação Palmares em Florianópolis/SC. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 2015.

VÉRAS, Roberto. **A denúncia do desmanche**. IN: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs). Francisco de Oliveira : a tarefa da crítica. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2006. Pgs 103-116.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **O Partido Comunista do Brasil** - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina. Textos e Debates, nº 5, p. 81-100. 1998.

ZACHET, Zenaide; SILVA, José Carlos da. **Quando o "novo sindicalismo" bancário entra em cena no Estado de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 131-149, Abril de 2010.

DOCUMENTOS

BRIGADAS POPULARES. Manifesto de Fundação. São paulo, 2011.

BRIGADAS POPULARES. Dossiê Contestado. 2014.

IC nº 1.33.000.001288/2014-47, vol I e II,

INSTITUTO Pe. VILSON GROH. Instituto Pe. Vilson Groh: olhares sobre a atuação em rede. Florianópolis : Imaginar o Brasil Editora. 2015.

MST. Brigada Mítico: Brigada urbana do MST. Folhetim. Florianópolis, SC, outubro de 2009.

PCB. A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil: Resolução do XV Congresso Nacional do PCB, 18 a 21 de abril, São Paulo. 2014

Gazeta Ocupação Amarelido de 01/02/2104. 1ª edição.